



COLUMBIA WOMEN'S LEADERSHIP NETWORK IN BRAZIL

2019 - 2020

ÍNDICE

Erasing pink tax: promovendo igualdade de gênero na tributação sobre o consumo.	<u>4</u>
Lise Tupiassu, Monique Menezes e Vanessa Campagnac.	
Mais mulheres na política - estruturando candidaturas eficientes.	<u>17</u>
Ana Manuela Marinho Nogueira; Daniela Arantes Alves Lima; Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda e Flávia da Costa Viana.	
Planejamento reprodutivo na palma da mão.	<u>24</u>
Alessandra Debone de Sousa e Adriana Salgueiro.	
Programa Município + Igual.	<u>31</u>
Aline Maria dos Santos, Cecília Fernandes de Vilhena e Luísa De-Lazzari Bicalho Peixoto Resende.	
O futuro não cabe na caixinha: educação para igualdade de oportunidades.	<u>39</u>
Ana Julieta Teodoro Cleaver, Emanuele L. C. Campelo, Izabel Torres e Telma Caldeira.	
Mulheres à frente: caminhos para a visibilidade da agenda indígena no Brasil.	<u>51</u>
Ana Euler; Ana Faulhaber e Camila Moreira.	
Participantes	<u>76</u>
Agradecimentos	<u>77</u>

SOBRE O COLUMBIA GLOBAL CENTERS RIO DE JANEIRO

O Columbia Global Centers | Rio de Janeiro é o escritório de representação e um centro de programas e iniciativas da Universidade de Columbia que trata de temas globais de relevância em todo o Brasil. O Centro contribui para o ambiente acadêmico e de pesquisa do país, além de permitir que os membros da comunidade de Columbia conheçam e explorem oportunidades de intercâmbio com a comunidade acadêmica e de negócios locais. O Centro tem uma ampla rede de contatos e trabalha em colaboração com universidades, organizações não governamentais e instituições públicas para desenhar e implementar programas inovadores que visam melhorar a compreensão dos desafios globais através de uma perspectiva transdisciplinar, transcultural e aplicada. O Centro promove eventos, seminários e cursos envolvendo seu corpo docente e parceiros visando uma rica troca de conhecimento e ideias no campus da Universidade de Columbia bem como nas principais cidades do Brasil.

SOBRE O COLUMBIA WOMEN'S LEADERSHIP NETWORK IN BRAZIL

O programa Columbia Women's Leadership Network in Brazil seleciona anualmente grupos de até 20 profissionais de nível médio e sênior com o objetivo de desenvolver uma crescente rede de mulheres que contribuirão para a transformação do serviço público no Brasil. Aproveitando os talentos e a excelência acadêmica da Universidade de Columbia, cada turma é formada por mulheres trabalhando em diferentes áreas da gestão pública em diversas partes do Brasil. Essas profissionais participam de oficinas no Brasil e no campus da Universidade de Columbia, na cidade de Nova York. O programa consiste em 10 módulos que incluem treinamentos estratégicos, atividades de networking, mesas redondas, seminários e sessões de mentoria. Todas as atividades são supervisionadas pelo Columbia Global Centers | Rio de Janeiro, incluindo a coordenação acadêmica e gestão local do programa, em estreita colaboração com professores da Universidade de Columbia.

MAIS SOBRE O PROGRAMA

/// **SITE:** <https://globalcenters.columbia.edu/content/womens-leadership-network-program>

\\ **VÍDEO:** <https://youtu.be/FFgMPnyimJQ>

/// **FOTOS (MÓDULO INTERNACIONAL):** <https://globalcenters.columbia.edu/content/cohort-2019-2020>



ERASING PINK TAX: PROMOVENDO IGUALDADE DE GÊNERO NA TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO¹

Lise Tupiassu², Monique Menezes³ e Vanessa Campagnac⁴

Conselheiras: Claudia Valenzuela e Leany Lemos

RESUMO

Entendendo que a aparente neutralidade da atividade financeira do estado pode mascarar os diferentes impactos de sua aplicação sobre mulheres e homens, aprofundando as desigualdades de gênero, a ideia principal deste projeto é a construção de mecanismos voltados a evidenciar e reduzir o encargo imposto pela elevação do preço de alguns produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino. Tal fenômeno, conhecido como pink tax, diferencia, de forma discriminatória para as mulheres, o preço de produtos por elas consumidos majoritariamente ou exclusivamente. Ao vincular o problema consumerista com a temática dos Orçamentos Sensíveis ao Gênero, este projeto, a ser executado inicialmente no âmbito da Secretaria de Estado de Fazenda do Pará (SEFA-PA), em conjunto com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA), traça um plano voltado a identificar e evidenciar a cobrança do pink tax no cenário nacional, propondo a criação e a difusão de um instrumental de sensibilização e empoderamento social destinado à sua mitigação. O projeto também elaborará um plano de sensibilização e ação por parte da administração tributária a fim de obter a reconfiguração de aspectos da tributação sobre o consumo, trazendo luz às desigualdades de gênero e à necessidade de implementar técnicas para a redução do sobrecusto imposto pelo pink tax.

Palavras-chave: Desigualdades de gênero; Orçamentos Sensíveis a Gênero; Pink tax; ICMS.

(1) As autoras agradecem sugestões oportunizadas pelas discussões com Cláudia Valenzuela, cuja contribuição foi de grande importância para o amadurecimento do projeto.

(2) Doutora em Direito, Procuradora Federal, Professora da Universidade Federal do Pará e Coordenadora da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia.

(3) Doutora em Ciência Política, Professora da Universidade Federal do Piauí e Secretária Municipal de Concessões e Parcerias da Prefeitura de Teresina.

(4) Doutora em Ciência Política, Pesquisadora do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro - ISP-RJ.

ABSTRACT

Given that the apparent neutrality of the state's financial activity may mask the different effects of its application on women and men, deepening gender inequalities, this project's main idea is the construction of mechanisms aimed at evidencing and reducing the taxes on products used exclusively or mostly by women. Such a phenomenon, known as pink tax, discriminatorily differentiates the price of products consumed exclusively or mostly by women. Linking this problem with gender budgeting, this project, to be executed initially within the State Secretariat of Finance of Pará, along with the Amazon Human Rights Clinic, draws up a plan to identify and highlight the pink tax nationwide, proposing the creation and diffusion of a sensitization and social empowerment instrument aiming at its mitigation, as well as a plan of sensitization and action to be fulfilled by the tax administration, in order to reconfigure aspects of consumption taxation, as a means of considering gender inequality and implementing techniques to reduce surcharge imposed by the pink tax.

Keywords: Gender inequality; Gender budgeting; Pink tax; Brazilian state excise tax.

1. INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é visível em muitos setores da sociedade e vários instrumentos vêm sendo utilizados visando à sua mitigação. Problemáticos, porém, são os setores da sociedade onde a desigualdade de gênero permanece velada, sub-reptícia. Em tais âmbitos, a atenuação da desigualdade se faz mais difícil, constituindo-se em um problema supostamente ignorado e até mesmo negado. Aí se enquadra a desigualdade de gênero presente na tributação e no consumo.

Os tributos são fundamentais para a obtenção de receitas públicas e financiamento das ações estatais. Mas a tributação tem, principalmente, papel crucial na alocação de recursos e na tomada de decisões, tanto na esfera pública como na privada. Deste modo, o desenho do sistema

tributário de um país pode ter impacto tanto na distribuição de renda entre mulheres e homens (efeito distributivo) como na distribuição de trabalho remunerado e não remunerado (efeito alocativo), por exemplo. O mesmo ocorre no âmbito orçamentário, no qual são tomadas as decisões relacionadas à obtenção de receitas e gastos do poder público, com efeitos cruciais para a equidade de gênero.

A atividade financeira do Estado e o Sistema Tributário Nacional trazem, porém, preconceitos implícitos difíceis de identificar, pois dependem, em grande parte, de julgamentos de valor em relação ao comportamento social e econômico desejável, o que pode variar consideravelmente de sociedade para sociedade e de um período de tempo para outro (STROTSKY, 1997), dependendo, em muito, do modo como homens e mulheres ganham e gastam seus recursos (STROTSKY, 2017). Diante disso, poucos são os estudos que relacionam tributação, orçamento e desigualdade de gênero no Brasil, em que pese ser o Orçamento Sensível a Gênero (OSG) um campo em ebulição no âmbito internacional (JÁCOME E VILLELA, 2012a).

No Brasil, são quase inexistentes as propostas pautadas no manejo do arsenal orçamentário e tributário como instrumento de equidade entre homens e mulheres, não havendo sensibilização social, tampouco no âmbito da administração pública e, muito menos, no âmbito da administração tributária quanto à questão. Diminutas, também, são as propostas e estratégias destinadas a lidar com problemas que tangenciam a questão tributária, mas que se constituem em dilemas ancorados na própria estrutura mercadológica e social, como é o caso do pink tax. Este é um fenômeno social que representa uma diferença discriminatória, em detrimento do público feminino, de modo que, para produtos idênticos ou semelhantes, o preço do exemplar de uso majoritariamente feminino é superior ao conseqüente oferecido ao público masculino (ANTÓN, NAVARRO e BOUZAS, 2018).

Considerando, porém, a busca pela igualdade de gênero prevista nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na Agenda 2030 (Objetivo 5) em consonância com previsões contidas desde a Plataforma de Pequim⁵ até as recentes propostas da Agenda de Ação Adis Abeba⁶, é necessário ampliar as iniciativas que buscam a redução do preconceito de gênero implícito no sistema tributário. Neste sentido, o estudo e o desenvolvimento de estratégias de ação relacionadas à tributação e ao OSG podem melhorar significativamente a qualidade das políticas públicas, assegurando que as intervenções políticas

contribuam para – ou pelo menos não afetem negativamente – a obtenção dos resultados desejados na área da igualdade de gênero.

Dentro deste cenário, trabalhando de forma transversal à dinâmica consumerista ligada ao gênero no Brasil e às estratégias de OSG, este projeto traça um plano voltado a identificar e evidenciar a cobrança do pink tax no cenário nacional. Propõe-se a criação e a difusão de um instrumental de sensibilização e empoderamento social destinado à sua mitigação, bem como um plano de sensibilização e ação por parte da administração pública e, em especial, tributária. O escopo final é obter a reconfiguração de aspectos da tributação sobre o consumo, de modo a fazê-la considerar a desigualdade de gênero e implementar técnicas para a redução do sobrecusto imposto sobre o consumo de produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino.

Nesse contexto, o projeto está construído em três partes. Inicialmente, será apresentado o movimento de OSG e a principiologia que rege a utilização dos instrumentos financeiros e tributários para a mitigação da desigualdade de gênero. Em um segundo momento, será desenvolvido o conceito de pink tax e os efeitos nefastos que vêm acarretando para a sociedade. Por fim, será apresentada a proposta de um projeto-piloto a ser implementado no estado do Pará, por meio da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFA-PA), em conjunto com a Clínica de Direitos Humanos da Amazônia (CIDHA), focado em sensibilizar a sociedade e os membros da administração pública e tributária quanto à manifestação do pink tax e ao papel da tributação na promoção da igualdade ou desigualdade de gênero.

2. A IMPORTÂNCIA DOS ORÇAMENTOS SENSÍVEIS A GÊNERO

A atividade financeira do Estado é a peça-chave para a implementação de direitos humanos no Estado brasileiro, funcionando como o principal instrumento de execução de políticas públicas. Os orçamentos, como elementos centrais da atividade financeira estatal, não só discriminam receitas e despesas, mas refletem uma estratégia de governo organizada em diversos programas com finalidades específicas (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999). Assim, considerando que os orçamentos públicos refletem as formas de arrecadação de receita e definem a forma segundo a qual se destinam os recursos públicos, eles são o melhor reflexo das prioridades que os governos estabelecem em sua gestão e do modelo que escolhem para satisfazer diferentes necessidades. No entanto, a aparente neutralidade da atividade financeira do Estado comumente mascara os diferentes impactos que sua aplicação pode ter sobre mulheres e homens. Dessa forma, é necessário realizar estudos aprofundados para identificar os impactos sobre o gênero nas políticas aparentemente neutras e, desse modo, contribuir para que tais impactos sejam mitigados.

(5) Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, firmada em Pequim, em 1995. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf>. Acesso em outubro de 2019.

(6) Outcome document of the Third International Conference on Financing for Development: Addis Ababa Action Agenda. Disponível em: <https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/CONF.227/L.1.>. Acesso em outubro de 2019.

Na tentativa de integrar a dimensão de gênero na atividade financeira estatal, diversos países, desde a década de 1980, buscaram estratégias para identificar e mitigar os impactos negativos que os orçamentos públicos e a tributação pudessem vir a ter sobre a igualdade (QUINN, 2013). Dessa forma, surge a noção de Orçamentos Sensíveis a Gênero (OSG), representando aqueles pautados pelo objetivo de provocar mudanças na distribuição ou na magnitude dos recursos arrecadados ou destinados pelo Estado para alcançar impactos positivos na igualdade e equidade de gênero (JÁCOME E VILLELA, 2012a). Assim, os OSG se apresentam como instrumentos voltados a melhorar a gestão pública, buscando trazer maior equidade para a atividade financeira do Estado.

É importante notar, porém, que os OSG não são orçamentos separados para mulheres, não devendo portanto ser pautados por análises parciais da atividade financeira, e nem se traduzem em mais despesas e menos impostos. Ao contrário; são instrumentos voltados à análise de como se dá a arrecadação de receita, o gasto público e a própria configuração da peça orçamentária a partir da ótica do gênero, em função dos seus impactos para mulheres e homens, com o fito de incluir a perspectiva de gênero em toda a atuação financeira do estado, inclusive nas políticas tributárias e esferas aparentemente neutras em termos de gênero, além de redefinir prioridades e orientações ao nível das receitas e despesas públicas (PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES, 2018). Assim, a questão-chave deve dar conta de responder que impacto uma medida fiscal tem sobre a equidade de gênero: deve-se sempre pensar se uma ação reduz, aumenta ou não faz diferença para a desigualdade de gênero (ELSON, 2005).

Atualmente, expande-se a literatura especializada no tratamento da atividade financeira estatal pela lente da perspectiva de gênero (HOFBAUER; VINAY, 2012). Reconhece-se que orçamentos governamentais são, de fato, a maior fonte de financiamento para a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres na maioria dos países, destacando-se a importância de se unir dois conjuntos de conhecimentos, comumente tratados de forma desarticulada: o conhecimento sobre as desigualdades de gênero e o conhecimento sobre finanças e programas públicos (ELSON, 2005).

A articulação de tais temáticas, porém, ainda é pouco explorada no Brasil, embora venha sendo estudada, descrita, conceituada e sistematizada mundo afora, inclusive em países da América Latina (JÁCOME E VILLELA, 2012b). Não obstante, tal difusão do ideal dos OSG contrasta com a dificuldade de implementação (JÁCOME E VILLELA, 2012b). Os entraves estão relacionados, por um lado, à complexidade técnica e política, e, por outro, ao fato de que introduzir e implementar recortes de gênero nos processos orçamentários e tributários dependem de uma série de fatores e variáveis – tais como diferentes legislações, métodos de planejamento e de elaboração do orçamento, além da capacidade de controlá-los. Questões ainda mais

abrangentes também se tornam entraves, tais como vontade política, alcance geopolítico, mobilização da sociedade civil e sua capacidade de monitoramento, dentre outros.

Dessa forma, podemos afirmar que a integração da perspectiva de gênero na atividade financeira do Estado é um projeto ambicioso, que exige grandes transformações, tanto de mentalidades como de práticas políticas, em vários âmbitos da atividade financeira do Estado. Nessa perspectiva, este projeto terá por foco um aspecto específico de tal atividade, que corresponde à tributação, principal fonte de receita e de intervenção na ação privada, sob o controle do governo, a qual vem causando diferentes impactos em mulheres e homens (BARNETT; GROWN, 2004), como será discutido na próxima seção.

3. ENTENDENDO O PINK TAX

A tributação, assim como o consumo, constitui-se em esferas econômicas em que as desigualdades entre homens e mulheres comumente passam despercebidas (MARIMPIETRI, 2017).

Estudiosos vêm defendendo que as diferenças comportamentais existentes entre homens e mulheres não são biológicas. Ao contrário, são social e culturalmente construídas (ANTÓN, NAVARRO e BOUZAS, 2018), de modo que comportamentos e valores são esperados e projetados para os diferentes gêneros, refletindo, especialmente, respostas e efeitos diversos no que tange às esferas econômicas supracitadas.

A indústria publicitária contribui para tal tratamento econômico diferenciado, utilizando-se de técnicas multidisciplinares, com elementos de sociologia, psicologia e cultura, de modo a construir um universo simbólico pautado em valores, estilo de vida e consumo específicos. A mulher é colocada no cerne desta abordagem de marketing e, enquanto cuidadora do lar e responsável por 80% das decisões de compra, torna-se o principal e hiper vulnerável (VERBICARO; ALCÂNTARA, 2017) alvo de sedução das empresas de publicidade (CAROSIO, 2018).

As estratégias de estímulo de consumo sobre o público feminino culminam por moldar uma realidade em que as mulheres pagam mais por produtos iguais (ou quase iguais) aos oferecidos aos homens. Esta prática ficou conhecida mundialmente como pink tax (NYC, 2015), fazendo referência à cor dos produtos direcionados às mulheres e ao elevado preço dos mesmos em relação aos produtos neutros ou direcionados a homens.

Seguindo a definição apresentada por Antón, Navarro e Bouzas (2018:7), o pink tax diferencia, de forma discriminatória para as mulheres, o preço de produtos idênticos ou semelhantes vis-à-vis os oferecidos para o público masculino.

A prática do pink tax ocorre, muitas vezes, de forma sub-reptícia, sob o argumento de que os produtos disponibilizados para homens e mulheres não seriam idênticos, havendo diferenças de preços justificadas

em função da especificidade das mercadorias (ANTÓN, NAVARRO e BOUZAS, 2018), que não se sustentam à verificação empírica.

Nesses casos, em que pese não se tratar tecnicamente de tributo, a cobrança equivale a um sub-reptício imposto seletivo e oculto sobre o consumo (YAZICIOĞLU, 2018:53), que traz efeitos econômicos perversos em detrimento das mulheres.

O pink tax se manifesta, porém, não apenas em produtos cujas versões femininas sejam mais caras, mas também, e de forma ainda mais grave, em produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino, muitas vezes essenciais, como é o caso dos preservativos femininos e absorventes higiênicos, sendo tal sobretaxa também conhecida como tampon tax (BENNET, 2017). Nestas hipóteses, a oneração superior dos produtos ou atividades relacionados ou de uso exclusivamente feminino fica evidente, inclusive sob a perspectiva técnica tributária, especialmente no que tange ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS) e demais exações sobre o consumo.

De todos os países do mundo, o Brasil se encontra dentre os que impõem a tributação mais elevada a produtos de uso exclusivamente feminino (ALMEIDA; MARIANI; OSTETTI, 2016), tais como bombas de amamentação, sabonetes íntimos e absorventes higiênicos, por exemplo, figurando na contramão do movimento mundial de desoneração desse tipo de bem⁷ (YAZICIOĞLU, 2018:58).

Uma análise acurada da seletividade tributária sobre o consumo indica, em verdade, que os interesses das mulheres são considerados menos relevantes e essenciais do que os dos homens e culminam por receber um tratamento mais gravoso sob o ponto de vista tributário. Note-se, porém, que a valoração dos produtos de uso exclusivamente feminino como supérfluos e fortemente tributados decorre, por vezes, da própria sub-representação feminina na esfera política (YAZICIOĞLU, 2018:59), demonstrando ser a tributação apenas a ponta (ainda submersa) de um grande iceberg de iniquidade social.

Esses fenômenos vêm sendo observados há bastante tempo. Em 1992, em estudo realizado pelo Department of Consumer Affairs (DCA) da cidade de Nova Iorque, comprovou-se na prática a existência de um viés de preço contra mulheres em diferentes áreas. Na compra de carros usados, por exemplo, identificou-se o dobro de chances de uma mulher pagar mais caro do que um homem. Os salões de beleza femininos, por sua vez, cobravam 25% a mais para as mulheres para executarem os mesmos serviços (NYC, 2015). O estudo foi replicado em 2015 e, após 23 anos, mostrou a mesma tendência. Analisando 794 produtos de 90 marcas diferentes, divididos em 35 categorias (brinquedos, roupas para crianças e adultos, cuidados pessoais, etc.),

(7) A fim de lidar com tal contrassenso, recentemente foi proposto o Projeto de Lei (PL) nº 3085/2019, que estabelece alíquota zero de IPI para os absorventes femininos, em trâmite na Câmara dos Deputados.

identificou-se que as mulheres pagam mais caro em 42% dos casos (NYC, 2015:5).

Os dados apresentados pelas pesquisas norte-americanas se repetem em diferentes lugares do mundo. A pesquisa conduzida por Mariano (2017) nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador mostra que, em média, os produtos ofertados para as mulheres são 12,3% mais caros. Já no estado do Pará, em pesquisa realizada por Carmo e Soares (2019) nos municípios de Belém e Abaetetuba, que teve por base cinco tipos de bens, foi identificada uma diferença, em detrimento das versões femininas dos produtos, de até 51%.

Diante dessa realidade, algumas medidas vêm sendo propostas mundo afora. O estado da Califórnia foi pioneiro ao enviar um projeto de lei, em 1995, com o objetivo de proteger as consumidoras contra a discriminação de serviços. Em 1998, a cidade de Nova Iorque também propôs norma com conteúdo semelhante (NYC, 2015:14).

Curiosamente, porém, no caso de Nova Iorque, conforme mencionado anteriormente, os resultados da pesquisa realizada em 2015 pouco diferem daqueles obtidos em 1992. Isso indica que, em 23 anos, a consciência sobre a questão pouco evoluiu, tampouco as políticas públicas a seu respeito. Assim, em que pese a ampla constatação do problema, parece ausente uma sólida ação de advocacy para a implementação de estratégias capazes de alterar o contexto social diante do problema e efetivar políticas públicas nesse sentido.

É certo que quando diferentes atores agem de forma unificada para implementar uma dada política, forma-se uma coligação de causas e interesses ou advocacy coalition. A falta desta coalizão de ideias e crenças sobre a importância de combater o pink tax pode ser uma das causas para a ausência de mitigação do problema já identificado nos Estados Unidos há mais de 20 anos.

Assim, diante desse contexto e da complexidade de tais questões, soluções também se mostram complexas, devendo lidar com problemas ocultos e com a transversalidade entre os problemas tributários, consumeristas e, principalmente, sociais. É dentro dessa concepção que se desenvolve o plano a seguir.

4. PROJETO-PILOTO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS DE MITIGAÇÃO DO PINK TAX

4.1. Contexto e objetivos do projeto-piloto

A partir da justificativa teórica aventada nos itens 2 e 3, observa-se que o pink tax representa um sobrecusto imposto às mulheres em problemática transversal aos âmbitos consumerista e tributário, demandando ação dos poderes públicos para a sua mitigação, em consonância com a Meta 5 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030.

Neste cenário, destaca-se o papel da tributação, que tem como instrumento legitimador a necessidade de

implementação dos direitos humanos (TORRES, 2007), ressaltando-se a busca da igualdade como demanda inerente do Estado Democrático de Direito inaugurado pela Constituição de 1988. As normas tributárias devem, portanto, ser instrumentos de realização de justiça, a isso se acoplando a necessária ação da sociedade, da academia, dos legisladores e da administração tributária, como braços operacionais de tal finalidade. Assim, partindo de uma problemática transversal que relaciona a questão do pink tax com a necessidade de implementação dos ODS e OSG no Brasil, a ideia geral do presente projeto é trabalhar na construção de mecanismos voltados a reduzir o encargo imposto pela elevação do preço de alguns produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino, em razão de práticas mercadológicas ou tributárias insensíveis (ou propositalmente danosas) ao gênero.

Deste modo, esta proposta tem como objetivo geral estabelecer diretrizes para a implementação de um projeto-piloto, delineando estratégias e ações para a mitigação dos problemas gerados pelo pink tax. Dentro desta perspectiva, pretende-se atuar em quatro frentes:

a) Diagnosticar a cobrança do pink tax, tendo como recorte inicial o estado do Pará, identificando problemas gerados por tal custo como elemento de aviltamento da condição feminina;

b) Criar e difundir um instrumental de sensibilização e empoderamento social por meio da construção de uma cartilha e divulgação de seu conteúdo de forma virtual, bem como presencialmente, por meio de workshops e audiências públicas, de modo a evidenciar os problemas identificados na primeira frente de ação;

c) Desenvolver um plano de sensibilização e ação por parte da administração pública, por meio da construção de instrumento facilitador para a implementação de medidas mitigadoras do pink tax (guia de boas práticas e checklist) em diversos âmbitos institucionais e, em especial, na administração tributária;

d) Influenciar a reconfiguração de aspectos da tributação sobre o consumo, atuando junto aos poderes executivo e legislativo de modo a obter a concepção e a aprovação de proposta de alteração da legislação tributária estadual, como estratégia normativa para a supressão ou redução do sobrecusto do imposto sobre o consumo de produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino.

4.2. Resultados esperados do projeto-piloto (estrutura lógica)

Estão previstos quatro macro resultados a serem alcançados no âmbito do projeto-piloto, correlacionados com os objetivos específicos mencionados acima. O cronograma de execução e o detalhamento de cada uma das etapas se encontram nos apêndices.

Resultado 1: Diagnóstico sobre a existência e a grandeza do pink tax

O Resultado 1 está inserido em um cenário de evidenciação e mensuração do problema do pink tax, detectando eventual majoração de preços em detrimento do público feminino, seja em decorrência de preconceito implícito no sistema tributário, seja em decorrência de estratégias mercadológicas, a fim de identificar os focos (produtos) principais de sobrevaloração, bem como os elementos (preço de mercado, carga tributária ou ambos) responsáveis pelo sobrecusto. Para a obtenção deste resultado, serão elaborados dois produtos específicos: um estudo sobre o preconceito de gênero implícito na seletividade da tributação sobre o consumo no estado do Pará, a ser disseminado junto a todos os atores do estado, e um relatório sobre o preconceito mercadológico de gênero não pautado em razões tributárias, que será apresentado em âmbito nacional.

Resultado 2: Sensibilização social sobre pink tax

O Resultado 2 está inserido no contexto de sensibilização e empoderamento social quanto à existência e aos problemas gerados pelo pink tax como elemento de aviltamento da condição feminina, contribuindo para a alteração do atual cenário de invisibilidade do problema e fomentando o apoio aos demais produtos e resultados do projeto. Será produzida uma cartilha ilustrada simplificada que explicitará os conceitos básicos do pink tax dentro do viés mercadológico e tributário, apresentando exemplos dos produtos em que incide, a fim de servir de suporte para ações educativas realizadas em escolas, centros comunitários, praças públicas (a exemplo do “Universidade vai à praça”), eventos acadêmicos, entre outros, de modo a chamar a atenção da sociedade para tal problemática. Este produto será divulgado em workshops e audiências públicas destinados à sociedade em geral, com foco na formação de multiplicadores e informação de stakeholders.

Resultado 3: Construção e difusão de estratégias de ação inovadoras e replicáveis para a administração pública

O Resultado 3 se insere no contexto de promoção de uma ação pública inovadora, proporcionando às administrações públicas de todas as esferas orientação para a adoção de estratégias que visem atender ao ODS 5 a partir da mitigação do pink tax, possibilitando a replicação da estratégia em qualquer âmbito federativo ou entidade da administração. Será elaborado um guia de boas práticas para mitigação do pink tax na esfera pública, o qual contemplará um conjunto de orientações para ações práticas na esfera pública, e um checklist contendo os requisitos mínimos a serem observados quando da implementação de medidas mitigadoras do pink tax por parte de qualquer ente federativo que se interesse pelo tema, incluindo dados sistematizados que possam ser replicados em diversos contextos. Serão realizados workshops para formar servidores públicos na sua operação.

Resultado 4: Construção colaborativa de proposta(s) e aprovação de alteração da legislação tributária no estado do Pará

O Resultado 4 se insere no contexto de aplicação prática, no estado do Pará, das estratégias de formação e disseminação do tema, em especial no tocante à efetiva alteração da legislação tributária, tendo por base o diagnóstico elaborado anteriormente, visando à redução do pink tax de origem tributária. Este ponto corresponde ao ápice do projeto, representando a fase de maior complexidade política, mas cujo sucesso implicará em efeitos difusos para a totalidade das quase quatro milhões de mulheres paraenses, que desfrutarão de supressão ou, ao menos, substancial mitigação da iniquidade de gênero na tributação sobre o consumo em âmbito estadual.

4.3. Atores, estruturas institucionais envolvidas e parcerias requeridas

A concepção do projeto decorre de formação oferecida pelo Columbia Global Center – Rio de Janeiro, tendo por foco a construção de práticas inovadoras na gestão pública com a formulação de propostas práticas e iniciativas trans setoriais que assegurem as perspectivas de gênero e a atenção à agenda da igualdade de gênero. A equipe responsável pela elaboração e acompanhamento da execução do projeto ora proposto é formada por doutoras nas áreas de Direito e Ciência Política, que possuem, cada uma com suas especificidades, atuação prática em planejamento, decisão e ação governamentais nas esferas municipal, estadual e federal, tendo, ainda, inserção no meio acadêmico.

O âmbito territorial escolhido para o projeto-piloto é o estado do Pará, no Norte do Brasil, onde foi realizada recentemente uma pesquisa de mercado que identificou a existência de sobretaxa de mais de 50% sobre alguns dos produtos dirigidos ao público feminino (CARMO; SOARES, 2019). A execução do projeto-piloto será realizada pela CIDHA e pela SEFA-PA.

ACIDHA é entidade vinculada ao Instituto de Ciências Jurídicas da Universidade Federal do Pará, tendo por foco a atuação em casos emblemáticos de implementação de Direitos Humanos no contexto amazônico, realizando, dentre outras, atividades de planejamento, formulação, avaliação e reconfiguração de políticas públicas, inclusive com o uso de litigância estratégica e advocacy em esferas nacional e internacional. Nesta perspectiva, atualmente, uma equipe da CIDHA, composta por estudantes de Graduação e Pós-Graduação em Direito, coordenada por uma das autoras, já iniciou atividades voltadas à consecução do primeiro objetivo do projeto (Resultado 1), estando em fase avançada de pesquisa de mercado e sistematização de informações. No âmbito da CIDHA, as atividades de acompanhamento e apoio técnico serão realizadas dentro das tarefas da disciplina Prática Jurídica Clínica, tendo sua continuidade

assegurada, ao final do período letivo universitário, a título de atividade de extensão. A equipe da CIDHA poderá realizar, com recursos próprios, todas as atividades necessárias para a obtenção dos P1.1 e P1.2 (cf. apêndice). As atividades necessárias para a obtenção dos demais produtos serão realizadas, em sua maior parte, também pelos membros da CIDHA, requerendo, porém, a interveniência de consultoria especializada em algumas etapas.

A SEFA-PA é responsável pela formulação e implementação das políticas de arrecadação de ICMS, principal tributo sobre o consumo cobrado no Brasil e relacionado ao pink tax. A entidade foi escolhida em razão das possibilidades de ação conjunta com a CIDHA e interesse pelo tema do projeto, manifestado pela Diretoria de Tributação da entidade. Já se encontram em curso tratativas visando a levar ao Secretário de Estado de Fazenda a proposta de criação de Grupo de Trabalho para a atuação na implementação dos Produtos 3.2, 4.1 e 4.2 (cf. apêndice).

A ação a ser implementada pela CIDHA e SEFA-PA pode ser entendida, porém, como o pontapé inicial do projeto-piloto, já que idealmente outras institucionalidades deverão ser incluídas ao longo do processo. A ideia é aumentar o escopo das parcerias, para que diferentes entes sejam sensibilizados no tocante à mitigação do pink tax, conferindo maior apoio e sustentabilidade ao projeto. Além dos atores institucionais ora elencados, dada a alta característica de replicabilidade, o projeto objetiva expandir-se para outras unidades federativas, a exemplo do município de Teresina, Piauí, onde já vem sendo realizadas tratativas visando à replicação das estratégias propostas.

4.4. Orçamento previsto para o projeto-piloto

A maior parte da mão de obra e infraestrutura operacional necessárias à consecução do projeto ficará a cargo da CIDHA, dentro de sua intrínseca atuação institucional, capaz de fazer face aos custos de execução e organização das etapas de diagnóstico e difusão previstas nos Resultados 1, 2 e 3, contando, ainda, com a parceria da SEFA-PA e dos demais órgãos a serem engajados no projeto. Para a plena consecução dos objetivos do projeto-piloto, porém, é ideal a contratação de especialistas para a execução de serviços específicos, tais como revisão e diagramação de textos, comunicação e advocacy. Parte desses custos pode ser financiada por recursos obtidos pela CIDHA para a consecução de suas atividades científicas, sendo necessário, porém, captar recursos junto a instituições de fomento externas a fim de fazer face, especialmente, aos gastos previstos para a obtenção do Resultado 4, caso seja verificada resistência política no âmbito estadual e necessidade de utilização de advocacy profissional.

Quadro 1 – Orçamento previsto para o projeto-piloto

PROJETO: ERASING PINK TAX			
Resultados	Produtos	Insumo orçamentário	R\$
R2. Sensibilização social sobre <i>pink tax</i>	P2.1. Elaboração de cartilha ilustrada simplificada	Revisor do material	R\$ 2.500,00
		Diagramador do material	R\$ 2.500,00
		Difusor do material ⁹	R\$ 2.500,00
Subtotal Resultado 2			R\$ 7.500,00
R3. Construção e difusão de estratégias de ação inovadoras e replicáveis para a administração pública	P3.1. Elaboração de guia de boas práticas para mitigação do <i>pink tax</i> na esfera pública	Revisor do material	R\$ 2.500,00
		Diagramador do material	R\$ 2.500,00
		Difusor do material	R\$ 2.500,00
Subtotal Resultado 3			R\$ 7.500,00
R4. Construção colaborativa de proposta(s) e aprovação de alteração da legislação tributária no estado do Pará	P4.2. Aprovação de projeto de lei e/ou decreto	Consultoria especializada em <i>advocacy</i> e comunicação	R\$ 120.000,00
Subtotal Resultado 4			R\$ 120.000,00
Total geral			R\$ 135.000,00

4.5. Riscos do projeto-piloto

A primeira etapa do projeto-piloto já se encontra em execução e, com exceção de ocorrências de força-maior, a obtenção dos Resultados 1, 2 e 3 não se encontra permeada de grandes riscos. Há riscos de competência e riscos temporais normais para esse tipo de atividade, somados, ainda, a um leve desafio orçamentário em relação à contratação dos consultores cuja intervenção encontra-se prevista para as primeiras etapas. A quarta etapa, porém, é a que se encontra permeada de maiores riscos, especificamente no que se refere à elaboração e aprovação de norma destinada à mitigação do *pink tax*. A proposta encontra obstáculos no atual cenário de iminente aprovação de uma Reforma Tributária, por exemplo, a qual pode alterar sensivelmente a configuração do ICMS, tornando necessária uma reavaliação das medidas cabíveis a fim de se adequarem aos limites formais do âmbito jurídico-fiscal. Os riscos e as estratégias de mitigação de cada um deles estão detalhados nos apêndices deste projeto.

4.6. Estratégia de sustentabilidade do projeto-piloto

O projeto-piloto ora sugerido aporta ações concretas e passíveis de implementação em curto prazo, com efeitos positivos imediatos para o público abrangido e, de acordo com as análises realizadas até o momento, sem impactos nefastos no que tange à arrecadação fiscal. A proposta, ressalta-se, já se encontra em implementação por meio de trabalho realizado no âmbito da CIDHA, sob coordenação de uma das autoras, como parte das atividades acadêmicas obrigatórias aos alunos do curso de Direito da Universidade Federal do Pará, tendo, com isso, sua continuidade garantida, promovendo, assim, a difusão de temática inovadora na gestão pública e na própria academia.

Ademais, a cartilha e o guia a serem construídos servirão de instrumentos de embasamento para a

implementação de ações em outras unidades federativas e/ou outros órgãos da mesma unidade, garantindo que os tomadores de decisão tenham à disposição os requisitos mínimos necessários à compreensão e implementação de estratégias para a mitigação do *pink tax*, fornecendo plena replicabilidade às soluções propostas. Tal entendimento também será reforçado pelas atividades de difusão em mídias sociais e *advocacy*, voltadas para a construção de um contexto social e político receptivo às mudanças normativas indicadas.

4.7. Impactos esperados do projeto-piloto

Apesar de a inovação no serviço público brasileiro ser um grande desafio, a implementação e o sucesso deste projeto-piloto, capitaneado por mulheres, certamente trará efeitos positivos para a sociedade em seu conjunto, e constituirá, sem dúvida, semente para sua multiplicação em outras esferas, promovendo a conscientização da sociedade como um todo e contribuindo para a sensibilização quanto à inclusão da problemática de gênero na discussão, configuração e implementação das políticas fiscais e orçamentárias.

Assim, o projeto-piloto tem o condão de se constituir em estratégia inédita e inovadora no Brasil, sendo capaz de, ao mesmo tempo i) contribuir para a justiça fiscal, tanto no tocante à mitigação do *pink tax*, implementando uma maior equidade de gênero na tributação sobre o consumo, como no que tange à redução da regressividade da tributação indireta sobre o consumo; ii) servir aos interesses da administração tributária, funcionando como estratégia de luta contra a evasão fiscal por meio da atuação dos consumidores na exigência da nota fiscal; iii) impactar a administração pública, fazendo-a agir de forma concreta para a mitigação da desigualdade de gênero em sua forma mais sub-reptícia; iv) conscientizar e empoderar a sociedade civil para lutar pela mitigação do problema por parte das entidades privadas.

O desafio maior a ser enfrentado, portanto, é o de mudança sociocultural, para a qual o projeto constitui-se em semente, de modo a desmistificar a desigualdade de gênero como um problema de mulheres, mas, sim, e principalmente, como objetivo estatal e elemento para o bem-estar de todos os indivíduos do planeta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, R.; MARIANI, D. e OSTETTI, V. O imposto sobre absorventes no Brasil e no mundo. **Jornal Nexo**. 05 Dez 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/grafico/2016/12/05/O-imposto-sobre-absorventes-no-Brasil-e-no-mundo>>. Último acesso em setembro de 2019.

ARAÚJO, L. e RODRIGUES, M. de L. Modelos de análise de políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**. nº 83, pp. 11-35.

ANTÓN, R. M., NAVARRO, G. M. e BOUZAS, D. G. Gender identity, consumption and price discrimination. **Revista Latina de Comunicación Social**, February 2018.

BARNETT, K.; GROWN, C. **Gender Impacts of Government Revenue Collection: The Case of Taxation**. Commonwealth Secretariat, 2004.

Bennet, J. The Tampon Tax: Sales Tax, Menstrual Hygiene Products, and Necessity Exemptions, **The Business, Entrepreneurship & Tax Law Review**, v. 1, n. 183, 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Último acesso em agosto de 2019.

CAROSIO, A. **El género del consumo en la sociedad de consumo**. La Ventana, 27, 2008.

CARMO, A. R. do; SOARES, D. V. Análise da diferenciação sexista de preços e do empoderamento feminino no mercado de consumo. **XXX Seminário de iniciação científica da UFPA**, Universidade Federal do Pará, 2019.

DIAS NETO, O.; FERIATO, J. A tributação como instrumento para a promoção da igualdade de gênero no mercado de trabalho. **Revista de Direitos Sociais e Políticas Públicas**. V.6, n.2, p. 420-444, 2018.

ELSON, D. Iniciativas orçamentárias sensíveis à questão de gênero: dimensões chave e exemplos práticos. **Revista do Serviço Público**. Brasília, 56 (2): 161-178, Abr/Jun 2005.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional**. Rio de Janeiro: FGV. 1999.

HOFBAUER, H.; VINAY, C. Orçamentos sensíveis a gênero: ferramentas metodológicas. Experiências internacionais e do

México. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. (orgs.) **Orçamentos sensíveis a gênero: experiências**. Brasília: ONU Mulheres, 2012b.

JÁCOME, M.L.; VILLELA, S. (orgs.) **Orçamentos sensíveis a gênero: experiências**. Brasília: ONU Mulheres, 2012a. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-experiencias.pdf>. Último acesso em agosto de 2019.

JÁCOME, M.L.; VILLELA, S. (orgs.) **Orçamentos sensíveis a gênero: conceito**. Brasília: ONU Mulheres, 2012b. Disponível em: <http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf>. Último acesso em agosto de 2019.

MARIANO, F. **Taxa Rosa**. 2017. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2018/07/TAXA-ROSA-GENERO-1.pdf>>. Último acesso em agosto de 2019.

MARIMPIETRI, F. Pink tax e o direito das consumidoras. **Debate Virtual**, 206, 2017.

MOSTAFA, J. **Gênero e tributos no Brasil**. IPEA. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/comissao-de-defesa-dos-direitos-da-mulher-cmulher/arquivos-de-audio-e-video/apresentacao-joana-05.12.>>. Último acesso em setembro de 2019.

MOURA, D.; BARBOSA, E. F. **Trabalhando com Projeto - Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais**. São Paulo. Vozes, 2006.

NEW YORK CITY. **From Cradle to cane: the costs of being a female consumer**. 2015. Disponível em: <<https://www1.nyc.gov/site/dca/partners/gender-pricing-study.page>>. Último acesso em agosto de 2019.

ONU MULHERES. **Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf>. Último acesso em agosto de 2019.

PISCITELLI, T. et al. Tributação e gênero. **Jornal Jota**. 03 mai 2019. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/tributacao-e-genero-03052019>>. Último acesso em setembro de 2019.

PLATAFORMA PORTUGUESA PARA OS DIREITOS DAS MULHERES (PPDM). **A importância dos orçamentos sensíveis ao gênero**. Lisboa: fevereiro, 2018. Disponível em: <<http://plataformamulheres.org.pt/site/wp-content/ficheiros/2018/04/Brochura-Orcamentos-Sensiveis-Genero.pdf>>. Último acesso em agosto de 2019.

QUINN, S. **Orçamentos sensíveis ao gênero – Manual sobre a implementação prática de uma perspectiva**

de gênero no processo orçamental. Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. Lisboa, 2013. Disponível em: <https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/06/Manual_CoE-PT_CIG_net.pdf>. Último acesso em agosto de 2019.

TORRES, R. L. Aspectos Fundamentais e Finalísticos dos Tributos. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva. **O Tributo.** Reflexão Multidisciplinar sobre a sua natureza. São Paulo: Forense, 2007.

SAWER, M. Austrália: o enfoque mandarim sobre orçamentos sensíveis a gênero. In: JÁCOME, M. L.; VILLELA, S. (orgs.) **Orçamentos sensíveis a gênero: experiências.** Brasília: ONU Mulheres, 2012.

SHARP, R.; BROOMHILL, R. Budgeting for Equality: The Australian Experience. **Feminist Economics**, vol. 8, issue 1, 25-47, 2002.

STOTSKY, J. Gender Bias in Tax Systems. Washington, D.C.: International Monetary Fund. **IMF Working Papers**; Working Paper; No. 96/99, 1996.

STOTSKY, J. How tax systems treat men and women differently. **Finance and Development**. March, 1997, p. 30-33.

STOTSKY, J. **Tax Proposals: A Missed Opportunity for Addressing Implicit Gender Bias.** University of Minnesota, November 28, 2017.

VERBICARO, D.; ALCÂNTARA, A.B. A percepção do sexismo face à cultura do consumo e a hipervulnerabilidade da mulher no âmbito do assédio discriminatório de gênero. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, vol. 11, n. 1, jan./jun. 2017.

YAZICIOĞLU, A.E. **Pink Tax and the Law: Discriminating Against Women Consumers.** New York: Routledge, 2018.

APÊNDICES

Apêndice I - Detalhamento dos produtos decorrentes do projeto-piloto

Produto 1.1 – Relatório sobre o preconceito de gênero implícito na seletividade da tributação sobre o consumo no estado do Pará: este produto visa a identificar se e como o uso da seletividade por essencialidade do ICMS contribui para a desigualdade de gênero, evidenciando a incidência de alíquotas mais ou menos gravosas de acordo com as preferências majoritariamente masculinas ou femininas pelos produtos.

Atividades:

1.1.1 Identificação dos produtos destinados exclusiva ou majoritariamente ao público feminino e produtos destinados exclusiva ou majoritariamente ao público masculino, realizando categorização voltada a ranqueá-los de acordo com critérios de essencialidade;

1.1.2 Identificação da alíquota estadual de ICMS incidente sobre os produtos identificados no item anterior;

1.1.3 Comparação de acordo com o critério de essencialidade e carga tributária a fim de identificar preconceito de gênero implícito na seletividade do ICMS;

1.1.4 Elaboração de relatório contendo os tipos de produto e tributação estadual incidente sobre seu consumo, comparando os critérios de seletividade relacionados às preferências masculinas e femininas.

Produto 1.2 – Relatório sobre preconceito mercadológico de gênero não pautado em razões tributárias:

este produto visa a identificar o pink tax decorrente de estratégias mercadológicas que elevam, sem razão técnica aparente, o preço dos produtos destinados ao público feminino.

Atividades:

1.2.1. Identificação dos produtos destinados exclusiva ou majoritariamente ao público feminino com consectários destinados ao público masculino;

1.2.2. Identificação do preço médio praticado pelo mercado em relação aos produtos identificados, por meio de consulta a *sites* da internet de amplitude nacional;

1.2.3. Comparação de acordo com o critério de gênero a fim de identificar eventual preconceito de gênero implícito na majoração do preço dos produtos;

1.2.4. Elaboração de relatório evidenciando eventual majoração de preços em detrimento do público feminino, em decorrência de estratégias mercadológicas, nos produtos estudados.

Produto 2.1 – Cartilha ilustrada simplificada:

este produto visa a explicitar os conceitos básicos do *pink tax* dentro do viés mercadológico e tributário, apresentando exemplos de produtos em que incide, a fim de servir de suporte para ações educativas realizadas em escolas, centros comunitários, praças públicas (a exemplo do Universidade vai à praça), eventos acadêmicos, entre outros, de modo a chamar a atenção da sociedade para tal problemática.

Atividades:

2.1.1. Elaboração do texto da cartilha;

2.1.2. Ilustração e diagramação da cartilha;

2.1.3. Planejamento de difusão da cartilha em formato virtual;

2.1.4. Difusão da cartilha em redes sociais e sites da internet de ONG, associações de consumidores, etc.

Produto 2.2 – Realização de workshops destinados a sociedade em geral: este produto visa a contribuir para a divulgação da cartilha, para a explicitação dos conceitos básicos do *pink tax*, para a formação de multiplicadores e informação de *stakeholders*, chamando a atenção da sociedade, poderes públicos e entes empresariais para a questão, empoderando-os e incentivando-os a apoiar os demais produtos e resultados do projeto.

Atividades:

- 2.2.1. Elaboração da apresentação do workshop;
- 2.2.2. Planejamento da realização dos workshops;
- 2.2.3. Formação dos multiplicadores;
- 2.2.4. Realização dos workshops.

Produto 3.1 – Guia de boas práticas para mitigação do *pink tax* na esfera pública: este produto contempla a formulação de um conjunto de orientações para ações práticas na esfera pública, contendo os requisitos mínimos a serem observados quando da implementação de medidas mitigadoras do *pink tax* por parte de qualquer ente federativo que se interesse pelo tema, incluindo dados sistematizados que possam ser replicados em diversos contextos.

Atividades:

- 3.1.1. Organização do material a ser inserido no guia prático sobre como pensar o *pink tax* no âmbito do setor público, com base no Resultado 1;
- 3.1.2. Redação da minuta da proposta normativa a ser encartada no escopo do guia prático, para que sua aplicação possa ser realizada por qualquer secretaria de estado ou ente federativo que se interesse pelo tema;
- 3.1.3. Consolidação e diagramação do texto do guia prático para publicação em formato virtual;
- 3.1.4. Difusão do guia prático perante entidades públicas em todos os âmbitos federativos.

Produto 3.2 – Realização de workshops destinados a servidores públicos: este produto serve de apoio à difusão e implementação das ações propostas no Produto 3.1, sendo voltado à capacitação de servidores públicos para sua operacionalização, possibilitando, ainda, a construção de fóruns híbridos destinados ao aprimoramento das discussões sobre o tema na busca de soluções alternativas, adaptadas às diversas realidades sociais, institucionais e administrativas.

Atividades:

- 3.2.1. Elaboração da apresentação do workshop;
- 3.2.2. Planejamento da realização dos workshops;
- 3.2.3. Formação dos multiplicadores;
- 3.2.4. Realização dos workshops.

Produto 4.1 – Elaboração de projeto de lei e/ou decreto: este produto contempla a formulação de estratégia precisa

de alteração a ser implementada na legislação tributária do estado do Pará, especialmente adaptada às necessidades sociais, econômicas e técnicas de tal ente da federação, a fim de suprimir o *pink tax* de viés tributário nessa realidade.

Atividades:

- 4.1.1. Celebração de Acordo de Cooperação Técnica entre as entidades envolvidas para atuação conjunta;
- 4.1.2. Criação de Grupo de Trabalho no âmbito da Secretaria de Fazenda, tendo a participação de membros da célula de análise e elaboração de normas, da célula de análise e acompanhamento de benefícios fiscais, da célula de consulta e orientação tributária e da célula de sistematização de atos normativos, bem como de membros da célula de gestão de projetos e sistemas;
- 4.1.3. Realização de reuniões para a discussão das propostas, possibilidades de operacionalização e possíveis impactos técnicos e financeiros;
- 4.1.4. Realização de reuniões com a sociedade civil para conferir um viés participativo à alteração normativa;
- 4.1.5. Redação e validação do projeto de lei e/ou decreto, de acordo com a opção técnica escolhida.

Produto 4.2 – Aprovação de projeto de lei e/ou decreto: este produto contempla a efetiva inserção de nova norma no ordenamento jurídico paraense, formulação de estratégia precisa de alteração a ser implementada na legislação tributária do estado do Pará, especialmente adaptada às necessidades sociais, econômicas e técnicas de tal ente da federação, a fim de suprimir o *pink tax* de viés tributário em tal ente federativo.

Atividades:

- 4.2.1. Estabelecimento de estratégias de advocacy;
- 4.2.2. Contato com entidades da sociedade civil para apoio ao projeto;
- 4.2.3. Contratação de consultoria privada em advocacy para apoio às estratégias sociais;
- 4.2.4. Realização de eventos acadêmicos e não acadêmicos visando à difusão e pressão social;
- 4.2.5. Acompanhamento das discussões e da aprovação da norma;
- 4.2.6. Acompanhamento da implementação da norma.

Apêndice II - Matriz lógica do projeto-piloto

Quadro 2 - Matriz lógica do projeto-piloto

PROJETO: ERASING PINK TAX						
Objetivo: construção de mecanismos voltados a reduzir o encargo imposto pela elevação do preço de alguns produtos de uso exclusivo ou majoritariamente feminino						
Resultados	Indicadores	Metas/bimestre			Atores	Beneficiários
		1° bimestre	2° bimestre	3° bimestre		
R1. Diagnóstico sobre existência e grandeza do pink tax	P1.1. Relatório sobre o preconceito de gênero implícito na seletividade da tributação sobre o consumo no estado do Pará	P1.1 - 100%			1. CIDHA; 2. Autoras	Membros da sociedade que se interessam pelo tema e servidores públicos das diversas esferas administrativas e federativas
	P1.2. Relatório sobre preconceito mercadológico de gênero não pautado em razões tributárias	P1.2 - 100%				
R2. Sensibilização social sobre pink tax	P2.1. Cartilha ilustrada simplificada		P2.1 - 100%			
	P2.2. Realização de workshops destinados a sociedade em geral		P2.2 - 100%			
R3. Construção e difusão de estratégias de ação inovadoras e replicáveis para a administração pública	P3.1. Guia de boas práticas para mitigação do pink tax na esfera pública		P3.1 - 100%			
	P3.2. Realização de workshops destinados a servidores públicos		P3.2 - 100%			
R4. Construção colaborativa de proposta(s) e aprovação de alteração da legislação tributária no estado do Pará	P4.1. Elaboração de projeto de lei e/ou decreto			P4.1 - 100%	1. CIDHA; 2. SEFA-PA; 3. Consultoria especializada em advocacy; 4. Autoras	População feminina do estado do Pará em geral
	P4.2. Aprovação de projeto de lei e/ou decreto			P4.2 - 100%		

Apêndice III - Cronograma de execução do projeto-piloto

Quadro 3 - Cronograma de execução do projeto-piloto

PROJETO: ERASING PINK TAX							
Resultados	Produtos a desenvolver	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
Início operacional do projeto							
R1. Diagnóstico sobre existência e grandeza do pink tax	P1.1. Relatório sobre o preconceito de gênero implícito na seletividade da tributação sobre o consumo no estado do Pará						
	P1.2. Relatório sobre preconceito mercadológico de gênero não pautado em razões tributárias						
R2. Sensibilização social sobre pink tax	P2.1. Elaboração de cartilha ilustrada simplificada						
	P2.2. Realização de workshops destinados a sociedade em geral						
R3. Construção e difusão de estratégias de ação inovadoras e replicáveis para a administração pública	P3.1. Elaboração de guia de boas práticas para mitigação do pink tax na esfera pública						
	P3.2. Realização de workshops destinados a servidores públicos						
R4. Construção colaborativa de proposta(s) e aprovação de alteração da legislação tributária no estado do Pará	P4.1. Elaboração de projeto de lei e/ou decreto						
	P4.2. Aprovação de projeto de lei e/ou decreto						
Encerramento operacional do projeto							

Apêndice IV - Matriz de risco do projeto-piloto
 Quadro 4 – Matriz de risco do projeto-piloto

PROJETO: ERASING PINK TAX							
Resultados	Risco	Consequência	Probabilidade	Impacto	Severidade	Ação mitigadora	Resposta ao Risco
R1. Diagnóstico sobre existência e grandeza do <i>pinktax</i>	Desengajamento da equipe	Atraso na coleta de dados e obtenção do produto	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	1 - RISCO BAIXO	Alocação de alunos cuja atividade é obrigatória dentro do currículo Universitário	Substituição dos alunos e/ou realização da atividade pelas autoras
	Baixa competência da equipe	Má qualidade dos dados obtidos	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	1 - RISCO BAIXO	Seleção rigorosa e acompanhamento contínuo do trabalho da equipe	Substituição dos alunos e/ou realização da atividade pelas autoras
R2. Sensibilização social sobre <i>pinktax</i>	Desengajamento da equipe	Atraso na redação do texto	2 - IMPROVÁVEL	1 - INSIGNIFICANTE	1 - RISCO BAIXO	Acompanhamento contínuo do trabalho da equipe	Substituição dos alunos e/ou realização da atividade pelas autoras
	Falha na escolha dos consultores	Atraso e/ou baixa qualidade na ação dos consultores contratados	3 - POSSÍVEL	2 - BAIXO	2 - RISCO MODERADO	Pesquisa ampla, seleção de profissionais com referências e engajamento contratual com o prazo e resultado	Substituição dos prestadores e/ou realização da tarefa por voluntários
	Falta de recursos para as contratações	Inviabilidade de contratação de consultores	2- IMPROVÁVEL	2 - BAIXO	1 -RISCO BAIXO	Previsão de recursos no orçamento da CIDHA e busca prévia de outras entidades financiadoras	Realização da tarefa por voluntários
R3. Construção e difusão de estratégias de ação inovadoras e replicáveis para a administração pública	Desengajamento da equipe	Atraso na redação do texto	2- IMPROVÁVEL	1 - INSIGNIFICANTE	1 - RISCO BAIXO	Acompanhamento contínuo do trabalho da equipe	Substituição dos alunos e/ou realização da atividade pelas autoras
	Falha na escolha dos consultores	Atraso e/ou baixa qualidade na ação dos consultores contratados	3 - POSSÍVEL	2 - BAIXO	2 - RISCO MODERADO	Pesquisa <u>ampla</u> , <u>seleção</u> de profissionais com referências e engajamento contratual com o prazo e resultado	Substituição dos prestadores e/ou realização da tarefa por voluntários
	Falta de recursos para as contratações	Inviabilidade de contratação de consultores	2- IMPROVÁVEL	1 - INSIGNIFICANTE	1 - RISCO BAIXO	Previsão de recursos no orçamento da CIDHA e busca prévia de outras entidades financiadoras	Realização da tarefa por voluntários
	Baixa adesão das entidades públicas	Pouco impacto institucional	3 - POSSÍVEL	2 - BAIXO	2 - RISCO MODERADO	Farta fundamentação das ações dentro das obrigações assumidas pelas entidades públicas	Ampla difusão do projeto junto a influenciadores, contatos institucionais e ONG
R4. Construção colaborativa de proposta(s) e aprovação de alteração da legislação tributária no estado do Pará	Desengajamento da SEFA-PA	Ausência de construção colaborativa da norma	3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	3 - RISCO ALTO	Farta fundamentação das ações dentro das obrigações assumidas pelas entidades e evidenciação dos benefícios políticos e sociais	Elaboração do projeto de lei sem a participação do órgão
	Reforma Tributária	Impossibilidade de aplicação das estratégias inicialmente pensadas	4 - PROVÁVEL	3 - MODERADO	3 - RISCO ALTO	Identificação prévia de estratégias que independem do resultado da reforma tributária, como é o caso dos créditos de imposto.	Adaptação do projeto de lei para adequação técnica à Reforma

	Resistência política	Dificuldade de aprovação da norma	4 - PROVÁVEL	4 - ELEVADO	4 - RISCO ALTO	Ampla estratégia comunicativa, uso de <i>advocacy</i> profissional e de pressão por parte da sociedade	Submissão da proposta normativa a outros entes federativos
	Falta de recursos para as contratações	Inviabilidade de contratação de consultores	3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	3 - RISCO ALTO	Busca de apoio perante várias fontes e submissão do projeto a <u>agências</u> de fomento	Realização de <i>advocacy</i> por meio de <u>ONG voluntários</u> e sociedade em geral
	Inconstitucionalidade	Bloqueio da aplicação da norma	3 - POSSÍVEL	3 - MODERADO	3 - RISCO ALTO	Sólida fundamentação jurídica em bases nacionais e internacionais	Ajuste da norma aos critérios de constitucionalidade requeridos

MAIS MULHERES NA POLÍTICA - ESTRUTURANDO CANDIDATURAS EFICIENTES

Ana Manuela Marinho Nogueira¹; Daniela Arantes Alves Lima²;
Desdêmona Tenório de Brito Toledo Arruda³ e Flávia da Costa Viana⁴
Conselheiras: Ilana Trombka e Evelyne Coulombe

RESUMO

A lei de cotas eleitorais, em vigor desde 2009, trouxe avanços no incremento da participação feminina na política, que puderam ser observados nas eleições realizadas em 2018. Houve mais mulheres candidatas e mais eleitas. Os avanços proporcionados, contudo, ainda são tímidos e carecem de iniciativas para serem reforçados, de modo a trazer as mulheres para a vida política, com atuação efetiva no desenho de políticas públicas. O relatório da Missão da OEA nas eleições brasileiras de 2018 evidencia este fato e faz um chamado ao papel das instituições, em especial da Justiça Eleitoral, no sentido de aumentar a efetividade do marco legislativo das cotas. A Agenda 2030 também conchama os setores público e privado brasileiros a se envolverem num plano de ação para colocar em prática 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, dentre os quais se destaca o ODS 5, relativo à igualdade de gênero. Nesse sentido, o presente projeto visa a desenvolver capacitação das mulheres para se tornarem candidatas mais informadas e preparadas para as disputas eleitorais, conscientes de seus papéis e de seus direitos dentro das estruturas partidárias, para aumentar, de forma real, suas chances de serem eleitas.

Palavras-chave: Política; Participação Feminina; Igualdade; Poder; Ações Afirmativas; Ods 5; Agenda 2030 Onu.

ABSTRACT

The electoral quota law for women, which has been in force since 2009, has made progress in increasing female participation in politics that could be observed in the 2018 elections. The advances provided, however, are still timid

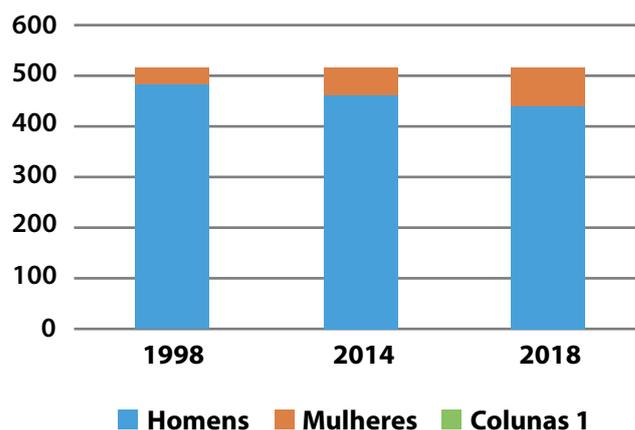
(1) Secretária da Infraestrutura. Prefeitura Municipal de Fortaleza;
(2) Engenheira. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;
(3) Assessora do Ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. - BSB;
(4) Juíza no Estado do Paraná.

and lack initiatives to be reinforced, in order to bring women into political business, with effective action in the design of public policies. The OAS Mission Report in the 2018 Brazilian Elections highlights this fact and calls on the role of the institutions, especially the Electoral Justice, in increasing the effectiveness of the quota legislative framework. The 2030 Agenda also calls on the Brazilian public and private sectors to be involved in an action plan to implement 17 Sustainable Development Goals, including SDG 5 on gender equality. In this sense, the present project aims to develop women's empowerment to become more informed and prepared candidates for electoral disputes, aware of their roles and rights within party structures, to truly increase their chances to be elected.

1. INTRODUÇÃO

A igualdade entre gêneros é um princípio há muito afirmado e reafirmado. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, proclamou “a igualdade de direitos dos homens e das mulheres” entre os povos das Nações Unidas. Embora seja um princípio aceito por diversos ordenamentos jurídicos ao redor do mundo, consagrado por diversas Constituições e inúmeros tratados internacionais, colocá-lo em prática ainda é um desafio.

Participação feminina na Câmara - série histórica



No Brasil, dados do IBGE (2019⁵) sobre a desigualdade salarial entre homens e mulheres demonstram que trabalhadoras da faixa etária de 25 a 29 anos recebem 87% do rendimento médio dos homens. Na faixa de 30 a 39 anos, elas ganham 81,6%. Conforme a idade avança, a desigualdade também aumenta: entre as de 40 a 49 anos, o percentual baixa para 75%.

Atingir a igualdade é uma tarefa de toda a sociedade. Envolver as mulheres na vida política do país pode contribuir de maneira significativa para acelerar os resultados – e não apenas no aspecto salarial. Reforçar sua participação no desenho de políticas públicas pode impactar os resultados, fazendo com que homens e mulheres caminhem juntos rumo a uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Embora seja evidente a importância da participação das mulheres na vida do país, muitas são as justificativas para que elas se afastem dessa missão. Os papéis de gênero tradicionais – homem como chefe de família (breadwinner) e mulher como responsável pelas tarefas domésticas (caregiver) – reforçam esse distanciamento. Sejam as justificativas culturais, responsabilidades familiares com filhos ou pais idosos, dependência econômica, o fato é que trazer as mulheres para a vida pública, assumindo funções nos mais diversos setores, ainda demanda soluções inovadoras e engajamento dos setores público e privado.

A lei de cotas eleitorais, editada em 2009, surgiu como uma forma de incentivar a participação feminina e obrigar os partidos políticos a oferecer a elas mais opções de candidaturas. Embora haja muitos aspectos positivos na medida legislativa, ela não traz todas as soluções. Afinal, há denúncias no sentido de que alguns partidos políticos compelem mulheres a se candidatarem apenas para cumprirem a exigência legal, redundando nas chamadas “candidaturas-laranjas”, ou seja, sem investimento real para que se concretizem. Na esteira de tais denúncias, tramita no Congresso o PL 2.996/2019, que visa a acabar com a cota feminina para as eleições. Destaca-se, também, o PL 5250/2019, que pretende ampliar a participação feminina no Senado Federal, fixando cotas para as mulheres nas eleições para preenchimento de duas vagas. Nessas ocasiões, uma delas seriam sempre preenchida por uma mulher.

Dentro desse cenário, apresenta-se a presente proposta, a ser desenvolvida junto à Justiça Eleitoral, visando à capacitação de mulheres para aumentar suas reais chances de serem eleitas, como explanaremos a seguir.

1. OBJETIVOS

O escopo do presente projeto é conferir maior competitividade às candidaturas femininas, a partir de ações realizadas para oferecer ferramentas à sua construção eficiente. Objetiva-se, deste modo, incrementar o número de candidatas, bem como eleitas, de modo a contribuir para que cada vez mais mulheres exerçam cargos eletivos e, com isso, atuem de fato na vida política e participem do desenho de políticas públicas que possam contribuir na construção de

uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Sabe-se que o objetivo é bastante amplo e que, para fins da primeira fase deste projeto, o enfoque será nas eleições municipais, a serem realizadas em 2020, num primeiro momento, nos Estados do Paraná e do Ceará.

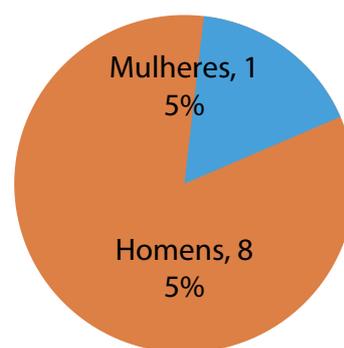
2. JUSTIFICATIVA

A Inter-Parliamentary Union (IPU) divulgou, em 2018, relatório acerca do percentual de mulheres componentes das casas legislativas em 190 países. O Brasil figura na 152^a posição, demonstrando a urgência do tema do incremento da participação feminina na política.

As eleições parlamentares realizadas em 2018 trouxeram aumento da participação feminina. Das 53 deputadas federais componentes da legislatura anterior, a bancada feminina passou a contar com 77 integrantes, 15% do total de 513 vagas da Câmara dos Deputados. É o maior percentual já alcançado pelas mulheres, que, em 2014, eram 10% da Casa, com 51 parlamentares e, em 1998, eram 6%, somando 29 deputadas. No Senado Federal, a participação feminina foi reduzida, de 13 para 12 representantes dentre os 81 senadores.

Embora os índices demonstrem ligeira melhora, o Brasil ainda está muito distante da média mundial - 22,6%, conforme dados da IPU em 2015⁶; e da paridade, numa nação em que mais de 51% da população é mulher. O crescimento é lento: das 2.769 candidatas, apenas 3% foram eleitas deputadas federais.

Participação Feminina na Câmara do Deputados - 2018



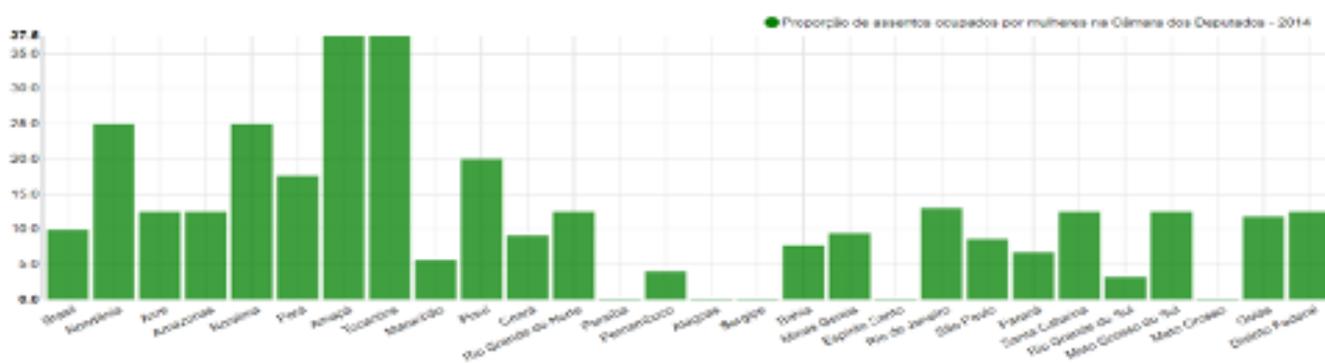
■ Homens ■ Mulheres

É inegável que a política de cotas, assegurada pela Lei Federal n.º 12.034/2009, que alterou o art. 10, § 3º Lei Federal n.º 9.504/1997 e garantiu mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo nas eleições proporcionais, trouxe avanços. No entanto,

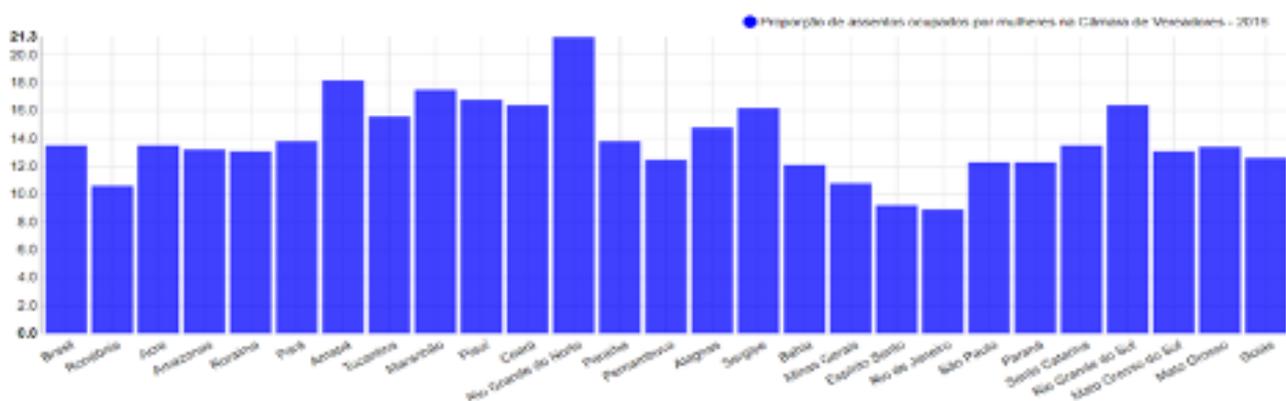
(5) IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. 2019.

(6) A média mundial do quinquênio ainda não foi divulgada. Os dez países que lideram o ranking são: Ruanda, Cuba, Bolívia, Andorra, México, Espanha, Suécia, Finlândia, Granada (Caribe) e Namíbia.

Indicador 5.5.1 - Proporção de assentos ocupados por mulheres em (a) parlamento nacionais e (b) governos locais.



Dados do IBGE – Indicador 5.5.1. do ODS 5



Dados do IBGE – Indicador 5.5.1. do ODS 5

conforme observou a Missão da Organização dos Estados Americanos no relatório formulado a respeito das eleições de 2018, “a falta de efetividade do marco normativo para promover a participação das mulheres deve-se não somente à baixa porcentagem da cota, mas também ao comportamento das organizações políticas, que aplicam 30% como um teto máximo e não como o piso mínimo”.

A Missão recomendou, para promover a participação feminina efetiva, o envolvimento da Justiça Eleitoral, inclusive com a criação de uma “Unidade de Políticas de Gênero” dentro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com “os recursos humanos e financeiros suficientes para sustentar a continuidade das ações e programas a longo prazo orientados ao aumento da participação política das mulheres; desenvolver e implementar funções de monitoramento para observar o cumprimento da aplicação das cotas de gênero e financiamento; promover mensagens e educação cidadã não discriminatória em partidos políticos, meios de comunicação e escolas”.

O projeto que ora se apresenta, portanto, situa-se neste cenário, em que já há algumas iniciativas institucionalizadas para incrementar a participação das mulheres na vida pública, mas que precisam ser fortalecidas e ampliadas, como observou a Missão da OEA nas eleições de 2018.

A presente iniciativa insere-se no contexto da Agenda 2030 e o objetivo buscado, de aumentar o número de mulheres

eleitas, coaduna-se estreitamente com o ODS 5, que busca a igualdade de gênero e com o ODS 16, que trata da paz, justiça e instituições fortes. Busca-se, afinal, envolver as instituições do sistema de justiça no sentido de contribuir para o aumento da participação feminina em cargos eletivos, para que desenhem políticas públicas mais inclusivas e igualitárias para a sociedade como um todo.

3. PRINCIPAIS PROPOSTAS E METODOLOGIA DE ANÁLISE

O projeto será desenvolvido em três etapas. Num primeiro momento, acompanharemos o projeto-piloto em andamento no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Na sequência, ampliaremos, com aperfeiçoamento e ajustes, o projeto para o Estado do Ceará, mediante cooperação com instituições locais. Num terceiro momento, objetivamos estender o projeto em âmbito nacional, via Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio dos Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS⁸).

(7) Relatório da Missão de Observação Eleitoral da OEA, 2018. Disponível em <https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preliminar-MOE-Brasil-2018-FINAL-POR.pdf>. Acesso em 2.9.18.

(8) Criados pela Portaria n.º 119/2019, do CNJ, os LIODS monitoram e promovem a implementação da Agenda 2030 e incentivam pesquisas, artigos e estudos sobre os ODS no âmbito do Poder Judiciário.

A primeira etapa, conforme referido, está sendo desenvolvida em âmbito local, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, com o acompanhamento do projeto que já está em curso, denominado “Mulheres na Política – construindo candidaturas”, com a participação direta de uma das integrantes do grupo e observação pelas demais. O projeto mencionado será observado como projeto-piloto, para avaliação dos ajustes a serem realizados quando da expansão pretendida para o Estado do Ceará.

O projeto-piloto tem por público alvo mulheres da comunidade em geral e busca demonstrar a necessidade de participação política feminina efetiva, fornecendo conhecimento técnico eleitoral e legislativo para fins de candidatura e exercício do mandato, bem como defesa de agenda política para melhoria da comunidade, incentivar o Poder Legislativo, Partidos Políticos e a Justiça Eleitoral em atividades de educação para a participação das mulheres na vida política, mediante agenda própria e enfoque de pautas genéricas sob o olhar feminino.

A primeira etapa conta com parcerias locais no Paraná, com institutos que propiciarão realização de curso de capacitação para mulheres da comunidade, sob coordenação da Escola Judiciária Eleitoral do TRE/

PR, com abrangência estadual. O curso de capacitação a ser ministrado terá o seguinte conteúdo: a) organização do Estado; b) noções de processo legislativo; c) políticas públicas e gênero; d) corrupção e política; e) sufrágio feminino e déficit de participação das mulheres brasileiras na política; f) pré-campanha e propaganda eleitoral (planejamento e financiamento); g) registro de candidatura (filiação e convenções); h) media training; i) partidos políticos: funcionamento e aspectos internos; j) comunicação de campanha; k) candidaturas-laranja: como evitar; l) prestação de contas; m) oratória.

A primeira fase verificará a conveniência e oportunidade de tais conteúdos, inclusive os limites e possibilidades de atuação da Justiça Eleitoral em tais temas, consciente da impossibilidade de realização de proselitismo político-partidário. Acompanharemos o papel realizado pelos parceiros do projeto-piloto – Instituto Política Por. De. Para Mulheres e IPRADE – Instituto Paranaense de Direito Eleitoral e os resultados do projeto, através de key performance indicators (KPIs) consistentes em observação dos resultados do projeto.

Etapa 1 – Paraná OUTPUT

LÓGICA DE INTERVENÇÃO		INDICADORES	DESCRIÇÃO
Efeito indireto	Participação na política	Filiação partidária das participantes	Percentual de filiadas entre as participantes no final/Percentual de filiadas entre as participantes no início
		Candidatura política entre as participantes	Quantidade candidaturas entre as participantes/ Quantidade participantes no curso
		Mulheres eleitas dentre as participantes	Quantidade eleitas entre as participantes/ Quantidade participantes no curso
		Mulheres eleitas dentre as não participantes	Quantidade eleitas/ Quantidade NÃO participantes no curso

OUTCOME

LÓGICA DE INTERVENÇÃO		INDICADORES	DESCRIÇÃO
Efeito direto	Capacitação para engajamento político	Demanda de capacitação	Quantidade solicitação de inscrição no curso/ Quantidade participantes
		Realização de cursos de capacitação	Módulos do curso de capacitação realizados
		Taxa de evasão	Quantidade de participantes no início do curso/ Quantidade de participantes ao final
		Avaliação da capacitação	Quantidade de respondentes/ Quantidade de participantes

Etapa 2 – Ceará
OUTPUT

LÓGICA DE INTERVENÇÃO		INDICADORES	DESCRIÇÃO
Efeito indireto	Participação na política	Filiação partidária das participantes	Percentual de filiadas entre as participantes no final/Percentual de filiadas entre as participantes no início
		Candidatura política entre as participantes	Quantidade candidaturas entre as participantes/ Quantidade participantes no curso
		Mulheres eleitas dentre as participantes	Quantidade eleitas entre as participantes/ Quantidade participantes no curso
		Mulheres eleitas dentre as não participantes	Quantidade eleitas/ Quantidade NÃO participantes no curso

OUTCOME

LÓGICA DE INTERVENÇÃO		INDICADORES	DESCRIÇÃO
Efeito direto	Capacitação para engajamento político	Demanda de capacitação	Quantidade solicitação de inscrição no curso/ Quantidade filiadas
		Realização de cursos de capacitação	Módulos do curso de capacitação realizados
		Taxa de evasão	Quantidade de participantes no início do curso/ Quantidade de participantes ao final
		Avaliação da capacitação	Quantidade de respondentes/ Quantidade de participantes

Os indicadores serão aplicados em todas as etapas do projeto. Apenas para detalhá-los, explica-se que, na primeira etapa, poderão ser observados, para fins de controle do andamento do projeto, do número de mulheres que assistiram ao curso, quantas, entre as não filiadas, de fato se filiaram a partidos políticos. Em relação às duas primeiras etapas, avaliar-se-ão quantas inscritas no curso de fato se candidataram e quantas de fato se elegeram, comparando-se com aquelas que não se envolveram no projeto e também lograram êxito na candidatura.

No que concerne à segunda etapa, é importante observar a quantidade de solicitações de inscrições na capacitação, em relação ao universo de mulheres que poderiam solicitá-la, dentre as já filiadas aos partidos políticos. Esse indicador avaliará o real interesse em relação à formação a ser ofertada, essencial para dimensionamento da demanda em relação a cursos futuros, bem como cálculo da viabilidade orçamentária quando da expansão, na terceira etapa. Também serão acompanhados os índices de evasão durante o desenrolar do projeto, em todas as etapas, bem como do quantitativo de mulheres que se inscreveu em comparação com o de quantas de fato realizaram o curso, nas três etapas.

A segunda etapa do projeto consistirá em, utilizando-se dos conhecimentos verificados com o acompanhamento do projeto-piloto, paralelamente desenvolver iniciativa similar no Estado do Ceará. Uma das integrantes do grupo poderá fazer os contatos com as autoridades do Poder Judiciário – seja no âmbito da Justiça Estadual, seja no âmbito da Justiça Eleitoral. O intuito é que a segunda etapa seja simultânea ao desenrolar da primeira. O Diretor da Escola Judicial Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, bem como o Diretor da Escola Superior da Magistratura Estadual do Ceará, serão convidados a acompanhar o desenrolar do projeto-piloto no Paraná, de modo a fortalecer os laços institucionais e as parcerias vindouras. Pretende-se, ainda, manter contato e parcerias com instituições do terceiro setor que já desenvolvem iniciativas parecidas, como, para além dos parceiros do projeto-piloto já mencionados, o Instituto Brasileiras, de São Paulo, que já realizou curso de formação política de mulheres na Câmara Municipal de São Paulo, bem como a ONG Visibilidade, de Belo Horizonte, dentre outros, como o Movimento Renova BR. O intuito é conhecer as dificuldades já enfrentadas por essas organizações, para ajustar e aperfeiçoar o projeto.

No Ceará, pretende-se também firmar, além das parcerias com as Escolas Judiciais do TRE/CE e da Magistratura Estadual cearense, cooperação também com a Unifor – Universidade de Fortaleza, instituição de ensino que é parceira do Columbia Global Center – RIO, para fins de estruturação do curso de capacitação a ser realizado na segunda etapa, com indicações de nomes e sugestões, bem como viabilização de tecnologia e espaço físico. A parceria será implementada por meio de contato com a Professora da Unifor Lilia Sales, que compõe o conselho consultivo do CGC – RIO.

Com relação à segunda etapa do projeto, o objetivo é acompanhar os resultados efetivos da capacitação nas eleições municipais a serem realizadas em 2020, com enfoque específico nas mulheres já filiadas a partidos políticos que desejem se candidatar a vereadoras. Assim, o curso a ser implementado no Ceará terá esse público específico, diferente do projeto-piloto, que elegeu como público alvo mulheres da comunidade em geral. Pretende-se, assim, verificar as diferenças de conteúdo e de implementação do projeto com dois públicos-alvo distintos, para, acompanhando-se os resultados atingidos, refinar a metodologia para a terceira etapa.

Num terceiro momento, almeja-se levar o projeto, mediante cooperação a ser firmada com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por meio dos Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Os resultados obtidos no projeto-piloto no Paraná e na etapa a ser desenvolvida no Ceará serão estudados, analisados e contribuirão para a formulação do projeto a ser realizado, bem como sua formatação – se via educação à distância ou presencial, se será realizada em Brasília ou se o TSE apoiará a realização em todos os TREs do Brasil, inclusive via EaD, etc.

Para a terceira etapa, pretende-se fazer contato com a Presidência do TSE, por meio dos Laboratórios de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), para verificar a viabilidade do projeto e o interesse da instituição. Uma vez confirmados a possibilidade e o interesse, serão aperfeiçoados os projetos levados a cabo nos âmbitos do Paraná e Ceará para ampliação nacional.

Envolver a Justiça Eleitoral resultará no afastamento do teor partidário do curso, já que não será permitido favorecer este ou aquele grupo político, mas, tão somente, fornecer ferramentas de esclarecimento e de capacitação às candidatas, em condições de igualdade, amplamente divulgadas a todos os partidos.

4. CONCLUSÕES: LIDERANÇAS FEMININAS NA BUSCA DE SOLUÇÕES

Espera-se que o desenvolvimento do projeto leve à difusão da participação das mulheres na política, mediante conscientização dos dirigentes partidários; assunção de funções nas coligações e partidos por mulheres; tratamento igualitário das candidaturas femininas; aumento do interesse feminino em se candidatar e à eleição de mais mulheres, para que a sua presença reduzida na vida política deixe de ser um desdobramento dos padrões históricos, socioculturais e da divisão sexual do trabalho.

Trabalha-se sob a perspectiva do ODS 5, do atingimento da igualdade de gênero e também do ODS 16, que busca a paz, a justiça e instituições fortes. Indiretamente, porém, a Agenda 2030 e os demais ODS podem e devem ser beneficiados pela eleição de mais mulheres, que se dediquem ao desenho e à implementação de políticas públicas para o público feminino e para a sociedade como um todo,

sob um olhar igualitário. Afinal, as políticas que beneficiam as mulheres atingem indistintamente homens e mulheres. Não se trata de buscar políticas públicas apenas para o benefício delas, mas, sob o olhar das eleitas, para o avanço da sociedade como um todo. O fortalecimento das instituições

(ODS 16) está ligado à ampliação da participação feminina (ODS 5). A democracia se fortalece e as políticas públicas ganham mais legitimidade à medida em que a composição de gêneros da sociedade se reflete nos parlamentos, sejam locais ou federal.

5. TIMELINE DO PROJETO

Tarefa	Data de Conclusão	Concluída
Contatos iniciais Ceará – Escola da Magistratura e Unifor	SETEMBRO-2019	SIM
LANÇAMENTO PRIMEIRA ETAPA – TRE/PR	03 de outubro de 2019	SIM
PRIMEIRO MÓDULO PRESENCIAL TRE/PR	19 de outubro de 2019	SIM
SEGUNDO MÓDULO PRESENCIAL TRE/PR	26 de outubro de 2019	
Planejamento da segunda etapa para 2020 – apuração dos resultados no Paraná para aprimoramento para o Ceará	NOVEMBRO – 2019	
Formatação da segunda etapa	JANEIRO – 2020	
Início da segunda etapa – Ceará	FEVEREIRO – 2020	
Aplicação do curso no Ceará e estudos para ampliação em nível nacional – terceira etapa	MARÇO - 2020	

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Tábata. Por nós e pelas que virão. Folha de São Paulo, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/tabata-amaral/2019/10/por-nos-e-pelas-que-virao.shtml>. Acesso em 21.10.2019.

BIROLI, Flavia; Mota, Fernanda Ferreira ; O gênero na política: a construção do 'feminino' nas eleições presidenciais de 2010. Cadernos Pagu (UNICAMP. Impresso), p. 197-231, 2014.

BIROLI, Flavia. Mulheres e política nas notícias: estereótipos de gênero e competência política. Revista Crítica de Ciências Sociais, v. 90, p. 45-69, 2010.

COULOMBE, Evelyne; GIANNINI, Renata; FOLLY, Maiara. A igualdade de gênero é boa para a segurança e o desenvolvimento econômico. Então, por que ela não é uma prioridade?. Le Monde Diplomatique. 7.09.2017. Disponível em <http://diplomatique.org.br/a-igualdade-de-genero-e-boa-para-a-seguranca-e-o-desenvolvimento-economico-entao-por-que-ela-nao-e-uma-prioridade/>. Acesso em 21.10.2019.

FISCH, Arthur Thury Vieira e PANSIERI, Barbara. Mulheres

nos Municípios: a desigualdade de gênero nos diretórios partidários. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/cepesp/mulheres-nos-municipios-a-desigualdade-de-genero-nos-diretorios-partidarios-14102019>. Acesso em 15.10.2019.

IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. 2019.

IBGE – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em <https://indicadoresods.ibge.gov.br/objetivo/objetivo?n=5>. Acesso em 15.10.2019.

International Parliamentary Union – Women representation data. Disponível em <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em 15.10.2019.

Relatório da Missão de Observação Eleitoral da OEA, 2018. Disponível em <https://www.oas.org/fpdb/press/Informe-Preli-minar-MOE-Brasil-2018-FINAL-POR.pdf>. Acesso em 2.9.18.

TSE – Estatísticas Eleitorais 2014. Disponível em <http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/estatisticas/eleicoes/eleicoes-antiores/estatisticas-candidaturas-2014/estatisticas-eleitorais-2014-resultados>. Acesso em 15.10.2019.

PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA PALMA DA MÃO

Alessandra Debone de Sousa¹ e Adriana Salgueiro²

Conselheiras: Maria Luiza Campos e Germana Bähr

1. INTRODUÇÃO

Os direitos reprodutivos dizem respeito ao direito das pessoas decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas. Compreendem o direito de acessarem informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos, e o direito de exercerem a sexualidade e a reprodução livres de discriminação, coerção e/ou violência.

A saúde sexual reprodutiva relaciona-se a esses direitos na medida em que possibilita às pessoas o acesso a informações e a métodos seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento reprodutivo de sua escolha, bem como a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde no que diz respeito à vida reprodutiva e seus efeitos (VENTURA, 2002).

Os direitos reprodutivos são direitos humanos básicos, legitimados pela ordem mundial desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, e nas diversas leis internacionais (Convenções e Pactos), nacionais, e nos documentos consensuais (Plataformas de Ação das Conferências Internacionais das Nações Unidas) sobre direitos humanos (VENTURA, 2002).

A definição de saúde reprodutiva, internacionalmente adotada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), afirmada no Plano de Ação da Conferência Mundial de População e Desenvolvimento – Cairo, 1994 – e reiterada pela Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher – Pequim, 1995 –, é :

“A saúde reprodutiva é um estado de completo bem-estar físico, mental e social em todas as matérias concernentes ao sistema reprodutivo, suas funções e processos, e não à simples ausência de doença ou enfermidade. A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tendo a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando e quantas vezes deve fazê-lo. Está implícito nesta última condição o direito de homens e mulheres de serem informados e de terem acesso aos métodos eficientes, seguros, aceitáveis e financeiramente compatíveis de planejamento familiar, assim como

a outros métodos de regulação da fecundidade a sua escolha e que não contrariem a lei, bem como o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que propiciem às mulheres as condições de passar com segurança pela gestação e parto, proporcionando aos casais uma chance melhor de ter um filho sadio” (Plano do Cairo).

Segundo Ventura (2002), a atual concepção dos direitos reprodutivos não se limita à simples proteção da reprodução. Ela vai além, defendendo um conjunto de direitos individuais e sociais que devem interagir na busca do pleno exercício da sexualidade e da reprodução humana. Essa nova concepção tem como ponto de partida uma perspectiva de igualdade e equidade nas relações pessoais e sociais, e uma ampliação das obrigações do Estado na promoção, efetivação e implementação desses direitos.

Dessa forma, disponibilizar instrumentos que possam facilitar o exercício desses direitos, ampliando o acesso à informação e aos mecanismos contraceptivos, como parte integrante da política pública de Estado, apresenta-se como um desafio a ser superado, notadamente quanto à transversalidade dessas políticas no âmbito da educação e da saúde.

2. OBJETIVO DO PROJETO

O objetivo deste projeto é criar meios para facilitar o acesso aos métodos contraceptivos e à informações sobre planejamento sexual e reprodutivo, com foco em adolescentes e mulheres que querem iniciar sua vida sexual, ou que iniciaram seu ciclo menstrual, de forma a garantir o empoderamento da mulher no processo de tomada de decisão da maternidade, sem interferir na sua saúde e bem-estar.

3. JUSTIFICATIVAS

Compreender a relevância deste projeto passa pelo entendimento de alguns contextos em torno dos direitos sexual e reprodutivo.

3.1 Entendendo o planejamento reprodutivo

O planejamento sexual e reprodutivo não diz respeito apenas à prevenção da gravidez não desejada, ele é algo mais amplo, um direito constitucional, fundado

(1) Gerente Geral de Tecnologia. Secretaria de Educação na Prefeitura de Recife;

(2) Gerente de Clientes e Negócios na Gerência Nacional de Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais. Caixa Econômica Federal.

no princípio da dignidade humana (Art.226, parágrafo 7, CF/88), passando pelo processo de escolha individual de homens e mulheres, que deve ser respeitado pelos entes públicos e privados, cabendo ao Estado “propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”.

Dentro do processo de tomada de decisão de iniciar a vida sexual, sendo ela com fins reprodutivos ou não, o jovem passa por diversas nuances sociais, culturais e econômicas que podem ser determinantes em seu processo de escolha de vida, cabendo principalmente ao Estado propiciar que esse processo seja feito de forma a minimizar os riscos de doenças, discriminação, coerção, violência e gravidez não desejada (Cuidando de Adolescentes, MS 2016).

No âmbito social, iniciar a vida sexual pode significar uma forma de adquirir mais respeito e entrar mais cedo na fase adulta, além da possibilidade de mudança no status social. Assim, como ocorre com a vida sexual, a gravidez também tem seus significados, seja ela desejada ou não. É importante destacar que o desejo de ser mãe está muito mais relacionado à vontade de se tornar mulher, ou seja, uma maternidade social (DADOORIAN, 2003), onde o filho representa mais a entrada na fase adulta do que a vontade em si da maternidade. Por outro lado, as adolescentes de classe média não relatam a vontade de engravidar, e se referem à alta preocupação da interferência da gravidez nos estudos e no trabalho. Ou seja, a vontade de ser mãe pode estar muito mais ligada à falta de perspectiva de futuro do que à vontade em si de ter filhos. Essas constatações são corroboradas pelo estudo “Trajetórias Plurais”, realizado pela UNICEF (2018), ao abordar a gravidez como fenômeno social, traçando quatro grandes linhas de motivação para a sua ocorrência:

- Gravidez não planejada: quando adolescentes, com motivação ligada ao desejo sexual, assumem o risco de uma gravidez;
- Gravidez desejada: quando as adolescentes manifestam seu desejo de engravidar;
- Gravidez estratégica: planejada ou não, para muitas adolescentes, a gravidez é uma possibilidade de mudança de status social;
- Gravidez gerada por violência sexual: com grande impacto sobre a saúde física e psicológica da mulher, situação na qual a gravidez pode representar uma segunda violência, que envolve decisões, com forte carga emocional para meninas.

Assim, garantir que meninos e meninas possam passar por esse processo de tomada de decisão com responsabilidade e cuidado depende da interlocução de diversos serviços públicos, atuando de forma coordenada e vinculada para garantir que esse fenômeno não atrapalhe sua saúde e bem estar. Ignorar a questão da sexualidade na fase de transição para a vida adulta implica em a sociedade

se abster de orientar adolescentes de modo adequado para que possam decidir sobre o momento ideal para o início de sua vida sexual, assim como acerca de seus direitos e responsabilidades no caso de uma eventual gravidez.

3.2 A importância do Sistema Único de Saúde

A subjetividade do tema é o principal desafio na hora de se pensar em planejamento sexual e reprodutivo, e a forma de se aproximar dos jovens é de fundamental importância. É notadamente reconhecido, principalmente pela Lei 9.263 de 1996, que regula o planejamento familiar, a importância do Sistema Único de Saúde nesse processo, já que o mesmo é tido como referência e principal responsável por promover ações preventivas e educativas, assim como garantir acesso aos métodos contraceptivos.

Nesse sentido, o Relatório da OMS: “Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean”, de 2018, traz a importância de aumentar o uso de métodos contraceptivos através da redução do preço e da facilitação do acesso.

Complementando o estudo da OMS, a UNICEF (2018), apresenta em seu relatório “Trajetórias Plurais” a importância do estabelecimento de vínculo com as unidades de saúde e da melhoria da qualidade do atendimento, principalmente aos adolescentes e jovens, apresentando a existência de entraves no acesso e na qualidade do atendimento, que deve ser realizado de forma ética, individual, sigilosa e autônoma, conforme garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Vale destacar que o mesmo relatório ressalta a importância do acesso à informação no que tange aos direitos individuais e sexuais dos adolescentes, por meio da “Agenda Proteger e Cuidar do Adolescentes na Atenção Básica”, estratégia aprovada pelo Conselho Nacional de Saúde que tem como foco principal a disseminação de informação referente aos direitos sexuais e reprodutivos e a capacitação dos profissionais de saúde.

3.3 Planejamento sexual e reprodutivo e empoderamento da mulher

O desenvolvimento da mulher enquanto pessoa empoderada passa pelo desenvolvimento do seu potencial de forma plena. Um dos pilares dessa temática é a possibilidade das mulheres planejarem suas vidas e famílias de forma a garantir que a maternidade não atrapalhe a sua saúde e bem-estar.

O planejamento sexual passa pelo conhecimento do próprio corpo e seus significados, além de ensinar à mulher todos os seus direitos e implicações que suas decisões podem acarretar. A decisão de iniciar a vida sexual é exclusiva dela e cabe ao estado fornecer informação adequada para que esse processo seja feito de forma plena e consciente. Uma gravidez não planejada pode acarretar em um maior

risco de vida para o bebê e para a jovem, uma vez que ela normalmente inicia seu pré-natal de forma tardia, sem falar no aumento na taxa de evasão escolar e no ingresso precoce no mercado de trabalho. (DIAS; TEIXEIRA, 2010)

Todos esses fatores impactam diretamente a renda da mulher, aumentando, conseqüentemente, sua dependência, seja da família, do Estado, ou do seu parceiro. Para melhor entender esse contexto, é importante analisar as principais motivações que levam essas jovens mulheres a engravidar.

Ao analisar as principais pesquisas de motivação para a mulher engravidar, principalmente na adolescência, é possível observar que a maioria delas tem conhecimento sobre os métodos contraceptivos e não o utilizaram por diversos fatores, entre eles: não pensar na anticoncepção na hora; desejar de fato a gravidez; e antecipar a relação sexual naquele momento. Na verdade, o fato é que nem todos os adolescentes conseguem avaliar a extensão das conseqüência de suas atitudes (DIAS; TEIXEIRA, 2010). Mas será que a gravidez não planejada é apenas conseqüência de irresponsabilidade somada ao desejo de ter filho?

Neste contexto, cabe destacar outras contribuições de Dadoorian, de 1994 e 2010, onde se evidencia que a falta de um projeto de vida e planos para o futuro, pode acarretar em uma gravidez não planejada, uma vez que ter uma família é uma forma de reconhecimento social de um projeto de vida tanto para os homens quanto para mulheres.

Assim, pode-se concluir que a falta de perspectiva de vida, atrelada a questões sociais e econômicas, são fatores que interferem na tomada de decisão das mulheres, que acreditam, em sua grande maioria, que a gravidez trará liberdade, status social e até um poder superior ao das mulheres que não tem filhos.

4. DESAFIOS E PROBLEMAS ENCONTRADOS

Segundo o estudo “Adolescent pregnancy trends in the last decade” (MONTEIRO et al, 2019), Publicado pela Associação Médica Brasileira (2019), a gravidez na adolescência é um fenômeno universal, com maior prevalência nos países em desenvolvimento. Embora desde os anos 2000 a gravidez na adolescência no Brasil se encontre em lento declínio, especialmente entre 10-14 anos, a taxa de fecundidade específica para essa faixa etária permanece elevada. Também, adolescentes entre 15 e 19 anos apresentam menor conhecimento e menor taxa de utilização de métodos contraceptivos e, dessa forma, a maior taxa de necessidades não atendidas entre todas as faixas etárias (MACHADO, 2017). Já em uma perspectiva regionalizada, o estudo “Trajetórias Plurais” da UNICEF (2018), indica que muito embora seja possível constatar a redução e a estabilização da quantidade de ocorrências de gravidez entre adolescentes de 15 a 19 anos, os casos seguem aumentando entre meninas de 10 a 14 anos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, reforçando as disparidades regionais. Segundo os mesmos estudos, o

aumento significativo da sífilis entre as meninas e de sífilis congênita entre crianças de até 1 ano, filhas e filhos de mães adolescentes, assim como as altas taxas de mortalidade de bebês em decorrência da doença, reforçam a importância de expandir as estratégias de prevenção e cuidado para adolescentes, atualmente restritas a mulheres adultas. Como agravante do quadro, tem-se o aumento da ocorrência de Aids entre adolescentes no período de 1994 a 2014, reforçando a necessidade de um olhar especial para este grupo, especialmente para a qualidade, a adequação e o acesso a serviços de saúde nessa fase da vida.

Alguns achados já identificados em trabalhos em curso na Prefeitura do município de Recife/PE com adolescentes entre 11 e 15 anos apontam que: i) as adolescentes têm conhecimento sobre os métodos contraceptivos, mas não sabem como eles agem e nem como utilizá-los; ii) elas têm muito medo de falar com a família sobre o assunto e não querem compartilhar isso com a família; iii) elas não identificam a unidade de saúde como um local para receber orientação; iv) elas não identificam a unidade de saúde como um local seguro, onde poderiam ir sozinhas; v) elas não sabem quais são os métodos disponíveis no SUS; vi) elas ouvem muito as informações que vem dos parceiros; vii) elas buscam informação na farmácia do bairro, porque é menos burocrático; viii) elas só vão à unidade de saúde quando se encontram grávidas ou com suspeita de gravidez; ix) em sua maioria, não fazem acompanhamento da saúde sexual e reprodutiva com ginecologistas.

Os resultados das últimas pesquisas realizadas pela Coordenação-Geral de Saúde de Adolescentes e Jovens do Ministério da Saúde (UNICEF, 2018), realizadas entre 2015 e 2018, visando identificar o desempenho dos indicadores de prestação de cuidados de saúde aos adolescentes, quanto à acessibilidade, aceitabilidade, equidade, adequação e eficácia, apontam que o grande gargalo ainda é a dificuldade no acesso, principalmente quando a adolescente chega sem o acompanhamento de adultos. Nessa linha, o Ministério da Saúde tem buscado estratégias virtuais e presenciais de esclarecimento e conscientização quanto à obrigatoriedade no atendimento de adolescentes desacompanhados pelas UBS, visto que se trata de um direito garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, reforçado pelos códigos de ética de todas as categorias profissionais de saúde.

A negativa no atendimento de adolescentes desacompanhadas é um dos fatores que mais influenciam o afastamento desse público dos serviços de saúde, cabendo a reflexão de que “não adianta falar somente da questão da gravidez, se adolescentes não conseguem nem ter acesso ao serviço básico de saúde”.

Outro grande desafio é assegurar o sigilo, privacidade e autonomia, com espaços de escuta que possibilitem trabalhar e disseminar o tema, assim como garantir o conhecimento e acesso tempestivo aos diversos métodos contraceptivos, que possam ser aplicados às realidades individuais.

Adolescentes desejam método seguro e efetivo de contracepção, mas encontram barreiras ao conhecimento de diferentes opções e a seu acesso. Os métodos que dependem do uso correto da adolescente, apresentam maior número de falhas quando comparado a mulheres adultas. A taxa de descontinuidade global em relação ao método contraceptivo é maior entre as adolescentes (14-19 anos de idade) quando comparada às mulheres adultas, com mais de 25 anos de idade (MACHADO, 2017). Estudos evidenciam que as taxas de continuidade e satisfação com o método contraceptivo são maiores quando a decisão é da paciente. As mulheres preferem decidir de forma autônoma, com menor influência do profissional de saúde, sobre seu método contraceptivo, após um adequado aconselhamento (MACHADO, 2017).

Nesse contexto, iniciativas com foco na criação de um canal que permita o acesso aos conteúdos e a métodos contraceptivos disponíveis na rede pública, em linguagem acessível, que proporcionem a autonomia na escolha do método a ser utilizado, com apelo atrativo ao público adolescente, podem facilitar a prática efetiva do exercício do direito à saúde reprodutiva, ainda pouco explorado aqui.

Existem aplicativos desenvolvidos dentro e fora do Brasil, muitos dos estrangeiros com versão em português, que dão acesso a diversos serviços, dos mais básicos (em versão gratuita) aos mais sofisticados (em versões pagas). Os aplicativos pesquisados, em sua maioria, objetivam auxiliar no controle reprodutivo, com foco no gerenciamento e acompanhamento do ciclo menstrual, tanto para quem deseja engravidar quanto para quem deseja evitar a gravidez. São apps que funcionam como um “diário” e que podem ser utilizados como uma ferramenta secundária, como forma de conhecer melhor o próprio corpo, ou para obter conteúdos sobre o tema. São eles:

a) Clue: desenvolvido na Alemanha, oferta gratuitamente um panorama geral dinâmico do ciclo menstrual da usuária, dividindo-o em possíveis dias férteis, dias de menstruação e dias de TPM. Diariamente, o usuário pode adicionar informações extras, como fluxo menstrual, emoção, dores, horas de sono, relações sexuais, aparência do cabelo e pele, muco cervical, temperatura basal, testes de gravidez e uso medicamentos. Possibilita que o usuário receba alertas sobre sua próxima menstruação, a janela de fertilidade e período da TPM.

b) Clover: o aplicativo oferece calendários e calculadoras de ciclo menstrual, permitindo verificar menstruações irregulares, TPM, data de menstruação, quantidade de sangue, previsão de duração da menstruação e lembretes de quando o seu ciclo vai começar e terminar

c) Calendário menstrual: de cor rosa e com bichinhos, o aplicativo oferece previsão dos próximos ciclos, espaço para que o usuário acrescente suas emoções, sintomas e faça anotações diariamente. Também possibilita acrescentar a temperatura basal, disponibilizando um gráfico geral para acompanhar sua variação. O app conta com uma categoria para se adicionar peso e altura, informando o índice

de massa corporal do usuário e como ele varia ao longo do mês. Permite acompanhar estatística de quantas relações o usuário tem e quantos orgasmos foram alcançados.

d) Maia: em uma interface clean, o Maia (também conhecido por LoveCycles) traz a ilustração de uma garota que acompanha o usuário em cada aba do software. O aplicativo faz previsões sobre os próximos ciclos menstruais (dias férteis e dias de sangramento) e apresenta “dicas do dia” conforme o período do ciclo, explicando os impactos no corpo e no estado de espírito da usuária. Permite que emoções, sensações e notas diárias sejam adicionadas. Além disso, disponibiliza gráfico da variação de temperatura e de peso.

e) Flo: além das categorias tradicionais do acompanhamento do ciclo menstrual, o Flo permite que o usuário acrescente informações como a duração do sono, prática de atividade física e até a quantidade de consumo de água. Há como receber lembretes e alertas sobre a chegada da menstruação e da ovulação, além de horários para tomar comprimidos. Apresenta gráficos de análise do ciclo e das temperaturas basais e permite que o usuário sincronize seus dados com o app Google Fit (Android) e Saúde (iOS). Em caso de gravidez, há um calendário especial para acompanhar o desenvolvimento do feto.

f) Sai Cólica: além de registrar as informações do ciclo menstrual e informar os prováveis dias de cada período, o aplicativo oferece joguinhos para tentar aliviar a dor da cólica ou aquele estresse clássico durante a TPM.

g) Womanlog: O Womanlog também registra os dias do início e final da menstruação, informando a previsão dos próximos períodos do ciclo. Além disso, o aplicativo tem registro de peso, funções para adicionar as informações da pílula, estado de espírito e outros sintomas diários. Também disponibiliza a ativação do “modo gravidez”.

h) Glow: o app contém gráfico que mostra os picos de fertilidade durante o mês. Além de registrar os dados de sintomas físicos, do humor, estresse e da atividade sexual, o aplicativo permite adicionar amigas, chamadas de “parceiras de ciclo”. As pessoas adicionadas podem fazer publicações em uma linha do tempo e interagir com a usuária.

Nenhum dos aplicativos pesquisados, provavelmente por serem de iniciativa privada, apresenta informações de como acessar os métodos contraceptivos na rede pública de saúde, e nem mesmo os locais onde se encontram disponíveis, indicando lacuna no desenvolvimento de tais iniciativas vinculadas às bases do Sistema Único de Saúde, que permitam auxiliar no processo de decisão e acesso ao método contraceptivo.

Algumas práticas testadas e utilizadas na América Latina são passíveis de aplicação no Brasil, a exemplo do aplicativo móvel e para desktop “donde.huesped.org.ar” desenvolvido pela Fundación Huésped, com o apoio das equipes Governo aberto e Governo eletrônico do Ministério da Modernização do Governo da Cidade de Buenos Aires, apresentado no Hackaton Developing Latin America (DAL 2012). O aplicativo permite pesquisar locais gratuitos para

acesso aos métodos contraceptivos, além de locais para a realização de teste de HIV, identificando os centros mais próximos da localização do usuário. Contempla também informações sobre políticas públicas mantidas por governos nos níveis nacionais, provinciais e municipais, permitindo a interação do público para indicar lugares ausentes ou informações incompletas.

Neste cenário, a questão mais importante é: como abarcar tecnologia, promover sinergia entre conteúdos e bases de dados existentes no âmbito da Saúde, no Brasil, para criar um canal que permita o acesso à informação e a métodos contraceptivos disponíveis na rede pública, viabilizando o exercício do direito sexual reprodutivo, notadamente aos adolescentes brasileiros.

5. SOLUÇÕES PROPOSTAS

Com foco no desafio descrito acima, este projeto tem por objetivo disponibilizar uma ferramenta interativa e gratuita que facilite o acesso à informação sobre planejamento sexual e reprodutivo para adolescentes que iniciaram seu ciclo menstrual, de forma segura e sigilosa, vinculada ao sistema público de saúde, de forma a garantir o empoderamento da mulher no processo de tomada de decisão sobre seu corpo e sua sexualidade.

Para tanto, o projeto propõe, como diferencial aos instrumentos já existentes, a criação de um aplicativo (app) gratuito, que integre informações sobre métodos contraceptivos disponíveis na rede pública com indicações dos locais mais próximos onde encontrar o método contraceptivo desejado, por meio do emprego da tecnologia de georreferenciamento, possibilitando a pesquisa por endereço e a visualização do mapa das unidades de saúde e farmácias do SUS, com os respectivos horários de funcionamento. O aplicativo irá disponibilizar também o compartilhamento de conteúdos diversos sobre saúde sexual e reprodutiva, e o controle e gerenciamento do ciclo menstrual, além de uma gameificação, com a finalidade de incentivar o uso continuado do aplicativo, de forma interativa. O foco do app é o público adolescente, dada a contextualização do problema apresentada neste trabalho, baseado na persona “Vivi”³, idealizada para caracterizar o público-alvo deste projeto:

“Vivi tem 14 anos e começou a descobrir sobre menstruação e sexualidade principalmente através das amigas. Ela sabe o que é, mas não sabe os motivos de tantas mudanças e sensações no seu corpo. Ela sabe o que é sexo e sabe o que é anticoncepcional, mas não sabe como nada disso funciona, e tem certeza que não quer engravidar. Tem medo de conversar com a família e ouve muito suas amigas, pesquisa na internet, vai na farmácia do bairro e ouve seu parceiro. Ela confia nele. Se

sente perdida e insegura, quer experimentar novas coisas e não quer compartilhar isso com a família. Vê os meninos da idade dela falando sobre sexo e algumas amigas grávidas. Tem medo de julgamentos e precisa de um espaço acolhedor e com informações seguras”.

Os conteúdos básicos do app (interações e funcionalidades) vão abranger, entre outros, as temáticas: perguntas e respostas relacionadas à sexualidade, ciclo menstrual e violência contra a mulher, gravidez, o processo de concepção e anticoncepção na adolescência, doenças sexualmente transmissíveis/HIV/AIDS, dupla proteção, abordagem sobre métodos contraceptivos (pílulas anticoncepcionais, injeções anticoncepcionais, camisinha masculina, camisinha feminina, diafragma, espermicida, dispositivo intra-uterino – DIU, tabela, muco cervical, temperatura basal, sintotérmico, coito interrompido e relação sexual sem penetração vaginal, ligadura de trompas, vasectomia, pílula anticoncepcional de emergência, além de opções para controle de ciclo menstrual de forma interativa e diária.

Para a fase de ideação do app, intencionando aproximá-lo o máximo possível dos objetivos propostos, o projeto prevê a realização de uma oficina de cinco dias úteis, para a aplicação das metodologias de Design Thinking e Design Sprint na elaboração de protótipo do aplicativo. O Design Thinking é uma abordagem que busca a solução de problemas de forma coletiva e colaborativa, em uma perspectiva de empatia máxima com seus stakeholders (interessados): as pessoas são colocadas no centro do desenvolvimento do produto, não só o consumidor final, mas todos os envolvidos na cadeia. Objetiva conhecer em profundidade as necessidades das pessoas, mapeando e mesclando experiência cultural, visão de mundo e processos inseridos na vida dos indivíduos para se obter uma visão mais completa na solução de problemas e, dessa forma, melhor identificar as barreiras e gerar alternativas para transpô-las.

Já o Design Sprint é uma metodologia cujo processo é aplicado em cinco dias para responder a questões críticas de negócios através do design, prototipagem e teste de ideias com os clientes. Esta metodologia é utilizada para produzir e testar ideias em cinco etapas específicas: entender, criar, definir, prototipar e validar.

A oficina envolverá a participação de 10 a 12 pessoas, na cidade de Recife/PE, em local a ser definido, respeitando-se a observância dos seguintes perfis:

- 01 profissional de UI Design (Design de Interface do Usuário), responsável por elaborar, criar e planejar o meio pelo qual o usuário interage e controla um determinado dispositivo, por meio de interfaces normalmente compostas por botões, menus ou qualquer elemento que possibilite a interação entre o usuário e os dispositivos, pensados de maneira a antecipar as reais necessidades de utilização do usuário;

(3) Persona criada em oficina design thinking realizada em 24/10/2019, na cidade de Recife-PE, pela Secretaria de Educação em parceria com a Secretaria de Saúde da Prefeitura do município de Recife.

- 01 profissional de UX Design (Design de Experiência do Usuário), responsável por lidar com as emoções e experiências dos usuários, tornando a experiência de uso do serviço mais amigável, natural e simples;

- 01 facilitador com domínio da aplicação das metodologias Design Thinking/Design Sprint;

- 09 convidados, entre representantes de Saúde de Recife, Secretaria da Mulher do Recife, Secretaria de Educação do Recife, além de jovens e adolescentes habilitados como engajadores e multiplicadores em programas afins;

A facilitação da oficina, por meio de profissionais com expertise, bem como o espaço em laboratório de inovação para a realização da oficina, assim como os deslocamentos e infraestrutura previstas poderão ser negociados com as partes interessadas no projeto, através da realização de parcerias para o custeio integral das despesas envolvidas neste projeto.

O protótipo, testado e validado na oficina, passará por uma segunda fase de testes, dentro de um Projeto Piloto para uso local na cidade de Recife/PE, valendo-se da integração com as bases locais do SUS, com contratos de prestação de serviços com empresa de tecnologia que já contemple em seu escopo o desenvolvimento de objetos desta natureza. O Projeto Piloto abrangeria a atuação dos gestores municipais das respectivas secretarias (Saúde, Educação e Mulher), objetivando a disseminação e acompanhamento da aceitabilidade e uso do aplicativo.

Em maior escala, a depender dos resultados obtidos com o Projeto Piloto na cidade de Recife/PE, bem como do envolvimento e engajamento dos gestores federais no projeto, a proposta apresenta potencial para abranger a avaliação de sua extensão, configurando-se em instrumento de política pública em nível federal, podendo alcançar todo o território nacional.

5.1 Potenciais Parceiros e Atores envolvidos

A realização da Oficina de Design Sprint, que objetiva a prototipação e teste do app, poderia ser aplicada no âmbito de parcerias promovidas junto aos laboratórios de inovação existentes na administração pública federal, como o InovaGov, GNova e o Impact Hurb, que fomentam e incentivam práticas inovadoras na gestão pública, valendo-se de espaços hoje já existentes para a prática dessas

oficinas, a exemplo da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP, com sede em Brasília, ou Porto Digital, em Recife-PE, ou na Prefeitura de Recife/PE.

Os conteúdos veiculados em programas federais já existentes, como os associados à “Agenda Proteger e Cuidar”, e ao Programa “Saúde na Escola”, além de conteúdos de cartilhas informativas versando sobre a saúde básica do adolescente e saúde sexual e reprodutiva, também poderiam ser acessados por meio do aplicativo, ampliando-se os canais de acesso à informação hoje disponibilizados pelo Ministério da Saúde.

No Brasil, há uma gama de projetos e práticas de referências fomentadas por diversos atores, em consonância com este projeto, que também poderiam se valer do canal proposto para disseminação de suas iniciativas, e compartilhamento de conteúdos e resultados, entre eles o Projeto “Hoje Menina, Amanhã Mulher”, disseminado em diversas localidades da federação; o Projeto “Empodera Manas”, que aborda a inclusão e perspectiva de gênero em Belém (UNICEF); o Projeto “a Caixa do Sexo – Criatividade na promoção à saúde”, promovido pela Unidade Básica de Saúde Grande Vitória (ES); “#SeLigaAí nos Jovens Multiplicadores” – Xapuri (AC), que é um projeto de educação entre pares voltado para o adolescente com foco na saúde sexual e saúde reprodutiva; o Projeto “AdoleSER – Desenvolvendo Habilidades para a Vida” – Belo Horizonte (MG), que promove o autoconhecimento e aborda questões que envolvem gravidez na adolescência, prevenção da IST, violência doméstica e sexual, planejamento familiar e planos para a vida; o “Projeto Rap da Saúde” – Saúde de adolescentes nas comunidades do Rio de Janeiro, que por meio da metodologia problematização participativa e educação entre pares, busca formar uma rede de adolescentes como estratégia para facilitar o acesso e captar jovens, para orientação e discussão sobre temas diversos na saúde, dentre eles o acesso a métodos contraceptivos, saúde sexual e reprodutiva; o Projeto “ASA – Agente de Saúde Adolescente”, em Eusébio (CE), que tem como objetivo a prevenção de IST/Aids e da gravidez na adolescência; e o Projeto “Adolescento – Referência em saúde do adolescente”, em Brasília, no qual a saúde sexual e saúde reprodutiva são abordadas desde o primeiro acolhimento da adolescente, com orientações quanto ao acesso aos métodos contraceptivos, dentre outros.

PROJETO PLANEJAMENTO REPRODUTIVO NA PALMA DA MÃO	CUSTOS ESTIMADOS	
A) Contratação de oficina de Inovação para ideação do protótipo com aplicação das metodologias design thinking e design sprint (empresa/profissionais especializados)	R\$ 28.742,00	Alternativamente, por parceria ou Voluntariado
i) Contratação de facilitadores	R\$ 14.000,00	Alternativamente, por parceria ou Voluntariado
ii) infraestrutura para a realização das oficinas (material, local e alimentação)	R\$ 1.722,00	Alternativamente, por parceria ou Voluntariado
iii) Logística para o deslocamento para a realização de pesquisas de profundidade no município (passagens e hospedagens)	R\$ 8.520,00	Alternativamente, por parceria ou Voluntariado
iv) Desenvolvimento do Protótipo (analista de TI e designer)	R\$ 4.500,00	Alternativamente, por parceria ou Voluntariado
B) Implementação em ambiente produtivo com manutenção da solução	R\$ 130.000,00	Contrato de TI
C) Campanha para disseminação nas escolas públicas e postos de saúde do município	R\$ 50.000,00	Contrato Marketing
ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DO PROJETO	R\$ 208.742,00	

6. ORÇAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

O projeto proposto apresenta a estimativa de custos descrita no quadro a seguir. Contudo, destaca-se que até a fase de prototipação do aplicativo é possível a realização de parcerias e adesão voluntária de especialistas engajados na causa da temática:

7. RESULTADOS ESPERADOS

O resultado esperado com este projeto é a sensibilização dos agentes públicos para a implementação do aplicativo proposto de forma multidisciplinar e integrada, tornando-o instrumento efetivo para a prática da saúde sexual preventiva, bem como para o pleno exercício do direito reprodutivo no país, ampliando o acesso aos métodos contraceptivos e à informação sobre o tema, notadamente ao público adolescente. Assim, espera-se que o aplicativo possa ajudar, gratuitamente, as pessoas a decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, e em que momentos de suas vidas, balanceando os desejos e realidades individuais. A proposta possibilita às pessoas o acesso à informação e a métodos seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento reprodutivo de sua escolha, bem como acesso a serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde no que diz respeito à vida reprodutiva e seus efeitos.

DADOORIAN, Diana. A gravidez desejada em adolescentes de classes populares. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 1994.

MACHADO, R. B. Anticoncepção para adolescentes. São Paulo: Connexomm, 2017. Série Orientações e recomendações FEBRASGO. N.9, 2017

MONTEIRO, D. L. M. Adolescent pregnancy trends in the last decade. RAMB Journal of the Brazilian Medical Association, São Paulo, v. 65, n.9, 2019.

VENTURA, M. Direitos reprodutivos no Brasil. São Paulo: [s.n.], 2002. Disponível em: < http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 2 setembro de 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República

Brasil. Cuidando de Adolescentes. Orientações Básicas para a Saúde Sexual e Reprodutiva- Brasília: Ministério da Saúde, 2016

Brasil. Trajetórias Plurais. Práticas que Contribuem para a Redução da Gravidez não Intencional na Adolescência. UNICEF, 2016.

Organização Mundial da Saúde. (2018). Accelerating progress toward the reduction of adolescent pregnancy in Latin America and the Caribbean. Disponível em: <https://www.everywomaneverychild-lac.org/e/publication/teen-pregnancy/>. Acesso em 04 de Setembro de 2019.

DIAS, Ana Cristina Garcia; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo. Paidéia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 20, n. 45, p. 123-131, Apr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de Setembro de 2019

DADOORIAN, Diana. Gravidez na adolescência: um novo olhar. Psicol. cienc. prof., Brasília, v.23, n.1, p.84-91, Mar. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932003000100012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de Setembro de 2019

PROGRAMA MUNICÍPIO + IGUAL

Aline Maria dos Santos¹, Cecília Fernandes de Vilhena² e

Luísa De-Lazzari Bicalho Peixoto Resende³

Conselheira: Miriam Belchior

RESUMO

O reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos e a promoção da equidade de gênero⁴ constituem-se um processo histórico de lutas e conquistas. Identificados alguns avanços normativos, ainda se percebe um longo caminho a ser percorrido em sua implementação. Esse trabalho apresenta a proposta do Programa Município + Igual que tem como objetivo incentivar e apoiar tecnicamente Prefeitas (os) e sua equipe na implementação de políticas que promovam avanços na equidade de gênero, fortalecendo um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS 5), que é “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. O Programa será desenvolvido com foco nas gestões municipais e propõe um conjunto de ações em dois eixos, Gestão Pública e Política Pública, em torno dos quais se desenvolverão, por um lado, os requisitos necessários intersetoriais e participativos para o planejamento das políticas públicas; e, por outro, as etapas adaptáveis para produção de diagnósticos sobre o cenário local. Acredita-se na ampliação do envolvimento do poder público municipal e consequente acréscimo do número de instituições capazes e comprometidas a identificar um caminho para a equidade de gênero, de forma integrada, que seja responsiva e, principalmente, transformadora.

Palavras-chave: equidade de gênero, gestão pública, municípios, políticas para as mulheres

ABSTRACT

The recognition of women as subject of rights and the promotion of gender equity is an historical process of struggles

(1) Ouvidora da Empresa de Pesquisa Energética

(2) Assessora de Projetos Especiais no Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais - Recife, PE

(3) Diretora de Políticas de Promoção e Educação em Direitos Humanos Subsecretaria de Direitos Humanos. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais

(4) Trata-se de direitos iguais, responsabilidades e oportunidades de mulheres e homens, meninas e meninos. Equidade não quer dizer que homens e mulheres são iguais, mas sim que possuem os mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades independentemente do fato de terem nascido do sexo feminino ou masculino.

and achievements. Despite some normative progress, it will be required a long way to implement them in everyday life. This paper presents the proposal of the Municipality + Equal Program that aims to encourage and technically support Mayors and their staff in the implementation of policies which promote progress in gender equity, strengthening one of the goals of Sustainable Development Goals of the United Nations (SDG 5), which is “achieve gender equality and empower all women and girls”. The Program will be developed with focus on municipal management and it suggests a set of actions in two central axes: Public Management and Public Policy. Concerning the first one, it will be proposed some developed requirements for intersectoral and participatory public policies planning; and, on the second, it will be proposed some steps for producing diagnoses about the local scenario. As a result of this Program is believed the improvement of municipal government and, hence, the increase in the number of institutions capable and committed to identifying a path to gender equity, which will be responsive and, mostly, transformative.

Keywords: gender equity, public management, public policy, municipalities, policies for women

1. INTRODUÇÃO

O reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos e a promoção da equidade de gênero constituem-se como um processo histórico de lutas e conquistas. Seja a nível internacional, com o estabelecimento de acordos, tratados e pactos, quanto a nível nacional, com o estabelecimento de legislações, políticas públicas e desenvolvimento de uma rede de promoção e proteção dos direitos das mulheres, percebe-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido.

Segundo estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2019, a população brasileira seria constituída por 210 milhões de habitantes, dentre os quais cerca de 49% de homens e 51% de mulheres. Apesar das mulheres serem maioria da população, sua participação no mercado formal de trabalho e nos espaços de poder, bem como o ganho médio salarial, ainda estão muito abaixo daqueles comparados aos homens. Conforme dados divulgados pelo Fórum Econômico Mundial em dezembro de 2018, o Brasil se encontra na 95ª posição entre os 149 países analisados em termos de equidade de

gênero, trazendo o maior nível de desigualdade registrado desde 2011. Além disso, o estudo também aponta que caso não sejam adotadas medidas, serão necessários cerca de 108 anos para que essa desigualdade seja corrigida. Se considerarmos as dimensões econômicas e políticas, as projeções são ainda mais alarmantes. A promoção da equidade nessas dimensões levará cerca de 202 e 107 anos, respectivamente. Dessa forma, é necessário o empenho e engajamento de toda a sociedade, tanto do poder público, iniciativa privada e terceiro setor, na atuação para promoção da equidade de gênero.

Cabe ressaltar que corrobora para a promoção da Igualdade de Gênero⁵ pela gestão pública o fato deste ser um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5) do qual o Brasil é signatário. O ODS 5, estabelecido no ano de 2016, traz o seguinte objetivo: “Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”. Dessa forma, deve haver o compromisso, por parte do poder público, em todas as suas esferas, de incentivar práticas e adotar medidas que venham a efetivar esse propósito.

Atuar de forma a reduzir relações desiguais de poder baseadas em gênero e suas interseccionalidades⁶ é promover igualdade de oportunidades a todos os cidadãos. Dessa forma, este trabalho se propõe a estimular uma gestão pública municipal mais responsiva através da promoção da equidade de gênero, bem como a incentivar que as instituições façam uma mudança de culturalidade para o estabelecimento de uma sociedade que tenha mais consciência de gênero. Para isso, será apresentada uma iniciativa de apoio técnico às/aos Prefeitas/os e suas equipes na implementação de ações e políticas que promovam avanços na equidade de gênero de maneira acessível às gestões locais.

2. OBJETIVO

O objetivo do programa é incentivar e apoiar tecnicamente Prefeitas/os e suas equipes na implementação de políticas que promovam avanços na equidade de gênero, fortalecendo um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ODS 5), que é “alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas”.

Considerando a transversalidade do tema, é esperada e necessária a participação de várias instituições como: governos de Estado, agências e organismos internacionais; a sociedade civil e; em especial, os movimentos feministas e de mulheres que, por meio de parcerias com estados e

municípios, possibilitem o desenvolvimento de políticas e programas para as mulheres adequados à realidade local.

Para alcançar este objetivo, pretende-se estabelecer compromissos de atuação entre os diversos setores para o desenvolvimento de uma política qualificada e articulada com apoio das ferramentas oferecidas através do programa, bem como pela constituição de uma rede em prol dos direitos da mulher.

Ao final de cada ciclo, o programa reconhecerá e dará visibilidade às Prefeitas e Prefeitos que promoveram avanços significativos em relação à promoção, garantia e defesa da equidade de gênero.

3. JUSTIFICATIVA

Essa iniciativa se justifica primeiramente pela compreensão de que a erradicação de todas as formas de discriminação e violência contra mulheres e meninas é um direito humano básico, um compromisso do Estado e dos governos estaduais e municipais e também uma condição fundamental para promover e acelerar o desenvolvimento sustentável.

Acreditamos que, ao fortalecer a governança pública, por meio de iniciativas como a de políticas de equidade de gênero, os governos tornem-se mais democráticos e principalmente mais sensíveis às reais necessidades dos cidadãos.

Para a construção desta realidade democrática é importante que haja a criação e o fortalecimento de mecanismos institucionais que promovam o combate à desigualdade de gênero e seus impactos.

Um recente estudo da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), divulgado pelo IBGE, mostrou que houve uma queda no percentual de municípios com organismo executivo de políticas para mulheres. No ano de 2013 eram 27,5% municípios, enquanto no ano de 2018 registrou-se 19,9%. Dessa forma, observa-se um retorno ao patamar identificado no ano de 2009, que era de 18,7%. O estudo ainda aponta que essa queda foi registrada majoritariamente em municípios com menos de 10 mil habitantes; nos municípios com até 500.000 habitantes o número de organismos aumentou.

Fica evidente, portanto, com a diminuição do número de organismos responsáveis pela política para mulheres, a necessidade de promoção de novas frentes para a promoção da equidade de gênero, procurando, assim, evitar retrocessos ainda maiores.

Para isso, se faz necessária a apresentação de um plano estruturado para as lideranças, cuidando para que os resultados do programa sejam efetivos.

O programa proposto ora é estratégico, pois incentiva o diálogo entre secretarias, órgãos do governo, conselhos e sociedade, tornando a gestão pública cada vez mais eficiente; além de promover o aumento do retorno dos investimentos realizados, melhorando as condições de vida para todos.

(5) Trata-se do equilíbrio de gênero ou igual representação de mulheres e homens.

(6) É a observação da natureza interconecta das diversas categorias sociais como: situação econômica, sexualidade, raça, etnia, religião, localidade, condição de saúde, idade, necessidades especiais, etc. Estas características criam superposições e também sistemas independentes de desvantagem, vulnerabilidade e discriminação.

4. METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

O Programa Município + Igual será desenvolvido com foco nas gestões municipais e propõe um conjunto de ações em dois eixos: Gestão Pública e Política Pública, em torno dos quais se desenvolverão, por um lado, os requisitos necessários intersetoriais e participativos para o planejamento das políticas públicas; e, por outro, as etapas adaptáveis para produção de diagnósticos sobre o cenário local, definindo-se metas, prioridades e estratégias para a evolução dos indicadores sociais relacionados às mulheres e para avaliação dos participantes.

4.1- Eixo Gestão Pública

As ferramentas metodológicas a serem trabalhadas com os gestores dos municípios são os **07 requisitos mínimos**, baseados no “*Gender Integration Continuum Tool*”, que visam a transformação de organizações e seus colaboradores de um patamar de inconsciência em relação à gênero para “conscientes em gênero”, em um processo contínuo que perpassa três diferentes níveis, sendo estes: práticas abusivas de gênero (*gender exploitative*), acolhimento das questões de gênero (*gender accommodating*) e atitudes transformadoras sobre questões de gênero (*gender transformative*).

Para que uma organização alcance uma política de gênero integrada⁷, é preciso percorrer um caminho de transformação que inclui, inicialmente, a percepção das práticas abusivas de gênero, tornando a correção mais adaptável às normas existentes e, em seguida, a depender do caso, aplicando abordagens transformadoras.

Uma abordagem abusiva de gênero, ainda que involuntariamente, reforça ou tira proveito das desigualdades e estereótipos de gênero na busca dos resultados de um projeto. Trata-se de uma abordagem prejudicial, que pode dificultar o alcance dos objetivos do programa a longo prazo. Já uma abordagem acolhedora de gênero encontra maneiras de contornar as normas culturais de gênero existentes para promover resultados gerais, mas não necessariamente tenta mudar essas normas. No caso de uma abordagem de transformação de gênero espera-se a quebra de barreiras pertinentes e a criação de novas dinâmicas para o alcance da equidade de gênero.

Abaixo estão descritos os requisitos mínimos intersetoriais, utilizados como metodologia para os gestores:

(7) É um processo em que se avalia as implicações para mulheres e homens de qualquer ação planejada, incluindo leis, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer com que tanto os homens como mulheres se preocupem e experimentem uma dimensão integral de projeto, implementação, monitoramento e validação de políticas e programas nas esferas política, econômica e social para o igual benefício de homens e mulheres.

a. Adotar uma política para equidade de gênero

Pretendemos alcançar o plano de governo das prefeituras municipais, em especial aquelas que tenham hoje à sua frente prefeitas mulheres.

Como veremos nos itens seguintes, para uma completa implementação de uma política é necessário que as lideranças demonstrem que estão orientadas pelo planejamento das ações, pela existência de compromisso de alocação de recursos e por prestações de contas. Deve-se considerar, ainda, para a efetividade da política de equidade de gênero, a adoção de métodos de monitoramento e de promoção da visibilidade dos resultados alcançados. Também é importante que o ambiente social onde a política será implementada seja um ambiente preocupado com os direitos humanos básicos.

b. Desenvolver cultura e competência organizacional voltadas à equidade de gênero

Mudar a cultura organizacional voltada para a equidade de gênero é um grande desafio. Para isso, é importante que as pessoas entendam os seus papéis e responsabilidades durante a implementação e promoção dessa política. Existem diversas barreiras para aceitação desta visão, incluindo crenças religiosas.

c. Realizar análises de gênero com dados desagregados de sexo, raça e idade

A Análise de Gênero é um processo de coleta e de análise de dados desagregados por sexo, com o objetivo de entender as relações entre homens e mulheres, os seus acessos a bens e serviços, suas atividades e restrições de uns em comparação com os outros.

Ressalta-se que os processos de coletas de dados devem também considerar a desagregação por raça e idade para todos os programas aplicáveis, reconhecendo a interseccionalidade como fenômeno importante para a compreensão das necessidades individuais e coletivas, os papéis, as oportunidades, as vulnerabilidades e as contribuições para a sociedade.

Com informações detalhadas, há mais assertividade no que se propõe a fazer e pode-se evidenciar, ante os tomadores de decisões, quais os problemas e onde utilizar melhor os recursos.

d. Alocar orçamento para equidade de gênero

A alocação de recursos orçamentários e organizacionais para atender às necessidades de integração da perspectiva de gênero é etapa fundamental.

Uma vez assumidos compromissos e avanços organizacionais para promover equidade de gênero, estes precisam ser respaldados por recursos orçamentários que permitam concretizar as ações em programas e políticas públicas com objetivos claros de redução das lacunas de desigualdade e cumprimento dos direitos das mulheres.

e. Desenvolver indicadores específicos

O objetivo do desenvolvimento de indicadores de equidade de gênero é garantir que os programas de governo tenham claramente identificadas as suas metas relacionadas a gênero. Os indicadores devem ser selecionados com base nas descobertas das análises de gênero e objetivos programáticos ou organizacionais.

Eles podem proporcionar informações críticas que subsidiem adaptações aos programas e atividades para que estes alcancem de forma mais efetiva as metas de equidade de gênero e não criem impactos adversos.

O ideal é que os indicadores selecionados sejam acompanhados ao longo de toda a implementação do Programa. Nesse sentido, seguem abaixo os principais momentos nos quais os indicadores devem ser medidos:

- Antes da implementação da ação: O intuito de sua utilização é ter um retrato da realidade antes da ação governamental, para depois ser possível acompanhar sua mudança;
- Ao longo da implementação da ação: importante para as ações de acompanhamento e monitoramento;
- Ao final da ação: para conhecer as ações, o alcance dos objetivos e os efeitos sobre a mudança na realidade dos/as beneficiários/as.

Exemplos de indicadores: Taxas de analfabetismo feminino, rendimento médio do trabalho de homens e mulheres, taxa de desemprego entre mulheres, índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M).

f. Avaliar riscos e definir estratégias de mitigação

As práticas e políticas que promovam a equidade de gênero, em sua maioria, atuam de forma a questionar, colocar em evidência e propor mudanças em normas sociais e relações de poder. Dessa forma, podem apresentar alto risco em sua implementação. Riscos não intencionais podem incluir: reação negativa, violência de gênero e exclusão econômica. Além disso, servidores e parceiros que trabalham em contato direto com a população podem enfrentar situações desconfortáveis e dificuldades pessoais, psicológicas, físicas ou legais.

Sendo assim, de forma a antever os perigos e riscos envolvidos, é importante que haja um estudo empírico da realidade do local. Ferramentas de mitigação devem ser incorporadas dentro das análises de gênero e outras avaliações de programas, para que seja possível prever como a intervenção pode impactar o contexto local. Estratégias de mitigação dos riscos devem ser pensadas e constar nos planos de intervenção. Elas podem incluir o estabelecimento de mecanismos de feedback para as comunidades, funcionários e parceiros; capacitação para funcionários e parceiros sobre como responder aos casos de violência de gênero ou outros abusos relatados; e práticas para reduzir riscos para funcionários, como viajar para o campo em pares.

g. Implementar mecanismos de monitoramento e transparência

Os resultados da igualdade de gênero são fortemente influenciados pela cultura, estrutura, sistemas de uma organização, políticas e valores, bem como o compromisso de sua liderança. Mecanismos de prestação de contas são etapas concretas pelas quais uma organização determina em que medida está realizando seu compromisso de promover e integrar a igualdade de gênero em estrutura, operações e programas. Eles também incluem medidas ou etapas que uma organização pode tomar para corrigir desequilíbrios ou garantir a conformidade com políticas e diretrizes. Prestação de contas não é apenas um mecanismo para reconhecer lacunas, pelo contrário; trata-se de uma oportunidade para acompanhar o progresso, promover sucessos e identificar lições aprendidas no caminho para alcançar o propósito da equidade de gênero.

4.2 - Eixo Política Pública

Neste eixo vamos considerar a metodologia de implementação do programa a partir da construção de um Plano Municipal de Políticas para Mulheres. Trata-se de uma sugestão de 10 ações com base na proposta da Secretaria de Políticas Públicas para mulheres (SPM), que deve ser adaptada à realidade de cada Município.

Tabela 1 – Etapas para construção de Plano de Políticas para Mulheres

	Etapa	Objetivo
1.	Criar Grupo de Trabalho (GT) para coordenar a elaboração do Plano	Facilitar o planejamento e articulação dos órgãos para a construção do Plano
2.	Estabelecer Parcerias	Permitir alcançar objetivos e resultados que de outra forma não poderiam ser alcançados.
3.	Fazer o Diagnóstico	Permitir conhecer a realidade das mulheres do município
4.	Realizar Conferências com a população	Apresentar o resultado do diagnóstico, ouvir as demandas da população e discutir as principais estratégias
5.	Definir metas, objetivos, resultados	Sistematizar as contribuições e demandas da conferência em ações do plano
6.	Pactuar com demais órgãos para definição do orçamento	Definir quais ações são viáveis de acordo com o compromisso sobre o orçamento
7.	Redigir o Plano de Políticas para as Mulheres	Organizar e sistematizar a política para as mulheres em um só documento
8.	Dar visibilidade ao Plano	Dar visibilidade a política nos Municípios e Estados
9.	Criar Comitê	Acompanhar as ações no prazo e recursos propostos, promovendo ajustes necessários durante a execução
10.	Executar e Monitorar	Definir atores que vão executar o plano e fazer com que as ações do plano se tornem realidade

Fonte: Elaboração própria a partir do quadro disponível em: BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Guia para a Construção e Implementação de planos municipais e estaduais de políticas para mulheres. Brasília, 2012, p.84.

O Programa Município + Igual também pretende propor a elaboração de materiais didáticos que detalhem a metodologia acima proposta. Como mencionado anteriormente, é o resultado destas ações que serão considerados para avaliação dos municípios participantes da premiação do Prefeito + Igual.

5. PLANO DE TRABALHO

O Programa Município + Igual será desenvolvido em ciclos de quatro anos, a partir de 2021, abrangendo todo o período da gestão municipal.

Para o desenvolvimento do Programa será de fundamental importância o estabelecimento de parcerias junto a organismos e instituições que trabalhem com a promoção da equidade de gênero em suas respectivas áreas de atuação. Durante a elaboração deste Programa, foram realizados contatos com instituições, tais como a Fundação Abrinq, ONU Mulheres e Governo do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de buscar tais parcerias para a implantação e apoio ao programa. No entanto, pelo curto espaço de tempo disponível, essa articulação não foi finalizada. Por esse motivo, o ano de 2020 será dedicado, prioritariamente, à prospecção e formalização dessas parcerias, que são essenciais para garantir a viabilidade do Programa.

As instituições parceiras poderão assumir diferentes funções tais como:

- Proponente e financiador das atividades: Governos de Estados, ONU Mulheres, Fundações;
- Apoio técnico para geração de conteúdo: Escola de Governo - Fundação João Pinheiro (FJP), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Universidades, Columbia Global Center Rio de Janeiro, Fundação Abrinq;
- Apoio técnico para disseminação do Programa: Associações de Municípios e Prefeituras Municipais.

Pretende-se identificar também potencial Prefeita Embaixadora para o PM+I, ou outra personalidade envolvida com a temática, como peça fundamental na sensibilização para adesão ao Programa por demais gestores.

Ainda em 2020, com apoio de entidade parceira técnica, será desenvolvido o conteúdo, material gráfico e pedagógico necessários à implantação do Programa. Serão desenvolvidos documentos de referência para os municípios, que contenham os eixos fundamentais do PM+I para promover a equidade de gênero, bem como com informações dos indicadores de alcance de resultados que serão acompanhados para cada eixo. Tal documento será direcionado ao poder público municipal e irá contemplar, para além das diretrizes gerais, sugestões de ações práticas que possam ser adotadas pelos municípios.

Uma vez elaborado o conteúdo, a equipe da Diretoria de Políticas de Promoção e Educação em Direitos Humanos da Secretaria de Estado de Direitos Humanos de Minas Gerais será responsável pela formatação do curso

de qualificação à distância (EAD). Além da plataforma de qualificação à distância, seminários anuais serão planejados para melhor integração e qualificação das(os) gestores (as) municipais.

Em meados de 2020, haverá divulgação do Programa com o intuito de obter adesão ao PM+I na pauta das campanhas eleitorais e de que ações de promoção da equidade de gênero sejam incluídas nos planos de governo.

Ações de divulgação e articulação com as prefeituras eleitas serão continuadas logo após o resultado das eleições, ainda em 2020. Todavia, o Programa será iniciado em 2021 e executado de acordo com as etapas abaixo discriminadas.

5.1 - Adesão dos Municípios

A adesão ao Programa se dará por meio do preenchimento de Ficha de Cadastro e assinatura de um Termo de Adesão, no qual estarão inseridos os principais compromissos que o(a) prefeito(a) assumirá ao longo dos quatro anos de seu mandato, bem como a indicação de um representante do município para assumir o papel de interlocutor com o Programa.

A partir de janeiro de 2021 inicia-se a formalização do compromisso de adesão ao Programa. O prazo para adesão será o dia 30 de junho de 2021.

5.2 - Suporte Técnico

Os municípios participantes serão apoiados tecnicamente pelo Programa por meio de orientações, realização de seminários anuais, oficinas e suporte técnico que se fizerem necessários para a execução do PM+I. Materiais de subsídio técnico serão elaborados e disseminados em meio digital.

Serão ofertados cursos de educação à distância, além de rodadas de seminários regionais, com intuito de qualificação de gestores e servidores municipais. Será disponibilizado também canal de comunicação para apoio técnico no desenvolvimento das ações a serem planejadas e executadas pelos municípios.

Os municípios deverão, com base no conteúdo e treinamentos disponibilizados, implementar as ações em busca de maior equidade de gênero.

5.3 - Seminário de Boas Práticas

Com intuito de divulgar boas práticas existentes, discutir dificuldades existentes no processo de implantação de iniciativas pelos municípios, bem como atrair adesão ao Programa, em março de 2021 acontecerá o I Seminário de Boas Práticas.

Após este primeiro evento, ao final de cada ano, os municípios poderão cadastrar suas ações e iniciativas mais criativas e inovadoras para serem apresentadas como Boas Práticas. As melhores soluções locais que representem boas práticas de gestão pró-equidade de gênero serão

selecionadas para apresentação no Seminário Anual de Boas Práticas e irão compor uma publicação de boas práticas do PM+J, que será disponibilizada para download. Tanto o Seminário quanto a publicação têm a intenção de compartilhar experiências e ideias entre os municípios participantes, destacando as iniciativas mais significativas a fim de inspirar os demais municípios participantes.

5.4 - Avaliação e Premiação

Como forma de garantir visibilidade pública aos participantes, aqueles que, ao final da gestão, conseguirem cumprir a agenda do Programa, institucionalizando o processo de planejamento da política de equidade de gênero de forma participativa e intersetorial, e apresentarem uma evolução dos indicadores, serão avaliados e contemplados com o Prêmio Prefeito + Igual.

O processo de avaliação ocorrerá durante o primeiro semestre do último ano da gestão (2024) e será baseada em critérios técnicos disponíveis em uma Matriz de Avaliação do Programa com o intuito de reconhecer os esforços empreendidos pelos prefeitos e prefeitas e os resultados alcançados pelos municípios.

Serão avaliados o cumprimento da agenda de trabalho proposta e a evolução dos indicadores acompanhados, a partir de comparação entre as situações inicial e final. O avanço positivo de taxas e a melhoria qualitativa de políticas municipais serão levados em consideração no processo avaliativo, uma vez que comprovam os resultados de um conjunto de ações empreendidas pelo governo e priorizadas pelo gestor municipal.

Aspectos como intersetorialidade, articulação, participação social, ampliação da destinação orçamentária e transparência pública serão valorizados. O porte dos municípios também será considerado, uma vez que impacta tanto no tipo de desafios locais, quanto nos recursos disponibilizados aos gestores para a sua resolução.

6. CRONOGRAMA (Ver Anexo I).

7. ANÁLISE DE RISCOS

A adoção de práticas e de políticas que promovam a equidade de gênero tende a questionar, colocar em evidência e propor mudanças em normas sociais e relações de poder estabelecidas. Dessa forma, a mudança do status quo provoca resistências e reações negativas, que precisam ser consideradas na implementação das ações propostas.

Para além desse aspecto, deve-se levar em conta o contexto e cenário político atual. Percebe-se uma escalada do conservadorismo, que não reconhece gênero e as desigualdades resultantes da ausência de políticas de promoção da equidade, que pode fazer com que haja um não comprometimento da alta gestão com o tema ou medo de o fazê-lo.

Nesse sentido, estabelecer uma boa rede de parcerias com instituições de referência e credibilidade corrobora para a

mitigação desses riscos e promove um cenário de incentivos para as gestões municipais. A criação de uma pauta positiva atrelada à publicação de boas práticas das prefeituras que adotarem os compromissos estabelecidos e tiverem suas iniciativas divulgadas também atua de modo a mitigar esse risco.

Outro aspecto importante refere-se à baixa capacidade técnica e operacional dos municípios em lidar com a temática. Nesse sentido, o programa prevê em seu escopo o estabelecimento de capacitações, no intuito de aprimorar os conhecimentos, habilidades e atitudes dos gestores municipais. A partir desses cursos, pretende-se que a gestão municipal mude de um patamar de inconsciência em relação à gênero para “conscientes em gênero”.

8. RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que gestores municipais assumam o compromisso de dedicar atenção da administração à promoção, garantia e defesa da equidade de gênero em seu mandato.

Pretende-se reconhecer e dar visibilidade às Prefeitas e Prefeitos que promoverem avanços significativos por meio da adoção de medidas transformadoras para a realidade de seu município e, ainda, ser uma referência para municípios que busquem informações técnicas e exemplos de iniciativas que possam ser replicáveis.

Acredita-se na ampliação do envolvimento do poder público municipal e consequente acréscimo do número de instituições capazes e comprometidas a identificar um caminho para a equidade de gênero, de forma integrada, que seja responsiva e principalmente transformadora.

Outrossim, o Programa irá atuar como um indutor da equidade de gênero, tornando mais eficiente o processo de mudança necessário. Não se pode esperar por mais de 100 anos para que a equidade de gênero seja alcançada em nossa sociedade. Devemos esse esforço às novas gerações de meninas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACDI/VOCA. *Gender Analysis, Assessment and Audit: Manual and Toolkit*, 2012. Disponível em: <<http://www.acdivoca.org/wp-content/uploads/2016/07/ACDI-VOCA-Gender-Analysis-Manual.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Guia para a Construção e Implementação de planos municipais e estaduais de políticas para mulheres*. Brasília, 2012. Disponível em: BRASIL, Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Guia para a Construção e Implementação de planos municipais e estaduais de políticas para mulheres*. Brasília, 2012. Disponível em: <[http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Guia para a construcao e implementacao de planos e esta](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Guia%20para%20construcao%20e%20implementacao%20de%20planos%20e%20)

duaismunicipaisdepoliticass_2012.pdf>. Acesso em 08 de out de 2019.

CARE INTERNATIONAL GENDER NETWORK. *Good Practices Framework: Gender Analysis*. 2012. Disponível em: <<https://www.care.org.au/wp-content/uploads/2015/02/Good-Practices-Brief.pdf>> . Acesso em 25 de jun. de 2019.

FARAMAND T., IVANKOVICH M., HOLTEMEYER J. *A Guide to Integrating Gender in Improvement*. Published by the USAID Applying Science to Strengthen and Improve Systems (ASSIST) Project. Chevy Chase MD: University Research Co., LLC, 2017. Disponível em: <https://www.usaidassist.org/sites/default/files/assist_gender_integration_guide_final_aug2017.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Programa Prefeito Amigo da Criança*. Disponível em: <<https://www.fadc.org.br/o-que-fazemos/programa-prefeito-amigo-da-crianca>>. Acesso em 28 de set. de 2019.

FUNDAÇÃO ABRINQ. *Guia Programa Prefeito Amigo da Criança - Gestão 2017-2020*. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.fadc.org.br/sites/default/files/2018-12/guia_ppac.pdf>. Acesso em 28 de set. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), *Projeção da População*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>> . Acesso em 13 de out. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC)*. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/10586-pesquisa-de-informacoes-basicas-municipais.html?=&t=o-que-e->>. Acesso em 10 de out. de 2019.

INTERAGENCY GENDER WORKING GROUP. *Gender Integration Continuum*. Disponível em: <https://www.igwg.org/wp-content/uploads/2017/05/FG_GendrIntegrContinuum.pdf>. Acesso em 07 de out. de 2019.

JÁCOME, M. L. e VILLELA, S. (org.). *Orçamentos Sensíveis a Gênero*. Conceitos e Experiências. Livro 1. ONU Mulheres. Brasília, 2012.

Munic 2018: Apenas 8,3% dos municípios têm delegacias especializadas de atendimento à mulher. Agência IBGE Notícias, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25499-munic-2018-apenas-8-3-dos-municipios-tem-delegacias-especializadas-de-atendimento-a-mulher>>. Acesso em: 29 de set. de 2019.

THE GENDER PRACTITIONERS COLLABORATIVE. *Minimum Standards for Mainstreaming Gender Equality*. Disponível em: <<https://dldocs.mercycorps.org/MinimumStandardsMainstreamingGenderEquality.pdf>> . Acesso em 01 de jun. de 2019.

UNITED NATIONS GLOBAL COMPACT (UNGC). *Ferramenta de Análise de Lacuna de Gênero dos WEPs*. 2019. Disponível em: <<https://weps-gapanalysis.org/>>. Acesso em 15 de set. de 2019.

UNITED NATIONS POPULATION FUND (UNFPA). *Minimum Standards for Prevention and Response to Gender-based Violence in Emergencies*. 2015. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/publications/minimum-standards-prevention-and-response-gender-based-violence-emergencies-0>> . Acesso em 05 de ago. de 2019.

UNITED NATIONS SYSTEM. *UN System-Wide Policy on Gender Equality and the Empowerment of Women*. 2006. Disponível em: <<http://www.unsceb.org/content/un-system-wide-action-plan-gender-equality-and-empowerment-women-swap-0>> . Acesso em 02 de jun. de 2019.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT (USAID). *Gender Equality and Female Empowerment Policy*, 2012. Disponível em: <https://www.usaid.gov/sites/default/files/documents/1865/GenderEqualityPolicy_0.pdf>. Acesso em 15 de out. de 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Gender Gap Report*. 2018. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2018.pdf>. Acesso em 30 de set. de 2019.

CRONOGRAMA

ETAPAS	ATIVIDADES	PLANEJAMENTO - 2020												ANO I - 2021											
		Mês 1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Planejamento	Formalização de Parcerias																								
	Elaboração de conteúdo pedagógico																								
	Divulgação para adesão à política de Gênero nos planos de governo																								
	Formatação de curso EAD																								
1. A de são	Divulgação																								
	Adesão de municípios																								
2. Suporte Técnico	Disponibilizar material e promover cursos de qualificação a gestores municipais																								
	Suporte contínuo																								
3. Seminário	Seminário de Boas Práticas																								
4. Avaliação de Resultados	Avaliação																								
	Premiação																								

O FUTURO NÃO CABE NA CAIXINHA: EDUCAÇÃO PARA IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Ana Julieta Teodoro Cleaver¹, Emanuele L. C. Campelo²,

Izabel Torres³ e Telma Caldeira⁴

Conselheiras: Jana Libman e Camila Pereira

RESUMO

Por meio da socialização o ser humano constrói sua identidade. Essa construção passa pelo reconhecimento de potencialidades e também por estereótipos que podem limitar o horizonte de cada criança. É preciso uma proposta pedagógica inovadora que questione os estereótipos associados a homens e mulheres e, assim, possibilite a igualdade de oportunidades entre meninos e meninas. Nesse sentido, este projeto propõe uma metodologia para que qualquer escola, por meio de oficinas lúdico-educativas, ofereça às crianças a experiência de conhecer uma atividade comumente associada a homens ou a mulheres. As oficinas são indicadas para o público entre seis e dez anos de idade, uma vez que é nessa fase que as referências relacionadas aos papéis sociais se consolidam. Com a implementação deste projeto, espera-se que as crianças possam desassociar profissões e comportamentos de papéis sociais pré-concebidos como sendo “de mulheres” ou “de homens”. O objetivo do projeto é ampliar o campo de possibilidades das crianças, reforçando a ideia de que meninas e meninos podem fazer e ser o que quiserem construir para as suas vidas, além de estarem mais confiantes para os desafios da sua vida adulta.

Palavras-chave: políticas públicas, igualdade de oportunidades, meninas e meninos, projeto pedagógico e aprendizagem lúdica.

1. INTRODUÇÃO

A igualdade de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e competências para todas

as crianças, meninas e meninos, é relevante, pois visa a reduzir o impacto que os estereótipos podem ter nas escolhas relativas aos temas de estudo e às carreiras profissionais. Uma forte segregação dos campos de conhecimento entre mulheres e homens faz com que o mercado de trabalho e as áreas de atuação profissional também se estruturam em “trabalhos de mulheres” e “trabalhos de homens”, gerando iniquidades estruturais na economia de uma sociedade. Além disso, o investimento em educação básica reduz as desigualdades entre mulheres e homens na participação da força produtiva, segundo estudo do Fundo Monetário Internacional (GAMMAGE, SULTANA E MOURON, 2019).

Outro aspecto relevante é o público estratégico do projeto: crianças de seis a dez anos. Essa fase do desenvolvimento das crianças é marcada por mudanças na forma de se relacionar consigo e com os outros que são centrais no processo de afirmação de identidade dos indivíduos, conforme destacam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Outros estudos apontam que os papéis sociais atribuídos a mulheres e homens já atuam na socialização de crianças a partir de seis anos, limitando o seu campo de possibilidades e de escolhas futuras (Halim e Lindner, 2013). Portanto, o projeto pretende atuar no momento do desenvolvimento em que novas gerações são orientadas a determinados tipos de comportamento que reforçam os estereótipos e que restringem as possibilidades de meninas e meninos.

Cabe destacar ainda que, durante o ciclo do Fundamental I, as crianças têm apenas um/a professor/a em sala de aula, diferentemente do que ocorre no Fundamental II. Esta característica facilita a implementação do projeto e seu aproveitamento nas disciplinas obrigatórias em sala de aula. Por fim, é importante mencionar que o ciclo Fundamental II conta com um eixo transversal chamado “Projeto de Vida”, por meio do qual as/os alunas/os são convidadas/os a refletirem sobre a sua vida futura. O projeto ora proposto parece ser uma excelente ocasião para que as crianças possam refletir sobre a atuação de mulheres e homens profissionais, sem os estereótipos sociais, antes de passarem a refletir sobre o seu próprio lugar no mundo.

(1) Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Ministério da Economia.

(2) Especialista em energia química nuclear. Indústrias Nucleares do Brasil - Resende, RJ

(3) Ministério do Desenvolvimento Regional; Coordenadora de Apoio à Produção de Empreendimentos em Pequenos Municípios e Áreas Rurais.

(4) Gerente de Processos Regulatórios da Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias. Agência Nacional de Vigilância Sanitária

2. OBJETIVO

Ao se promover a integração da igualdade entre meninas e meninos por meio do debate e de atividades práticas, em uma perspectiva lúdica e recreativa, em ambiente escolar, espera-se que as crianças participantes do projeto tenham a possibilidade de ampliar seu imaginário acerca dos papéis ocupados por mulheres e por homens na sociedade e possam, então, acrescentar diferentes áreas de interesse, estudo e carreira ao seu campo de possibilidades e escolhas futuras.

Assim, este projeto propõe uma metodologia para uma intervenção pedagógica que possibilite a igualdade de oportunidades entre meninas e meninos, ampliando o seu campo de possibilidades no que se refere à representação de mulheres e homens em sua atuação profissional. A metodologia será implementada como piloto na Escola Classe 22 do Gama/DF e poderá ser replicada em outras escolas de acordo com o seu interesse, perfil e estrutura. A proposta de intervenção pedagógica é composta pela oferta de uma cesta de atividades complementares e alinhadas ao currículo escolar obrigatório, a serem desenvolvidas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. As atividades selecionadas serão conduzidas por mulheres que atuam em áreas predominantemente ocupadas por homens, e também por homens que, ao contrário, atuam em áreas predominantemente ocupadas por mulheres – e.g., marceneiras, programadoras, cozinheiros e costureiros.

A partir da seleção da área de atuação das e dos profissionais selecionados, os alunos desenvolverão um protótipo/produto relacionado àquele campo de atuação. Assim, nos exemplos dados, poderiam ser desenvolvidos cadeiras, games, aplicativos, receitas culinárias, roupas e bolsas. Deste modo, as atividades e os encontros com as/os profissionais selecionados serão a oportunidade para o desenvolvimento de habilidades quase sempre associadas a mulheres ou a homens e para a reflexão sobre os estereótipos vigentes. Tais atividades deverão ser organizadas em torno de interesses manifestados pelas crianças e estar alinhadas às estruturas curriculares da Educação Básica, articulando-se com os conhecimentos das diversas áreas como eixos transversais, interdisciplinares e integradores, como a Educação para a Diversidade. Além disso, as atividades serão selecionadas e priorizadas com base nas necessidades e potencialidades da comunidade escolar como um todo, portanto serão considerados os seguintes atores: diretoras/es, coordenadoras/es, professoras/es, responsáveis pelas crianças, além das/os estudantes.

Em paralelo, o projeto busca valorizar profissões e experiências dentro da comunidade escolar que contribuam para desconstruir estereótipos e para ressignificar modelos inspiradores. A participação efetiva de pessoas do convívio das crianças (mães, pais, avós, educadoras/es e funcionárias/os da escola), inclusive na condução das oficinas práticas, permite que a reflexão sobre a temática perpassa toda a comunidade escolar. Essa reflexão é

precisamente o principal objetivo do projeto. O projeto busca a sensibilização da comunidade por meio da educação pelo exemplo, o que permitirá uma transformação profunda e permanente na percepção do mundo pelas crianças.

Amédio e longo prazo, a implementação deste projeto tem a vocação de promover a igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho e no compartilhamento dos afazeres domésticos, revendo, assim, os estereótipos que operam na representação segregada de papéis socialmente construídos para mulheres e homens no campo profissional e no trabalho reprodutivo.

3. POR QUE O TEMA ESCOLHIDO É RELEVANTE?

Este projeto contribui para diferentes Objetivos do Desenvolvimento Sustentável -- ODS da Plataforma Agenda 2030 das Nações Unidas. Com efeito, de acordo com o documento de trabalho do Programa da ONU para o Desenvolvimento -- PNUD e da ONU Mulheres sobre a importância da igualdade de gênero para a aceleração do alcance dos ODS (2018), o presente projeto está relacionado a metas específicas dos Objetivos 1 – Erradicação da pobreza; 3 – a Saúde e bem-estar; 4 – Educação de qualidade; 5 – Igualdade de gênero; 8 – Trabalho decente e crescimento econômico; 9 – Indústria, inovação e infraestrutura; 10 – Redução das desigualdades; e 17 – Parcerias e meios de implementação. Trata-se de uma intervenção com potencial de promover a curto, médio e longo alcance o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Os papéis e comportamentos sociais definidos para mulheres e homens são um reflexo dos estereótipos construídos em um determinado contexto sociocultural. Estes estereótipos são apresentados às crianças e internalizados em seu processo de socialização desde a primeira infância. Shenouda e Danovitch (2014) apontam que, a partir de quatro anos, meninas começam a ser afetadas pela “ameaça do estereótipo” no desenvolvimento de habilidades relacionadas às atividades das ciências consideradas “duras”, ou STEM, no acrônimo em inglês para ciências, tecnologias, engenharias e matemática. A infância é, portanto, um momento do desenvolvimento humano propício para se questionar esses estereótipos. E, por sua vez, a escola é um espaço relevante para a promoção da igualdade entre meninas e meninos, pois possibilita apresentar crianças uma formação livre de estereótipos e uma reflexão crítica sobre as construções sociais acerca do “ser menina” e “ser menino”, ampliando o campo de conhecimentos, possibilidades e de escolhas presentes e futuras das crianças.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, compilados no Relatório Anual Socioeconômico da Mulher -- RASEAM (Brasil, 2014), as mulheres representam mais de 90% das matrículas de graduação nas áreas de pedagogia e de serviço social e mais de 80% das matrículas em enfermagem e psicologia, ao passo que os homens representam mais de

90% das matrículas de graduação em engenharia mecânica e mais dos 80% daquelas na área militar e de ciências da computação. Da mesma forma, o relatório da avaliação PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes) traz o questionamento acerca do menor número de mulheres nas carreiras chamadas STEM, a partir dos dados de 67 países participantes da avaliação (MOSTAFA, 2019).

A segregação entre mulheres e homens nos campos de conhecimento resulta também em uma segregação no mercado de trabalho. A desigualdade entre mulheres e homens freia oportunidades de ganhos econômicos, uma vez que as mulheres estão economicamente mais excluídas que os homens; estão envolvidas em atividades econômicas menos reconhecidas e, portanto, menos remuneradas; são a maioria da economia informal e, assim, mais vulneráveis às precariedades que acompanham a informalidade; além de transitarem mais dentro e fora do mercado de trabalho. Outro reflexo é o desequilíbrio que existe na participação de mulheres em posições de liderança na política e na economia, nos setores públicos e privados, o que reforça a construção social estereotipada dos papéis de mulheres e homens.

A segregação das mulheres no mercado de trabalho é também efeito de uma divisão desigual do trabalho reprodutivo, uma vez que as responsabilidades domésticas, a carga mental da logística e organização da casa e os cuidados com os filhos e com os idosos recaem frequentemente e em sua maior parte sobre as mulheres. De acordo com o RASEAM 2014, as mulheres brasileiras dedicavam, em média, quase 11 horas a mais que os homens aos afazeres domésticos. Ao se somar a jornada semanal total, a saber a média de horas dedicadas ao trabalho principal e a média de horas gastas em afazeres doméstico, as mulheres computavam cerca de cinco horas a mais, em média, que os homens. A maior parcela de tempo dedicada a um trabalho de natureza reprodutiva invariavelmente limita sua participação no mercado de trabalho produtivo e onera o uso do seu tempo livre.

Ora, a participação desigual entre mulheres e homens nas atividades domésticas resulta de um comportamento social construído que, mais uma vez, é consolidado na infância. De acordo com a pesquisa “Por ser menina no Brasil” (Plan Brasil, 2014), realizada pela Plan International Brasil com meninas de seis a 14 anos, nas cinco regiões do país, enquanto 81,4% das meninas arrumam sua própria cama, 76,8% lavam louça e 65,6% limpam a casa, apenas 11,6% dos seus irmãos homens arrumam a sua própria cama, 12,5% lavam a louça e 11,4% limpam a casa. Este cenário é ainda mais preocupante se considerarmos que 13,6% das meninas entrevistadas trabalham ou já tiveram experiência de trabalho e, deste percentual, 37,4% afirmam estar realizando trabalho doméstico na casa de outra pessoa. Ampliar o repertório de campos de atuação profissional para que meninas e meninos vislumbrem novos modelos referenciais para suas escolhas futuras é uma das premissas norteadoras deste projeto.

Tangenciamos ainda outra discussão que ganhou bastante evidência nos últimos anos. Trata-se da reflexão sobre as masculinidades adoecidas, resultante da observação e da análise de que também meninos e homens sofrem impacto negativo com o conjunto de normas e expectativas sociais imputadas pelo papel social atribuído ao “ser homem”. A construção social que resulta no adoecimento das masculinidades é justamente aquela que reforça estereótipos de um masculino sempre forte, seguro, rígido e performático, afastando os homens de uma conexão com os seus sentimentos e emoções, e impedindo soluções dialógicas e empáticas. Uma das graves consequências do adoecimento das masculinidades é o alto índice de mortes violentas entre a população masculina. Com efeito, um estudo realizado em 2017 com homens entre 18 e 30 anos no Reino Unido, México e Estados Unidos confirma o quanto os jovens acreditam na ideia de que “ser homem” significa usar violência para resolver conflitos e recusar-se a procurar ajuda mesmo que precisem (HEILMAN et al., 2017). Nesse sentido, o relatório afirma que esses jovens não consideram positivo que um menino aprenda a cozinhar, costurar, limpar a casa e cuidar de crianças menores. Os achados deste estudo foram tão preocupantes que os organizadores resolveram aprofundá-lo para avaliar os impactos dessa concepção adoecida da masculinidade. Um estudo mais recente, publicado em 2019, confirmou que os jovens que internalizam as ideias mais restritivas sobre masculinidade são os mais propensos a fazer bullying, a beber compulsivamente, a se envolver em acidentes de trânsito, a assediar, a sofrer depressão, além de ser os que consideram com mais frequência cometer suicídio (HEILMAN et al., 2019). Da mesma forma, Rae Connell (2005) ressalta a importância de se incluir meninos e homens nas reflexões e na agenda promotora da igualdade entre mulheres e homens, pois eles também são afetados pelos estereótipos hegemônicos e são parte do processo de mudança. Assim, este projeto inclui meninos e meninas, buscando promover a igualdade de oportunidades, desmistificar estereótipos limitantes e desenvolver uma prática em que o diálogo e a cooperação sejam a tônica.

4. INICIATIVAS RELACIONADAS

Existem projetos na área de educação relacionados ao empoderamento de meninas, dentre eles, destacam-se “Mulheres Inspiradoras”, “Empodera Manas – Hoje Menina, Amanhã Mulher” e “Valente não é violento”.

O “Projeto Mulheres Inspiradoras” foi criado em 2014, no Centro de Ensino Fundamental 12 de Ceilândia/DF, com o objetivo promover práticas pedagógicas com estímulo à leitura, à produção de textos autorais e ao protagonismo juvenil, possibilitando às/aos estudantes a discussão e a reflexão sobre equidade entre homens e mulheres, representação da mulher na mídia, construção de novas masculinidades, cyber violência e violência contra a mulher. O projeto é voltado para estudantes do 9º ano e busca ressignificar o olhar das/

os estudantes sobre a representação da mulher. Para tanto, oferecem outros referenciais femininos que inspirem as/os estudantes a partir da ampliação do repertório de leitura crítica e de estímulo ao exercício da escrita como uma prática social. Devido ao seu êxito, em 2018 o projeto tornou-se política pública da Secretaria de Educação Distrito Federal (Distrito Federal, 2018).

O projeto de empoderamento de meninas nascido em Salvador em 2017, “Hoje Menina, Amanhã Mulher”, foi ampliado com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) para Recife e Belém. Atualmente, o projeto tem como objetivo desenvolver com as meninas da comunidade trajetórias de vidas possíveis, ampliando o leque de opções em seus projetos de vida, com o intuito de apresentar às adolescentes outras possibilidades de caminhos para o futuro, além de ensiná-las a reconhecer seu território, sempre de forma lúdica e com ferramentas que estimulam o diálogo e a interação. Em Recife, por exemplo, são realizadas oficinas e o levantamento de demandas, além da participação em eventos, caminhadas e atividades culturais para meninas de 12 a 18 anos com perfil de liderança (Unicef, 2018).

“O Valente não é Violento” é uma iniciativa das Nações Unidas (ONU) coordenada pela ONU Mulheres que tem o objetivo de estimular a mudança de atitudes e comportamentos dos homens, enfatizando a responsabilidade que devem assumir na eliminação da violência contra mulheres e meninas. A proposta é repensar e transformar os estereótipos sobre os papéis sociais denominados femininos ou masculinos. Partindo do currículo escolar, a iniciativa apresenta planos de aula voltados ao ensino médio para promoção da igualdade entre mulheres e homens, debatendo sexualidades e violências. Além disso, a iniciativa apoia concursos e projetos que estejam alinhados com seu objetivo. Outra estratégia é a campanha publicitária que desconstrói comportamentos machistas através de frases como: “O Valente não discute, dialoga” e “O Valente compartilha as responsabilidades do lar” (Nações Unidas Brasil, ONU Mulheres, 2019).

Apesar de várias iniciativas, inclusive mapeadas pelo Instituto dos Direitos da Criança – INDICA no âmbito do projeto “Ser menina no Brasil contemporâneo: marcações de gênero em contextos de desigualdades”⁵, o tema de gênero e empoderamento de meninas precisa ocupar a agenda pública, pois desigualdades entre mulheres e homens só poderão ser enfrentadas de forma mais ampla a partir da inclusão das meninas nessa agenda, conferindo a elas, portanto, outro lugar no debate, mais inclusivo, participativo e protagonista. Para tanto, recomendam a ampliação dos projetos existentes e criação de novos, de maneira a experimentar, validar e desenvolver formatos

e metodologias para atuação junto às meninas de até 14 anos, cujas experiências ainda são poucas (Santos, Mora, Debique, 2016). Diante do exposto, é nesse sentido que este projeto agregará, como uma alternativa de atuação junto a uma faixa etária que ainda é pouco atingida pelas iniciativas que promovem reflexões sobre igualdade entre homens e mulheres.

5. METODOLOGIA DE IMPLEMENTAÇÃO

A metodologia para implementação desta proposta foi desenhada a partir de um contexto específico, onde será realizado o projeto piloto, mas pode e deve ser adaptada por outras escolas, públicas ou privadas, com interesse em desenvolver a igualdade de oportunidades entre meninas e meninos. Para tanto, este projeto oferece uma matriz comum com os objetivos, ações e atores de cada etapa da implementação e possibilita que outros aspectos, tais como recursos, infraestrutura e tempo de duração, sejam adaptados conforme a realidade de cada escola.

A implementação do projeto será feita em escolas do Ensino Fundamental, com crianças de seis a dez anos de idade, e deverá ser pactuada entre os atores envolvidos pelo projeto, incluindo a direção escolar, coordenadoras/es pedagógicas/os, professoras/es, estudantes e seus responsáveis, além das/os demais funcionárias/os da instituição de ensino. O modelo pedagógico será desenvolvido de acordo com a linha adotada pela escola e com seu respectivo Programa Pedagógico, baseado também nas necessidades, interesses, capacidade operacional da escola e da comunidade escolar.

As atividades serão alinhadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que indica como finalidade a necessidade de desenvolver a/o educanda/o, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Para tanto, pretende-se ofertar oficinas práticas, lúdico-recreativas, relacionadas com a área de atuação da/o profissional convidada/o e debates em torno dos papéis sociais atribuídos a mulheres e homens na sociedade.

Para implementação do projeto piloto, vislumbra-se a celebração de parcerias com instituições já identificadas -- Escola Classe 22 do Gama/DF, SENAI do Gama/DF, SESI do Gama/DF, Unicef, ONU Mulheres, além dos demais parceiros já estabelecidos pela própria escola. Espera-se no futuro o apoio de instituições que atuam na área da educação, como a Fundação Lemann. As organizações parceiras contribuirão por meio do fornecimento de material, espaço e equipamentos eventualmente necessários para a realização das oficinas. A interseccionalidade será sempre considerada para a seleção das/os profissionais convidadas/os. Além disso, também se buscará entre as mães e pais das/os educandas/os profissionais que possam ofertar as oficinas, fortalecendo assim o engajamento das famílias com o projeto.

(5) Levantamento executado em parceria com o Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e a Plan International Brasil.

O projeto piloto será implementado na Escola Classe 22 do Gama/DF, localizada a 40 km do centro de Brasília/DF. A escola foi escolhida por já ter participado do Projeto Mulheres Inspiradoras em 2018, fato que sinaliza a abertura da comunidade escolar para propostas pedagógicas inovadoras. A intervenção ora proposta é aderente ao Projeto Pedagógico da escola e configura como continuidade do projeto anterior, aproveitando-se o diagnóstico da comunidade já realizado. Cabe ressaltar que é uma escola pública com Pré-escola e Ensino Fundamental Ciclo I, frequentada predominantemente por crianças de baixa e média renda.

A implementação do projeto será desenvolvida em etapas.

Etapa I – Diálogo com a direção, professores e funcionários da escola

- Primeira aproximação com a Escola. Apresentação do projeto e diálogo sobre as possibilidades de sua implementação, considerando as características da comunidade escolar e suas especificidades;

- Levantamento das propostas de oficinas e demais atividades de acordo com os conteúdos programáticos e necessidades dos alunos. Serão realizadas reuniões com a direção, professoras/es e funcionárias/os para construção e delineamento do projeto.

Etapa II – Diagnóstico da comunidade escolar e da área no entorno da escola

- O diagnóstico da realidade da comunidade escolar, bem como a organização curricular e o trabalho pedagógico da escola, devem ser conhecidos pela equipe de implementação do projeto. Nesta etapa, será realizada a avaliação ex-ante do projeto junto às mães, pais, estudantes, professoras/es, funcionárias/os e direção da unidade de ensino para conhecer o perfil das pessoas da comunidade escolar. Para tal avaliação, entende-se que seja importante levantar as seguintes características:

Concepções pedagógicas das/os educadoras/es, das/os gestoras/es, das/os coordenadoras/es e da direção

- Qual a proposta pedagógica da escola;
 - Quais as concepções da equipe sobre os papéis ocupados por mulheres e homens na sociedade;
 - Conteúdo programático das crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental;
 - Levantamento dos projetos desenvolvidos na escola, para avaliar possibilidades de integração com este projeto;
 - Estruturas familiares na comunidade
 - Estruturas familiares das/os estudantes;
 - Religião;
 - Engajamento das famílias nas atividades promovidas pela escola;
 - Mapeamento das profissões e ocupações das/os responsáveis pelas/os estudantes;
- Acesso da comunidade escolar a serviços de lazer e cultura
- Existência de equipamentos públicos comunitários de

cultura e lazer nas proximidades da escola;

- Estrutura física para o desenvolvimento de atividades extraclasse na escola e nas suas proximidades;
- Existência projetos sociais, e coletivos e associações na comunidade.

Etapa III – Desenho da proposta do projeto

- Com base nos resultados obtidos nas Etapas I e II, a equipe do projeto desenhará a primeira proposta de implementação do projeto, a ser avaliada pela direção, coordenação e pelas/os professoras/es. Será considerada a estrutura física da escola, os equipamentos públicos de cultura e lazer disponíveis na região e as/os possíveis parceiras/os dentro e fora da comunidade escolar para apoio e condução das oficinas. Essa proposta será o documento-base que será apresentado para a comunidade.

Etapa IV – Avaliação da proposta do projeto

- A partir da proposta apresentada, deverão ser feitos os eventuais ajustes necessários relativos aos temas das oficinas, à grade horária, e possíveis locais e parceiras/os para as iniciativas conforme a demanda da comunidade escolar.

Etapa V – Efetivação das parcerias e definição do cronograma de implementação

- Com base nos ajustes realizados na Etapa IV, as instituições parceiras serão convidadas a aderir ao projeto (SESI, SENAI, Fundação Lemann, Unicef, ONU Mulheres, Laboratórios Sabin, entre outras). Estabelecidas as parcerias, o cronograma das atividades do projeto será pactuado com a comunidade escolar, assim como o seu alinhamento com os conteúdos programáticos abordados em sala de aula, nas disciplinas obrigatórias. É interessante para a sustentabilidade do projeto que o mesmo esteja previsto no Programa Pedagógico anual da escola.

Etapa VI – Atividade para os adultos – professoras/es, funcionárias/os e responsáveis

- Atividade de sensibilização para as/os adultas/os da comunidade escolar sobre a importância da igualdade de oportunidades para meninas e meninos. É interessante demonstrar com exemplos como crenças relacionadas às profissões podem impedir o sucesso futuro daquelas crianças.

Etapa VII – Implementação das oficinas e atividades

- O projeto será implementado conforme o cronograma e a programação estabelecidos com a comunidade escolar e com o apoio das instituições parceiras.

Etapa VIII – Evento de encerramento ao fim do ano escolar

- Modelos pedagógicos que tenham o viés experiencial ativo orientam para a necessidade da/o estudante se sentir confiante e valorizado. Propõe-se, portanto, ao fim do ano escolar, um evento de encerramento

no qual as/os estudantes apresentarão à comunidade escolar os resultados desenvolvidos durante o ano.

Etapa IX – Avaliação e planejamento para o ano seguinte

- Entende-se que, nos mesmos moldes em que é realizado o diagnóstico para a construção do próximo programa pedagógico, podem ser incluídos instrumentos para avaliação das/os professoras/es, alunas/os e responsáveis pelas/os estudantes. O intuito é avaliar não apenas a satisfação, mas também como as questões abordadas ao longo do projeto foram assimiladas. É notadamente interessante avaliar se houve mudança nas concepções da equipe sobre os papéis ocupados por mulheres e homens na sociedade.

O instrumento de avaliação deve ser construído em conjunto com as/os professoras/es e coordenadoras/es e ser aplicado antes do início da série de oficinas e ao final do programa. Uma forma para avaliar as crianças de maneira lúdica seria pedir que desenhassem representações de profissionais (antes da série de oficinas) e depois as representações de profissões que pretendem ser quando adultas (após as oficinas). É interessante nesse exercício aplicar também em crianças de turmas que não participarão das oficinas, para haver um grau de comparação entre as que passaram pelo projeto e as que não passaram pelo projeto. Da mesma forma, os grupos de responsáveis seriam avaliados por meio de grupos focais antes e depois das séries de oficinas, e divididos em responsáveis pelas crianças participantes do programa e não participantes.

Com as/os professoras/es, coordenadoras/es e diretoras/es a avaliação dos resultados pode ser realizada em reunião, onde cada um apresentaria suas impressões e necessidades de ajustes no projeto-piloto.

Com base nos resultados, será iniciado o processo de programação para o próximo ano letivo, considerando inclusive a expansão do público estratégico.

Nesta etapa, também serão avaliados os pontos da metodologia a serem aperfeiçoados para possibilitar a sua replicação em outras escolas. A metodologia deve ser aprimorada para garantir que o resultado esperado seja alcançado, independentemente da estrutura e recursos disponíveis pelas diferentes escolas interessadas (Anexo 1 e Anexo 2).

6. ESTRATÉGIAS PARA REPLICAÇÃO DO MÉTODO

A partir dos resultados observados no piloto, pretende-se desenvolver um material de divulgação (como por exemplo vídeo das imagens da implementação do projeto-piloto) para veiculação em redes sociais, com o objetivo

de atingir o público em geral. Os planos de aulas e outros materiais podem também ser divulgados em plataformas voltadas para área de educação, tais como Nova Escola Box (<https://novaescola.org.br>), onde são compartilhadas novas ferramentas para uso em sala de aula.

Outra estratégia para replicação seria apresentar o projeto como modelo para franquia social⁶ em educação a entidades tais como Plan International, ONU Mulheres, Unicef, Fundação Lemann, entre outros potenciais parceiros. Assim, com uma entidade franqueadora será possível monitorar e supervisionar a rede, para garantir a consistência e a qualidade da ação e ainda coletar e difundir dados e informações, captar, estruturar e sistematizar conhecimentos e disseminá-los entre todos os integrantes da rede.

7. DESAFIOS E PROBLEMAS ENCONTRADOS

A partir das entrevistas feitas com mulheres responsáveis pela implementação de projetos semelhantes em escolas, identificaram-se os seguintes desafios para uma proposta de intervenção dessa natureza:

Conceitos: Há, no momento atual do país, uma resistência a projetos que usem a teoria e os conceitos relativos a gênero. Com isso, os projetos estudados substituíram, em suas propostas, a linguagem utilizada, com o intuito de facilitar a sua aceitação, ainda que a proposta tenha se mantido a mesma.

Resistência das/os professoras/es: Uma vez que a/o professor/a é a/o profissional que lida diariamente com as necessidades da escola e das/os alunas/os, a implementação do projeto pode e deve incluí-las/os desde sua concepção, sob o risco de enfrentar resistência de sua parte por ser considerado imposto e sem pertinência com a realidade escolar.

Perfil da Comunidade: Os valores hegemônicos da comunidade devem ser considerados, a fim de se estabelecer uma efetiva adesão aos objetivos do projeto.

Engajamento das/os funcionárias/os: O projeto propõe uma mudança de cultura, logo é fundamental que não só as/os profissionais que dão aulas para as crianças, mas a/o porteira/o, o/a merendeiro/a, a/o vigia, as/os professoras/es, todos e todas que fazem parte do ambiente escolar tenham a oportunidade de refletir sobre uma sociedade mais igualitária entre mulheres e homens.

Viabilidade das atividades propostas: O maior desafio é realizar de forma lúdico-recreativa as oficinas, com a estrutura adequada e os recursos necessários.

8. RESULTADOS ESPERADOS

O projeto busca levar à comunidade a reflexão e o questionamento sobre os papéis e comportamentos associados a mulheres e homens. Espera-se que as crianças de seis a dez anos da Escola Classe 22 do Gama/DF, após a implementação do primeiro ano do projeto, tenham ampliado o repertório de oportunidades, opções de carreira, áreas de interesse e de

(6) Franquia social possui algumas definições, que envolvem a ideia de um método para replicação e disseminação de iniciativa social bem sucedida, possibilitando sua implantação em novas comunidades, com transferência de conhecimento e visibilidade, ampliando os resultados obtidos e gerando sustentabilidade do processo (Honda, Filho, Jacobohn, 2015).

escolha e, finalmente, possam se perceber em outros lugares no imaginário social. Após um período de três a cinco anos, espera-se avaliar resultados relacionados à mudança de cultura, que deve abranger a percepção das crianças, seus responsáveis e funcionárias/os e educadoras/es da escola.

A reflexão acerca dos estereótipos sobre mulheres e homens possibilita a ampliação do campo de possibilidades de meninas e meninos em relação às suas futuras escolhas profissionais. Entende-se também que a igualdade entre mulheres e homens tem um papel central no desenvolvimento sustentável, garantindo ganhos na educação, saúde, economia e segurança pública. Por esses motivos, a promoção da igualdade de oportunidades desde a infância se torna um investimento público que traz benefícios para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2014. http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/publicacoes/relatorio-anual-socioeconomico-da-mulher-2014-1/at_download/file

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, 2013, disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file>.

Connell, R. W. "Change among the Gatekeepers: Men, Masculinities, and Gender Equality in the Global Arena", *Signs*, The University of Chicago Press, Vol. 30, No. 3 (Spring 2005), pp. 1801-1825.

Distrito Federal. Secretaria de Educação. *Aspectos Centrais do Projeto Mulheres Inspiradoras*. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/processo-seletivo-do-programa-mulheres-inspiradoras-2018/>.

Dugarova, E. "Gender Equality as an accelerator for achieving the Sustainable Development Goals", Discussion Paper, UNDP (United Nations Development Programme). New York: UNDP, 2018.

Gammage, S.; Sultana, N.; Mouron, M. The public and private sectors need to work together to promote gender equality. *FMI Finance & Development*. Vol 56, No. 1, Mar. 2019.

Governo do Distrito Federal, Secretaria de Estado de Educação, Diretoria Regional de Ensino Do Gama. *Proposta Pedagógica da Escola Classe 22 do Gama*. Brasília: 2019.

Halim, M L; Lindner, N. C. Auto-socialização de gênero na primeira infância. Department of Psychology, California State University, Long Beach, EUA: 2013.

Ponte, G.V. *Projeto Mulheres Inspiradoras*.

Sayão, D. T. A construção de identidade e papéis de gênero na infância: articulando temas para pensar o trabalho pedagógico da educação física infantil. *Revista pensar a prática*, v. 5 , 2002.

The International Labour Organization (ILO); United Nations

Children's Fund (UNICEF). *GirlForce: Skills, Education and Training for Girls Now*. Out 2018.

Heilman, B., Barker, G., and Harrison, A. *The Man Box: A Study on Being a Young Man in the US, UK, and Mexico: Key Findings*. Washington, DC and London: PromundoUS and Unilever, 2017.

Heilman, B., Guerrero-López, C. M., Ragonese, C., Kelberg, M., and Barker, G. *The Cost of the Man Box: A study on the economic impacts of harmful masculine stereotypes in the US, UK, and Mexico - Executive Summary*. Washington, DC, and London: Promundo-US and Unilever, 2019.

Honda, Nathalie Tiemi; Filho, Cirillo Marcos Alves De Queiroz; Jacobsohn, Liliana Vasconcellos. *Franquias sociais para projetos de educação: teoria e aplicação*. VIII Seminários em Administração FEA-USP. São Paulo: 2005. Disponível em: <http://sistema.semead.com.br/8semead/resultado/trabalhosPDF/432.pdf>.

Mostafa, T. (2019), "Why don't more girls choose to pursue a science career?", *PISA in Focus*, No. 93, OECD Publishing, Paris. Disponível: <https://doi.org/10.1787/02bd2b68-en>.

ONU Mulheres Brasil. ONU Mulheres e União Europeia lançam currículo e planos de aulas para o ensino médio sobre igualdade de gênero e enfrentamento à violência contra as mulheres e meninas. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/onu-mulheres-e-uniao-europeia-lancam-curriculo-e-planos-de-aulas-para-o-ensino-fundamental-sobre-igualdade-de-genero-e-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres-e-meninas/>.

Nações Unidas Brasil. O Valente não é Violento. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/campanha/o-valente-nao-e-violento/>.

PLAN Brasil. Por ser menina no Brasil [Resumo Executivo] *Crescendo entre Direitos violências. Pesquisa com meninas de 6 a 14 anos nas cinco regiões do Brasil*. Brasil: 2014.

Santos, Benedito Rodrigues dos; Mora, Gabriela Goulart; Debique, Flávio Antunes (Coords.). *Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero*. Brasília: Instituto dos Direitos da Criança - INDICA, 2016. 100 p. : il. : 21 cm. (Documentos técnicos, 4). Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3696/file/Empoderamento_de_meninas_caderno_de_boas_praticas.pdf.

Shenouda, C. & Danovitch, J. (2014). Effects of gender stereotypes and stereotype threat on children's performance on a spatial task. *Revue internationale de psychologie sociale*, volume 27,(3), 53-77. Disponível: <https://www.cairn.info/revue-internationale-de-psychologie-sociale-2014-3-page-53.htm>.

UNICEF. Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Trajetórias Plurais - Práticas que contribuem para a redução da gravidez não intencional na adolescência*. Brasília: 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/3101/file/Trajetorias_plurais.pdf.

Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Aproximação	Verificar as possibilidades de implementação do Projeto na escola selecionada.	Apresentação do Projeto; Compreensão das necessidades dos estudantes; Levantamento das propostas de oficinas de acordo com os conteúdos programáticos; Identificação do ponto focal para o Projeto na escola.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os.	1 dia
Diagnóstico	Obter uma avaliação <u>ex-ante</u> do Projeto.	Identificar: Concepções pedagógicas das/os educadoras/es, das/os gestoras/es, das/os coordenadoras/es; Estruturas familiares na comunidade; Acesso da comunidade escolar a serviços de lazer e cultura.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Alunas/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	15 dias
Desenho da Proposta	Elaborar um documento-base orientador para implementação das atividades.	Indicação da atividade, espaço físico e possível parceiro, dentro e fora da comunidade escolar, para apoio e condução das oficinas.	Gestoras do projeto.	20 dias
Apresentação da Proposta	Aprimorar a proposta.	Apresentação da proposta e ajustes em relação aos temas das oficinas, a grade horária, e possíveis locais e parceiras/os.	Gestoras do Projeto.	5 dias
Efetivação das Parcerias e Definição do cronograma	Planejar as atividades conforme recursos disponíveis.	Apresentação para instituições parceiras; Alinhamento dos conteúdos programáticos abordados em sala de aula; Pactuação do cronograma de implementação.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es.	10 dias
Atividade para pais e responsáveis	Sensibilizar mães, pais e/ou <u>responsáveis para</u> a importância do tema e integrá-las/os no projeto.	Exposição das oficinas que serão realizadas para os pais e responsáveis, assim como levantamento dos que têm interesse em participar atuando nas oficinas.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	1 dia do <u>mês de</u> fevereiro

Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação (Continuação)

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Implementação	Levantar que papéis <u>profissionais que</u> as/os alunas/os pensam ser possíveis para elas/es na sua comunidade; Avaliação de reação de alunas/os e professoras/es .	Oficina 1: Profissões possíveis Por meio de mímica, desenho e colagem cada aluno mostrará a profissão que associa a mulheres e homens.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de março
	Mostrar como é ser marceneira e como a matemática pode ser aplicada na realização de objetos de madeira.	Oficina 2: Marcenaria Levar uma mulher, preferencialmente da <u>comunidade escolar</u> , para falar sobre como é ser marceneira, aplicação desse conhecimento no dia a dia e ensinar a fazer esculturas e objetos de madeira aplicando conhecimentos de matemática na oficina.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de abril
	Mostrar como é ser <u>costureiro</u> e como a matemática pode ser aplicada no corte e costura.	Oficina 3: Costura Levar um homem, preferencialmente da <u>comunidade escolar</u> , para falar sobre como é ser costureiro e ensinar a costurar e confeccionar uma peça.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de maio

Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação (Continuação)

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Implementação	Mostrar como é o trabalho de mecânica e mostrar como a mecânica, física e a matemática são importantes e aplicáveis no cotidiano.	Oficina 4: Mecânica de automóveis Levar uma mulher, preferencialmente da comunidade escolar, para falar sobre como é o trabalho de mecânica e ajudar a consertar os brinquedos que as crianças tenham levado que estejam quebrados aplicando conhecimentos na oficina.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de junho
Implementação	Mostrar como é ser cozinheiro e como a matemática e o português se aplicam inclusive para boa alimentação e elaboração de refeições.	Oficina 5: Cozinha Levar um homem, preferencialmente da comunidade escolar, para falar sobre como é o trabalho de cozinheiro/chef de cozinha e elaborar um prato com auxílio das crianças aplicando conhecimentos de matemática e português na oficina.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de agosto
Implementação	Avaliar como evoluiu o projeto no primeiro semestre.	Reunião de avaliação semestral: Fazer as melhorias sugeridas para o próximo semestre e aprimorar a implementação do projeto.	Gestoras do Projeto Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Alunas/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	1 dia

Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação (Continuação)

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Implementação	Mostrar como é o trabalho de bombeira, como prevenir incêndios e o que fazer no caso de se presenciar um foco de <u>incêndio</u> .	Oficina 6: Prevenção de incêndio Levar uma mulher, preferencialmente da comunidade escolar, para falar sobre como é o trabalho de bombeira e apresentar para as crianças os tipos de extintores que se aplicam para casos de incêndio e quem avisar em caso de presenciar um foco de incêndio, aplicando conhecimentos de ciências na oficina	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de setembro
Implementação	Mostrar como é ser enfermeiro ou cuidador e como a ciência é importante e aplicável no cotidiano para o cuidado com o nosso corpo e saúde.	Oficina 7: Cuidador/a Levar um homem, preferencialmente da comunidade escolar, para falar sobre como é o trabalho de enfermeiro ou cuidador, falar sobre o cuidado com os pacientes internados, falar sobre uso de medicamentos, aplicando conhecimentos de ciências e corpo humano na oficina	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de outubro

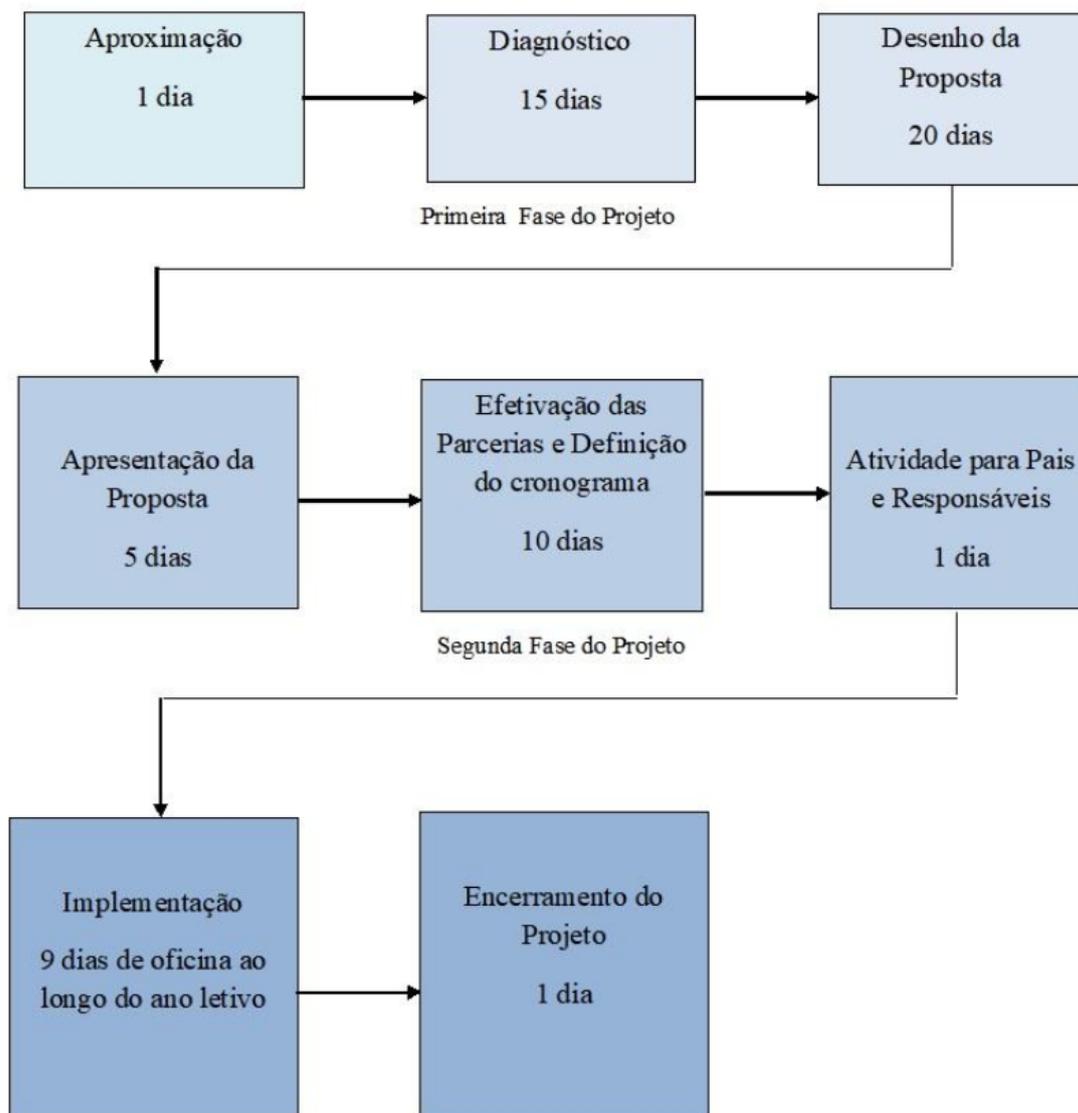
Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação (Continuação)

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Implementação	Mostrar como é ser - programadora no dia a dia, como criar games, aplicativos e programas.	Oficina 8: Como programar um computador. Levar uma mulher, preferencialmente da comunidade escolar, para falar como é ser programadora e falar sobre projeto de desenvolvimento de games.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Alunas/os.	1 dia do mês de novembro
Implementação	Filmagem do vídeo para encerramento do Projeto no ano vigente.	Oficina 9: Fazendo um documentário Filmagem com alunas/os, professoras/es, funcionárias/os e mães, pais e responsáveis que participaram das oficinas. Levar uma mulher, preferencialmente da comunidade escolar, para orientar a produção de um <u>mini-documentário</u> a respeito do projeto.	Gestoras do Projeto Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	1 dia do mês de dezembro

Anexo 1. Matriz Comum do Projeto para sua Replicação (Continuação)

Etapa	Objetivos	Ações	Atores	Duração
Encerramento do Projeto	Levantar as mudanças nas concepções da comunidade escolar sobre os papéis ocupados por mulheres e homens na sociedade.	Distribuir questionários para preenchimento pela comunidade escolar.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Alunas/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	1 dia
	Encerrar o projeto no final do ano letivo e apresentar à comunidade escolar o que foi desenvolvido ao longo do ano nas oficinas e do projeto como um todo.	Apresentação à comunidade escolar dos produtos desenvolvidos em uma apresentação integradora na própria escola por meio da exposição dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano e pela edição de um <u>mini-documentário</u> elaborado mostrando partes das oficinas e depoimento das/os alunas/os, professoras/es, funcionárias/os, mães e pais/responsáveis que participaram das oficinas.	Gestoras do Projeto; Direção da escola; Professoras/es; Funcionárias/os; Alunas/os; Mães, Pais e/ou responsáveis.	1 dia

Anexo 2. Fluxograma da Matriz Comum



Anexo 3. Questionário de avaliação ex-ante.

Percepções da comunidade escolar sobre os papéis sociais de meninas e meninos e de homens e mulheres antes da implementação do projeto.

Nome:

Idade:

Que papel você ocupa na comunidade escolar?

(aluna/o, professor/a, funcionária/o, mãe/pai ou responsável, diretor/a, outro)

Se você respondeu outro, que papel você ocupa?

Se você é mãe, pai ou responsável, qual é a sua profissão?

Você tem religião?

() Sim () Não

Se você tem religião, qual é a sua religião?

Na sua opinião, meninas e meninos devem ter brincadeiras diferentes?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, de quê você acha que as meninas deveriam brincar?

E os meninos?

Na sua opinião, há características ou comportamentos que são típicos de homens e outros que são típicos de mulheres?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quais características ou comportamentos seriam típicos de mulheres?

E quais características ou comportamentos seriam típicos de homens?

Se você respondeu não, por que, na sua opinião, não há características ou comportamentos que seriam típicos de homens e outros típicos de mulheres?

Na sua opinião, existe “mulher ideal” e “homem ideal”?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, como seria a mulher ideal para você?

E como seria o homem ideal para você?

Se você respondeu não, por que, na sua opinião, não existe “mulher ideal” e/ou “homem ideal”?

Você tem uma mulher de referência, inspiradora na sua vida?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quem é a mulher de referência, inspiradora na sua vida?

Você tem um homem de referência, inspirador na sua vida?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quem é o homem de referência, inspirador na sua vida?

Anexo 4. Questionário de avaliação ex-post

Percepções da comunidade escolar sobre os papéis sociais de meninas e meninos e de homens e mulheres após a implementação do projeto

Nome:

Idade:

Que papel você ocupa na comunidade escolar? (aluna/o, professor/a, funcionária/o, mãe/pai ou responsável, diretor/a, outro)

Se você respondeu outro, que papel você ocupa?

Se você é mãe, pai ou responsável, você participou do projeto como oficinaira/o?

() Sim () Não

Na sua opinião, meninas e meninos devem ter brincadeiras diferentes?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, de quê você acha que as meninas deveriam brincar?

E os meninos?

Na sua opinião, há características ou comportamentos que são típicos de homens e outros que são típicos de mulheres?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quais características ou comportamentos seriam típicos de mulheres?

E quais características ou comportamentos seriam típicos de homens?

Se você respondeu não, por que, na sua opinião, não há características ou comportamentos que seriam típicos de homens e outros típicos de mulheres?

Na sua opinião, existe “mulher ideal” e “homem ideal”?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, como seria a mulher ideal para você?

E como seria o homem ideal para você?

Se você respondeu não, por que, na sua opinião, não existe “mulher ideal” e/ou “homem ideal”?

Você tem uma mulher de referência, inspiradora na sua vida?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quem é a mulher de referência, inspiradora na sua vida?

Você tem um homem de referência, inspirador na sua vida?

() Sim () Não

Se você respondeu sim, quem é o homem de referência, inspirador na sua vida?

O projeto fez com que sua percepção sobre os papéis de mulheres e de homens mudasse? () Sim () Não

Se você respondeu sim, como o projeto mudou a sua percepção?



Figura 1. Educadoras/es e funcionários/os da Escola Classe 22 do Gama



Figura 2. Feira de ciências



Figura 3. Fachada da Escola Classe 22 do Gama

MULHERES À FRENTE: CAMINHOS PARA A VISIBILIDADE DA AGENDA INDÍGENA NO BRASIL.

Ana Euler¹; Ana Faulhaber² e Camila Moreira³

Conselheiras: Izabella Texeira e Luciana Temer.

AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de expressar nosso profundo agradecimento a essas mulheres incríveis: Nara Baré, Eclêmilda Macial Silva, Simone Karipuna, Luene Karipuna, Ariane Karipuna, Renata Lod, Edna Shanenawa, Maria Leonice Tupari, Edna Yawanawa, Laura Yawanawa, Francisca Arara. Sem a confiança e o interesse de vocês, não teria sido possível. Também à Deputada Joênia Wapichana e sua assessora Muriel Suragoussi, pela abertura, incentivo e colaboração nos momentos iniciais de concepção do projeto. Ousamos tratar deste tema, complexo e desconhecido, pois acreditamos que estamos em um momento oportuno para darmos as mãos, mulheres BRASILEIRAS de todas as etnias e origens.

1. APRESENTAÇÃO

A ideia deste trabalho surgiu logo no primeiro módulo do curso de formação de lideranças femininas da Universidade de Columbia, quando foi abordado o tema Mulher e Liderança. Os dados apresentavam a realidade nacional e internacional, mas sem nenhuma menção ou informação sobre as mulheres indígenas, esse grupo minoritário, mas não menos importante, de nossa sociedade. Por outro lado, o movimento indígena teve uma conquista histórica com a posse, em 2019, da primeira mulher indígena eleita Deputada Federal no Brasil, a advogada Joênia

Wapichana, pelo estado de Roraima. Ainda no processo eleitoral de 2018, tivemos a primeira indígena candidata a vice-presidência da república, Sra. Sônia Guajajara.

Além disso, a Amazônia e os territórios indígenas têm dominado os noticiários nacional e internacionalmente, devido ao aumento das queimadas, do desmatamento e das invasões de terras, com seguidas ameaças aos direitos e soberania desses povos.

Dito isso, nosso ponto de partida foi buscar aproximação e diálogo com o Gabinete da Deputada Joênia Wapichana, que recepcionou de forma positiva a nossa proposta de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, com apoio à agenda de seu mandato.

Considerando o atual contexto político nacional e sua base de apoio⁴ e de oposição⁵ com peso hegemônico no Congresso Nacional, entendemos como tema prioritário a proposição de instrumentos para a efetiva implementação da Convenção 169 da OIT quanto ao direito à autodeterminação dos povos indígenas e a consulta livre, prévia e informada em todos os atos que tenham impacto direto em seus territórios e modos de vida.

Também consultamos a representação da UN Mulher no Brasil, para compreender de que forma nosso trabalho poderia colaborar com a agenda brasileira de implementação do ODS 5, e entendemos que esse trabalho poderá colaborar no processo de revisão do Plano de Ação da Plataforma de Pequim sobre igualdade de gênero e os direitos humanos de mulheres e meninas, que acontecerá em 2020.

Dessa forma, este projeto se propõe a focar na questão de gênero dando voz e visibilidade às mulheres indígenas, para que possam expressar sua opinião e visão sobre as políticas existentes, o processo de consulta, desafios e propostas, a fim de alcançar maior participação e garantia dos seus direitos, a partir da perspectiva de lideranças jovens e experientes que integram o movimento indígena no Brasil. Ao final, apresentaremos uma proposta de ação.

(1) Pesquisadora A - Manejo de recursos naturais, PhD em Ciências Ambientais e Florestais pela Yokohama National University Assessora de Cooperação e Relações Internacionais. Embrapa Amapá. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);

(2) Diretora Adjunta da Escola de Gestão Penitenciária - RJ;

(3) Assessora no Laboratório de Aceleração de Eficiência Pública (LAEP), na Secretaria de Estado da Casa Civil e Governança, no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

(4) Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas, tem um total de 248 parlamentares, sendo 219 deputados e 29 senadores.

(5) Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), conhecida popularmente como "bancada ruralista"

2. INTRODUÇÃO

Existem aproximadamente 305 grupos no Brasil que se identificam como povos indígenas, falando mais de 274 idiomas diferentes. Apesar de representarem apenas 0,43% da população, os povos indígenas estão presentes em 80% dos municípios brasileiros. Segundo o último censo nacional de 2010 (IBGE, 2010) vivem no Brasil aproximadamente 818 mil indígenas, sendo 448 mil mulheres, e a população segue crescendo.

Além disso, a FUNAI identifica a presença de 26 grupos de indígenas isolados. A Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), afirma serem mais de 100 grupos em isolamento voluntário na região amazônica, sem que exista um marco regulatório específico que proteja esses grupos, considerados altamente ameaçados (VAZ, 2019).

A Constituição Brasileira de 1988 contém algumas disposições exemplares para a proteção e promoção dos direitos dos povos indígenas. O reconhecimento é concedido à diversidade cultural do país e dois artigos na Constituição tratam dos direitos dos povos indígenas.

No artigo 231 da referida Carta Magna, fica estabelecido que os indígenas têm “sua organização social, costumes, idiomas, credos e tradições reconhecidos, bem como seus direitos originais às terras que tradicionalmente ocupam”. Também oferece proteção a esses direitos, especialmente em relação à exploração de recursos naturais em terras indígenas; protege os povos indígenas contra a desapropriação ou remoção forçada de suas terras; e impõe à União a obrigação de demarcar as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas e “proteger e garantir o respeito de todos os seus bens”.

Já o artigo 232 proporciona aos povos indígenas e suas organizações legitimidade para defender seus direitos e autoriza o Ministério Público a intervir em nome dos povos indígenas em todos os casos pertinentes. Segundo a Relatora Especial da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas em sua missão ao Brasil, “os povos indígenas como um todo estão em desvantagem econômica e em termos de acesso ao poder político em relação à grande maioria da sociedade brasileira”. Ela enfatiza que a situação das crianças, jovens e mulheres indígenas, especialmente em relação às taxas alarmantes de suicídios nessas comunidades, estão ligadas à crescente violência contra as mulheres indígenas e à adoção ilegal de crianças indígenas.

Outra questão apresentada no Relatório é a necessidade de criar mecanismos de proteção aos defensores de direitos humanos – incluindo lideranças indígenas – com a articulação de diversas instâncias governamentais. Sinalizou-se, no documento apresentado, a dificuldade na produção de políticas e programas adequados a essas comunidades, indicando a falta de engajamento de alguns governos estaduais.

A Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho foi promulgada no Brasil através do Decreto

nº 5.051, de 19 de abril de 2004, dispondo em seu artigo 2º sobre a responsabilidade, por parte dos governos, em desenvolver, através de mecanismos de participação, uma ação coordenada e sistemática a fim de proteger os direitos e garantir a integridade dos povos. O mesmo Decreto estabelece que “os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos”. Porém, ao mesmo tempo em que se assume a responsabilidade pela garantia de acesso aos direitos previstos em diferentes normas às comunidades indígenas, carecem instrumentos para sua efetividade, seja pela ausência de mecanismos de participação, por falta de compromisso político e engajamento/ fortalecimento dessas instâncias, ou mesmo pela ausência de instrumentos capazes de diagnosticar de forma clara a situação desses povos.

Se a questão indígena no Brasil é sensível a diversos interesses tanto de ordem política como econômica, alguns movimentos ousam alcançar o protagonismo da agenda. Logo, na contramão surgem grupos de interesse com o objetivo de resgatar a cultura, valorizar as tradições e dar visibilidade ao movimento. Por meio de representantes que atuam de maneira organizada buscam além da criação de espaços, a abertura do diálogo como forma de atrair a atenção para o tema.

3. LEGISLAÇÕES: SUAS ESPECIFICIDADES E ABRANGÊNCIA DE GÊNERO

Na atualidade, os povos indígenas ainda sofrem grandes violações dos seus direitos e de suas dignidades. Por este motivo, algumas legislações nacionais e internacionais foram criadas a fim de protegê-los de tais violações. Para garantir seus direitos individuais e coletivos, reafirmar suas identidades, autonomia de ser, proteção ao território, visando reverter ou minimizar os danos sofridos, os povos indígenas passaram a se organizar e constituir lideranças representativas.

A primeira Constituição Republicana, publicada em 1891, não abarcou especificamente os povos indígenas que aqui viviam, e transferiu para os poderes estaduais o controle e as decisões sobre as terras devolutas, sendo omissas as terras dos indígenas.

Após a primeira Constituição, todas as demais reconheceram aos indígenas o domínio sobre os territórios por eles habitados, mas não protegeram os demais direitos dos povos indígenas, exceto a Constituição vigente, promulgada em 1988.

A primeira legislação ordinária da república federativa, criada para regular a situação jurídica dos indígenas ou silvícolas e das comunidades indígenas, com o propósito de preservar a sua cultura e integrá-los, progressiva e harmoniosamente, à comunhão nacional, buscando proteger os seus direitos, foi o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001, de 19

de dezembro de 1973), que dispôs sobre: princípios, dentre eles a garantia de permanência voluntária no seu habitat; respeito e condições para o seu desenvolvimento; assistência; definições; direitos civis e políticos, como assistência e tutela; registro civil; condições de trabalho; terras e áreas reservadas; bens e renda do patrimônio indígena; educação, cultura e saúde; normas penais.

Vale ressaltar que, apesar do Estatuto do Índio ter sido bastante importante, porque deu visibilidade e concedeu inúmeros direitos à população indígena, é importante observar que o art.2, VII, delibera que os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas (políticas públicas) devem ser executados, sempre que possível, mediante a colaboração dos indígenas. No entanto, fica claro que nessa época os mesmos não eram consultados sobre a confecção de tais programas e projetos, ou seja, o que tínhamos eram políticas feitas pelo homem branco para o homem indígena.

A Constituição Federal de 1988 marcou juridicamente a proteção dos direitos dos povos indígenas, determinando o direito à diferença, quando no art. 231 reconheceu os costumes, a organização social, suas línguas, crenças e tradições e o direito à terra de forma originária (anterior ao próprio estado) sobre as terras que tradicionalmente ocupam.

No texto constitucional vigente, outros dispositivos também referem-se aos indígenas, a exemplo: é atribuição do Ministério Público Federal de defender judicialmente os direitos indígenas (art.129, V); é competência exclusiva da União legislar sobre a população indígena (art.22, XIV); cabe aos juízes federais processar e julgar a disputa sobre direitos indígenas (art. 109. XI); os Estados devem proteger as manifestações das culturas populares, inclusive indígenas (art.215,§1); o respeito a utilização de processos próprios de aprendizagem e de suas línguas maternas (art.210§2).

No âmbito internacional, a Organização Internacional do Trabalho adotou, em 1957, através do Convênio 107, proposições de caráter obrigatório sobre populações indígenas e tribais. Em 20 de junho de 2002 foi ratificada pelo Congresso Nacional através do Decreto Legislativo nº143 e promulgada através do Decreto 5.051 de 19 de abril de 2004 a Convenção 169 sobre Povos Indígenas ou Tribais em Países Independentes, que substituiu a Convenção 107.

A Convenção 169 contempla diversos direitos, dentre eles: a identidade, a cultura, a integridade física, a religião, a educação, a participação em processos decisórios, trabalho, terras, recursos e desenvolvimento, proteção ao meio ambiente e a propriedade intelectual.

O direito a consulta prévia é previsto na Convenção e no Decreto que a promulgou, devendo os governos consultar mediante procedimentos apropriados através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente; na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam

concernentes de forma livre, devendo ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Em 1995, foi aprovada a Declaração e Plataforma de Pequim, na Quarta conferência Mundial sobre a Mulher, identificando doze áreas de preocupação prioritária, sendo elas: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza (fenômeno que passou a ser conhecido como a feminização da pobreza); a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina.

No ano de 2007, países se reuniram em Assembleia da ONU e aprovaram a Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, considerando-os coletivamente, transcendendo os direitos individuais. Esse ordenamento reflete um conjunto de reivindicações dos povos indígenas acerca da melhoria de suas relações com os Estados, servindo para estabelecer os parâmetros mínimos para outros normativos, e contém princípios como o da proibição de discriminação, igualdade e autodeterminação.

Apesar do Movimento das Mulheres Indígenas vir reivindicando políticas públicas para proteção e respeito aos seus direitos desde a primeira legislação nacional, a mulher indígena ainda sofre com a falta de visibilidade. Isso demonstra que os normativos internacionais e nacionais ainda têm que avançar muito e incluir a clivagem de gênero. Destaca-se que nenhuma das Constituições Brasileiras enunciou as mulheres indígenas

No Estatuto do Índio, as mulheres indígenas só aparecem em um momento, no art.54, parágrafo único, que destaca a proteção à saúde na maternidade, com especial assistência dos poderes públicos, em estabelecimentos a esse fim destinados, desta forma despreocupando-se com a cultura dessas mulheres, que têm especificidades, inclusive no momento do parto, diferentes da população em geral.

A Convenção 169 aborda as mulheres indígenas em apenas um artigo, o art. 20, 3.D, que trata de igualdade de oportunidades e direitos trabalhistas, incluindo proteção contra assédio sexual. Em geral, os protocolos de Consulta não abarcaram as peculiaridades das mulheres, e por isso seria necessário incluí-las nos protocolos existentes ou confeccionar protocolos específicos, pois as necessidades

das mulheres indígenas diferem bastante das dos homens.

A Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas contém 46 artigos, dentre os quais apenas dois (arts.21 e 22) abordam as mulheres entre as demais diversidades, como crianças, idosos, etc. Não existe um artigo específico de gênero.

As mulheres indígenas apenas aparecem na Declaração e Plataforma de Pequim, sendo observado o valor e reconhecimento cada vez maior dos seus interesses e preocupações, além das barreiras que enfrentam tanto por sua condição, quanto por serem membros de comunidades indígenas.

Dentre os objetivos da Declaração está previsto a necessidade de adotar medidas especiais para promover e fortalecer políticas e programas para as mulheres indígenas, que permitam sua participação plena e que respeitem sua diversidade cultural, de maneira que tenham oportunidades e possibilidades de opção nos processos de desenvolvimento. Tudo isso a fim de erradicar a pobreza que as afeta e intensificar os esforços para que sejam assegurados o gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às mulheres e às meninas, que encontram os mais variados obstáculos, por consequência de fatores como raça, idade, idioma, etnia, cultura, religião, deficiência física ou simplesmente por serem indígenas,

4. MULHERES À FRENTE

Lançada em abril de 2019, a Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas é uma associação suprapartidária composta por 219 deputados federais e 29 senadores da República, e tem como coordenadora a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR). Com o objetivo de propor ações e políticas em prol da população indígena, o colegiado atende a uma demanda antiga: a questão da visibilidade da agenda indígena.

Na contramão dos retrocessos ambientais, a Frente formada por requerimento da deputada Joenia deve trabalhar para reduzir os ataques às comunidades indígenas no Brasil, inclusive no tocante ao avanço de empresas de mineração sobre territórios tradicionais sem consulta prévia a essas populações. Com o objetivo de defender os direitos indígenas garantidos na Constituição Federal de 1988, bem como de aprimorar a legislação e políticas públicas orientadas para os povos indígenas, a Frente será um importante instrumento de resguardo aos interesses dos povos tradicionais brasileiros no direito indígena.

A consulta prévia é um mecanismo de participação popular e merece atenção especial, principalmente por ser uma das ferramentas mais importantes de acesso à formulação de políticas públicas. Via de regra, os procedimentos que regem a forma pela qual se materializa a consulta prévia precisam ser implementados de tal maneira que possam refletir o exercício da cidadania, em especial por parte dos povos direta e indiretamente afetados por empreendimentos de grande vulto que envolvam impactos

incidentes sobre a economia, cultura, meio ambiente e sustentabilidade e espírito das comunidades indígenas.

Atualmente, conforme observado em entrevistas e consultas às lideranças indígenas brasileiras, faltam regras ou orientações claras sobre o procedimento de consulta prévia aos povos indígenas. Como resultado, muitos processos de consulta feitos são mera formalidade, sem o devido esclarecimento e respeito às formas de organização, linguagem e tempo de maturação das comunidades indígenas. Isso traz como consequência a violação dos direitos humanos e o aumento das várias formas de violência contra os povos indígenas.

Durante muitos anos, a presença da mulher indígena na vida política e social brasileira foi invisibilizada. Seja como sujeito da história ou como parte integrante da sociedade que produz meios e fins, a mulher indígena é agora protagonista na mudança, capitaneada por novas lideranças.

A abertura desse canal de comunicação é um verdadeiro avanço na conquista de direitos e garantias fundamentais para a população indígena. Significa também dizer que, pela primeira vez, as mulheres indígenas estão escrevendo sua própria história, deixando suas marcas e semeando o futuro dos povos que representam.

Fruto de um conhecimento historicamente fragmentado, a luta indígena pode ser retratada como a luta pela identidade, pelo reconhecimento e resistência cultural, especialmente na defesa de seus direitos. Sob uma perspectiva de integração nacional, os povos indígenas acabam sendo assimilados e incorporados à cultura dominante. Essa visão contribuiu para o enfraquecimento dos povos tradicionais, relegando-os à margem da história, como coadjuvantes na complexa dinâmica de um crescimento econômico sem raízes, sem territórios e territorialidades.

5. PARTICIPAÇÃO E REPRESENTATIVIDADE DA MULHER INDÍGENA NAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

Um dos pilares da democracia é a participação popular, que se materializa na expressão do voto, na forma de capacidade eleitoral ativa e passiva, e em demais instrumentos, como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Há ainda outras experiências mais complexas, como é o caso do orçamento participativo e das emendas participativas, onde há controle social sobre as políticas públicas. Também existem os conselhos, as assembleias, as audiências públicas, as consultas públicas, etc. Tudo isso sem contar o avanço no sentido de um governo aberto e digital, onde a transparência e o acesso à informação garantem que a população tenha a oportunidade de expor suas necessidades e ao mesmo tempo cobrar os governos (ampliando a accountability no setor público). Em suma, existe todo um aparato institucional no qual residem esses instrumentos. Ainda assim, mesmo diante de todas essas possibilidades, como é possível, no século XXI, existirem parcelas da população que se sentem sub-representadas?

Na esfera política, o ano de 2018 trouxe avanços

e mudanças. Pela primeira vez na história, foi eleita uma deputada federal indígena no Brasil. Com um mandato compartilhado, ou seja, dividindo espaço com outras lideranças femininas, a deputada Joênia Wapichana encampa na Câmara a luta pelos direitos coletivos indígenas.

A deputada federal recebeu 8.491 votos e foi eleita pelo estado de Roraima. Pioneira, Joênia também foi a primeira mulher indígena a se formar em direito no Brasil. Sua trajetória acadêmica de sucesso só ajuda a compor o pano de fundo de uma personagem histórica que se desenha nos quadros da política brasileira.

Outras bandeiras defendidas pela deputada Joênia contemplam a defesa pela conclusão da regularização fundiária das terras e o combate às propostas “anti-indígenas”, garantindo assim que seja realizada a consulta dos povos indígenas nos projetos de lei que tramitam na Câmara. Outra pauta da deputada diz respeito ao sistema de educação escolar indígena, que é considerado bastante carente. Além disso, mas ainda no plano das políticas públicas – que trataremos melhor mais adiante – a deputada tem como pauta a capacitação de profissionais para a área de saúde indígena. Outro tema relevante e primordial que será tratado pela deputada é a questão da sustentabilidade, ou seja, novas medidas de solução energética na Amazônia, buscando fontes de energia limpa e renovável.

Nesse sentido, e conforme observado anteriormente, a Convenção n.169 reforçou a liberdade dos povos indígenas, especialmente em função da autodeterminação dos povos, e trouxe visibilidade àqueles que por séculos foram marginalizados ou excluídos das discussões que envolviam seus interesses.

Outra atuação de destaque na política é a liderança indígena de Nara Baré, a primeira mulher a assumir a liderança da Coordenação Executiva das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a maior organização indígena do Brasil, criada há 28 anos. A Coiab foi criada em 1989, por iniciativa de lideranças de organizações indígenas, com a missão de defender os direitos dos povos indígenas e sua autonomia e fortalecimento.

Nara Baré construiu sua história dentro do movimento indígena. Atuante e dedicada à causa, a ativista se destacou por ser considerada uma inspiração para outras mulheres. Uma das metas de sua gestão na Coiab é ressignificar o papel de liderança desempenhado pela mulher indígena em todos os cantos do país e dar visibilidade a quem por natureza já nasce forte.

Todavia, não é sempre que as mulheres assumem postos de liderança e protagonismo na agenda política e governamental brasileira. A longa trajetória de luta e resistência, o patrimonialismo e demais entraves sociais impostos por uma cultura patriarcal ditam as regras, ou melhor, condicionam o acesso aos espaços de poder, de deliberação e definição dos rumos do país.

No campo das políticas públicas, longe de esgotar a discussão sobre os aspectos ligados à representatividade da mulher indígena em cada área/setor, o que vale, neste

momento, é trazer o argumento de que hoje, no Brasil, a população indígena, e principalmente a mulher indígena, não é contemplada por políticas eficazes. Tampouco tem seus interesses resguardados no universo constitucional de forma clara e objetiva. Faltam espaços, mas sobram lacunas que não são preenchidas.

O desenho federativo brasileiro propicia a existência de políticas setoriais uniformizantes, como a saúde e a educação, cujos repasses de recursos são condicionados ao retorno social (e porque não dizer institucional) do investimento. Por outro lado, não consegue definir e menos ainda traduzir em políticas as necessidades dos povos tradicionais. A solução é criar planos, projetos e programas federais, esperando a adesão dos estados e municípios.

No primeiro semestre de 2019 o Ministério da Educação (MEC) promoveu a 1º audiência pública para elaboração do 1º Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI). A expectativa é de garantir uma educação igualitária a todas as comunidades indígenas.

Logo, o que se percebe é o avanço lento e gradual, seguido por períodos de estagnação, na construção de políticas educacionais direcionadas à população indígena, mesmo tendo a Constituição Federal assegurado o direito das sociedades indígenas a uma educação escolar diferenciada, específica, intercultural e bilíngue em 1988.

6. VOZ E OPINIÃO DAS MULHERES INDÍGENAS SOBRE A ATUALIDADE

O objetivo principal deste trabalho foi ouvir e dar voz às mulheres indígenas, destacando suas opiniões sobre a atualidade, os desafios e as estratégias do movimento indígena e das mulheres indígenas em especial. A escolha das mulheres ouvidas e consultadas seguiu dois caminhos. Primeiramente, buscamos as mulheres indígenas de destaque nacional, que têm sido a voz e imagem do movimento indígena na sociedade brasileira e internacional: Joênia Wapichana, Sônia Guajajara, Nara Baré, Eliane Potiguara, Célia Xakriaba, Daiara Tukano e Yawalapiti Watatakalu.

Iniciamos contatando o Gabinete da Deputada Federal Joênia Wapichana, e num primeiro momento a proposta do nosso trabalho foi bem acolhida. Entrevistamos então sua assessora, que indicou como tema de interesse a Convenção 169 da OIT e instrumentos para garantir o direito à consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas. Uma agenda que estaria na pauta de discussão internacional da Frente Parlamentar Indígena da América Latina.

A partir dessa orientação, fizemos uma revisão bibliográfica dos marcos regulatórios, dos protocolos de consulta e de uma série de bibliografias que discutem esse tema. Elaboramos um roteiro de consulta (Anexo 1), dividido em duas sessões. A primeira discutindo a opinião das mulheres indígenas sobre questões centrais a serem contempladas em um processo de consulta, livre, prévia e informada, e a segunda direcionada ao Objetivo

do Desenvolvimento Sustentável 5 (ODS 5) das Nações Unidas, que visa a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento da mulher, bem como seu instrumento de implementação, a Plataforma de Ação de Pequim e seus objetivos estratégicos.

As tratativas com o gabinete para aprofundar o primeiro tema não avançaram, então resolvemos focar na segunda parte, embora tenhamos algumas contribuições quanto a recomendações sobre uma possível regulamentação desta matéria.

Após inúmeras tentativas de contato com as lideranças mencionadas, conseguimos entrevistar Nara Baré, Coordenadora Executiva da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab). As demais lideranças indígenas estavam, no momento da escrita deste projeto, em viagem à Europa, em uma caravana de mobilização internacional pela garantia dos direitos dos povos indígenas, destacando o papel e a importância dos povos indígenas e seus territórios nos esforços mundiais de combate às mudanças climáticas.

Como segunda estratégia, buscamos lideranças indígenas com destaque na região amazônica, nos estados do Amapá, Acre e Rondônia, área de atuação de uma das autoras. Tivemos de superar as barreiras de comunicação existentes na região, diferença de fuso de três horas, visto que essas mulheres se encontram em áreas remotas, nos municípios fronteiriços do Oiapoque (AP), Feijó e Tarauacá (AC) e Cacoal (RO), com internet limitada. Dessa forma, duas entrevistas foram realizadas presencialmente no Amapá, e todas as demais com o uso do aplicativo Whatsapp, por meio de mensagens escritas, áudios e chamadas de vídeo.

Objetivando manter nosso compromisso de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, apresentamos neste trabalho a transcrição literal das dez entrevistas realizadas (Anexo 2) para não correr o risco de tomar o lugar de fala dessas mulheres ou mesmo de fazer interpretações equivocadas sobre suas visões e opiniões.

As entrevistas transcritas foram validadas e recebemos autorização para publicá-las. Uma síntese dos pontos de destaque abordados nas entrevistas é apresentada na Tabela 1.

Nome	Etnia	UF	Org.	Convenção 169	Plano de Ação de Pequim	Prioridade	Dificuldades/Estratégias	Mensagem final
Nara Baré	Baré	AM	Coiab	Nós somos as mais impactadas. Precisa ter movimento específico só com as mulheres, e que isso fique claro nos protocolos. Também a situação dos povos em isolamento voluntário.	As mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, as mulheres indígenas não aparecem.	Demarcação, Autonomia e Governança do Território Território, nosso corpo, nosso espírito	O governo federal não tem diálogo e respeito pelos povos indígenas. É um governo ditador. Nossa estratégia neste momento é a mobilização nacional e internacional como forma de pressionar o governo e influenciar a sociedade quanto ao agravamento da violação aos direitos humanos universais e aos direitos reconhecidos na Constituição Brasileira.	Nós somos um povo mega diverso, mas um só povo. É momento de deixar as diferenças de lado e nos unirmos como seres humanos, pelo bem comum.
Ecleimilda Macial Silva	Galibi Marworno	AP	SEPI/GEA, CCPIO, APOIANP, COIAB, APIB	As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço e formato próprio para consulta. Reunião direcionada às mulheres.	Não conhece. Mas as mulheres indígenas devem ser incluídas no OE K3 assim como em tantos outros. Deve ser garantida a participação das mulheres.	Educação Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem conhecimentos	Questões culturais, machismo, não tem a liberdade de participar dos eventos, dos estudos. Conscientização dos homens e da comunidade como um todo sobre a importância da participação da mulher.	As organizações, como Columbia deveriam implementar política de gênero direcionada às mulheres indígenas.
Luene Karipuna	Karipuna	AP	Apoiam, Organização Indígena da Juventude do Oiapoque	As mulheres têm outras visões, no Protocolo de Consulta dos Povos do Oiapoque não houve espaço direcionado para as mulheres, seria interessante se tivesse.	Não conhece. Importante que as mulheres indígenas sejam informadas, contempladas e que possam ser ouvidas neste processo.	Educação, para que possamos ocupar todos os espaços, ter oportunidade de trabalho, resolver e participar da resolução dos problemas enfrentados por todos.	A política de educação não atenta para as diferentes línguas. Precisamos de educação diferenciada.	Precisamos dar visibilidade ao nosso movimento, para que as pessoas, entendam as diferenças. Criar laços entre universidade e movimento de mulheres indígenas, para que a nossa voz alcance novos espaços.
Claudia Renata Lod Moraes e Ariana dos Santos	Galibi Kalina Karipuna	AP	Associação das Mulheres Indígenas em Movimento - AMIM	As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio de consulta. Com a realização de reuniões e assembleias para esclarecimento, oficinas, promoção de eventos de formação.	Não conhecem esse documento e não podem opinar por isso.	Política para a saúde da mulher indígena, considerando os diferentes costumes, por exemplo, a forma do parto. A forma de tratar as doenças. Medo de parir no hospital, medo da cesariana, que é a principal recomendação dos médicos do SUS.	Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidades dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Estratégia de resgatar o trabalho das parteiras, das plantas medicinais, promover o conhecimento tradicional, troca de saberes, de receitas, contação de histórias.	O Oiapoque, assim como outras regiões, é isolada, então estamos sempre buscando parceiros para novos projetos e políticas, direcionadas às mulheres.

Laura Yawanawa	Yawanawa	AC				Assegurar a demarcação das terras que faltam, homologar as que precisam e proteger as que já estão demarcadas. A terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações porque nela a mulher tira o alimento, o conhecimento das plantas medicinais, e a conexão com a mãe terra ... o espírito feminino...	A outra prioridade é a saúde da mulher indígena, precisamos de um programa diferenciado de saúde que cheguei nas aldeias, um programa holístico que respeite as tradições e valores. Criar programas econômicos diferenciadas para as mulheres indígenas que as incentivem criar fontes econômicas valorizando a sua arte, sua cultura, sua floresta como o artesanato por exemplo	A mulher indígena é um ser político na aldeia e infelizmente pouco reconhecida e valorizada e que necessita ser respeitada e ouvida por todos... como diria um Cacique Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra.
Simone Karipuna	Karipuna	AP	APOIANP, COIAB	A equidade de participação não é uma realidade hoje. Por isso é necessário reuniões só com as mulheres para se ter a oportunidade de ouvir, entender, falar e opinar. Recebemos a carga maior de impacto por sermos o centro da família.	Não conhece. Mas, se trata de território e meio ambiente está se falando de mãe, e neste sentido precisamos buscar participação das mulheres indígenas	Defesa do território, quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma. Demarcação para os povos que ainda não tem seus territórios demarcados, garantia dos territórios já demarcados.	Falta a implementação das leis existentes (Constituição Federal) Como estratégia, buscamos a unidade dos povos indígenas em um movimento de resistência, junto com parceiros, que são muito importantes.	Sugiro ao Columbia Center a realização de um seminário nacional, para dar mais visibilidade, para incentivar outras mulheres, para dar visibilidade ao protagonismo indígena.
Edna Shanenawa	Shanenawa	AC		Nós somos as verdadeiras guardiãs da floresta, por isso temos que ser consultadas e informadas. As consultas devem ser feitas através de reuniões só com as mulheres, também com processos de formação.	A ONU Mulher é muito importante, só que as informações importantes não chegam até a base, até as mulheres indígenas da aldeia. É preciso que seja garantida a participação e recurso para a participação	Política afirmativa de gênero, como estratégia para empoderar as mulheres indígenas. Que seja garantida sempre a presença de mulheres indígenas nas reuniões, nos processos de tomada de decisão.	Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação?	Nós temos que ajudar umas às outras. Nós temos o conhecimento da floresta, da tradição, podemos trocar conhecimentos com <u>VCs</u> , mulheres não indígenas. É preciso garantir a participação das mulheres indígenas em todos os espaços públicos.
Maria Leonice Tupari	Tupari	RO	Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR	Precisamos conhecer melhor a Convenção 169 da OIT, muitas ouvem falar, mas não entendem. Queremos ser consultadas.	Não conhece não pode opinar.	Queremos uma política que nos ajude a levar informação sobre os empreendimentos para as mulheres indígenas, muitas não têm o conhecimento.	Os homens estão decidindo sobre questões no território, nós queremos fazer parte do processo de decisão. Precisa ser trabalhado com oficinas, treinamentos, mostrar de uma forma mais ampla o que será daqui para frente.	Não queremos uma política que nos isole, queremos que os homens entendam que nossa participação é importante. Não queremos andar sozinha e nem passa na frente e nem fica atrás queremos anda lado a lado com os homens pois somos um coletivo.
Edna Yawanawa	Yawanawa	AC	CAYRG	A mulher indígena é impactada quando ela fica fora dessas questões, quando não se dá a oportunidade dela falar, dela expressar seus sentimentos, dizer o que está acontecendo. Não é sempre nas reuniões que elas falam e expressam os seus sentimentos. Às vezes são em horários informais de conversa, de café, numa janta, em um almoço.	Infelizmente, muitas vezes, nossos representantes não passam as coisas pra gente, que está na comunidade no cantinho da gente, e não é repassado. Então a gente fica sem saber o que está mudando. Essas coisas (OIT, Plataforma de Pequim/ONU), nunca participei, nunca vi, nunca recebi informação de outras pessoas que vão fazer isso.	A educação e a espiritualidade do povo indígenas. Não é a educação escolar formal, mas a educação tradicional de fortalecer isso dentro da comunidade, pois é a sobrevivência espiritual de um povo, é você falar a língua, dominar a cultura do seu povo.	Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo.	A gente não pode ser só alvo de pesquisa e <u>livro!</u> Hoje o próprio brasileiro não conhece <u>sua história</u> , não conhece a história dos povos indígenas. Ele só conhece a história dos povos indígenas de 1500, de 519 anos atrás, mas hoje, com a realidade de hoje, o que está acontecendo, ninguém conhece. As escolas não conhecem, as pessoas não conhecem.
Francisca Arara	Arara	AC	IMC, AMAAIAC	Nós, mulheres indígenas, não discutimos a política de forma separada. Mas, tem que ter um olhar específico, consultando as mulheres, para ver se elas querem.	Não comentou	A questão da saúde específica para as mulheres indígenas, por conta de alimentação e algumas mudanças, está chegando muito câncer no colo do útero, e outras doenças que antes nosso povo não tinha.	Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres que hoje, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens. Que sejam mulheres para atender e conversar com essas mulheres indígenas tradicionais porque elas não contam seus problemas para os homens (médicos homens).	É muito importante divulgar a importância que os povos indígenas têm para o equilíbrio do clima, para que as políticas públicas venham respeitar os direitos dos povos indígenas, os direitos de gênero, dos jovens, dos pajés, então esse trabalho é muito importante para divulgar o papel e o valor que tem as mulheres indígenas e que nós estamos ocupando espaços.

Objetivando manter nosso compromisso de dar voz e visibilidade às mulheres indígenas, apresentamos neste trabalho a transcrição literal das dez entrevistas realizadas (Anexo 2) para não correr o risco de tomar o lugar de fala dessas mulheres ou mesmo de fazer interpretações equivocadas sobre suas visões e opiniões.

As entrevistas transcritas foram validadas e recebemos autorização para publicá-las. Uma síntese dos pontos de destaque abordados nas entrevistas é apresentada na Tabela 1

Tabela 1: Destaques das entrevistas segundo as autoras

Quando falamos sobre a Convenção 169, falamos sobre a necessidade de as mulheres indígenas terem um processo próprio de consulta livre, prévia e informada. Para a grande maioria, há sim a necessidade de realização de reuniões e/ou assembleias somente com as mulheres. Assim, todas terão oportunidade de falar sua opinião e sentimento sobre o assunto tratado.

É consenso que as mulheres são sempre mais afetadas com os grandes empreendimentos e projetos, por terem o papel de cuidar da família, por estarem mais próximas da educação das filhas e filhos, e mais presentes no dia a dia nas comunidades. E por essa razão têm visões diferentes, que muitas vezes não são levadas em consideração. Algumas das entrevistadas afirmam que isso ocorre em decorrência do machismo cultural ou patriarcado, outras entendem que decorre do fato de que muitas mulheres não têm o costume de se expressar e trocar informações em eventos públicos, mas em atividades informais, como no roçado, na cozinha, e durante outras atividades de rotina, que dentro da comunidade são feitas coletivamente. Também há um consenso sobre a necessidade de processos de formação. Reuniões de consulta não são suficientes para que as mulheres possam estar preparadas para o processo de tomada de decisão.

As mulheres indígenas querem ser consultadas. Em Rondônia, o que está acontecendo é que os homens estão decidindo sobre questões no território. Madeira, garimpo, etc. Nós queremos sim fazer parte do processo de decisão sobre o que acontece no nosso território. Não queremos andar sozinhas e nem passar na frente e nem ficar atrás, queremos andar lado a lado com os homens pois somos um coletivo. Leonice Tupari (RO).

As três questões consideradas prioritárias nas narrativas das mulheres entrevistadas foram a demarcação e defesa dos territórios indígenas, educação formal e tradicional, e a saúde da mulher indígena. Esses temas também estão destacados no documento “Voz das Mulheres Indígenas” (2017) publicado pela ONU Mulher e no Documento Final da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas.

A demarcação de terras indígenas e a defesa dos territórios já demarcados são, na atualidade e desde os

tempos do Brasil colônia, as questões centrais do movimento indígena brasileiro. E não é diferente para o movimento de mulheres indígenas, que teve como slogan da Primeira Marcha das Mulheres Indígenas realizada este ano o lema “Território nosso corpo, nosso espírito”. Porém, o debate sobre este assunto ganhou escala e magnitude desde a campanha eleitoral de 2018 para a Presidência da República, quando o então candidato e agora Presidente, Jair Messias Bolsonaro, coloca como uma de suas promessas de campanha a suspensão de todos os processos de demarcação de novos territórios indígenas, e a possível revisão de territórios já demarcados, além da proposta de regulamentação da concessão de terras e exploração mineral dentro de Terras Indígenas. Após a sua posse, os conflitos e invasões se acirram, e as consequências deste discurso político estão sendo sentidas em todos os territórios indígenas do Brasil.

“Território não é só terra, é o meio ambiente, somos nós! Nós não somos guardiões da floresta, nós somos a floresta!” Nara Baré (AM)

“A terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações” Laura Yawanawa (AC)

“Quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma.” Simone Karipuna (AP)

A educação também aparece de forma muito forte no discurso dessas mulheres, como principal instrumento para o empoderamento e emancipação. É uma forma da mulher indígena estar informada e preparada para ocupar todos os espaços, lado a lado com as lideranças masculinas, e também para aquelas que estão nas aldeias. Há a necessidade de levar informação e formação, para que tenham acesso aos mercados, acesso a informações sobre direitos e deveres (Lei Maria da Penha, por exemplo). Educação tradicional para que seu modo de vida seja valorizado, assim como seu papel na transmissão do conhecimento e cultura para as novas gerações. Esse ponto em especial, está previsto entre os objetivos estratégicos e ações do Plano de Ação de Pequim (Box 1).

A política prioritária para mulheres indígenas na atualidade é a educação, pois a partir da educação se abrem as oportunidades para outros temas. Ela estará empoderada para atuar em diversas frentes junto aos homens. Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem os conhecimentos! Eclêmilda Macial Silva

Somos poucas as mulheres que participam e entendem. Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação? Edna Shanenawa

O modo como estudamos, a política de educação não atenta para as diferentes línguas. É preciso a construção de um novo processo de uma educação mais inclusiva, para as mulheres indígenas. Falar sobre a realidade de cada povo. Luene Karipuna

Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo. Edna Yawanawá

A saúde da mulher indígena é um assunto considerado “complicado”. O Sistema Único de Saúde (SUS) não tem políticas que reconheçam e respeitem os costumes e conhecimentos tradicionais de cada povo. A medicina tradicional indígena, os pajés e as parteiras vêm perdendo espaço frente a massificação do atendimento “universal” de saúde. Essas questões precisam urgentemente ser mais bem discutidas e enfrentadas. Pontos especialmente sensíveis estão relacionados ao tratamento ginecológico e o direito ao parto humanizado, com a presença de parteiras da comunidade.

Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens (médicos). Francisca Arara

Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidades dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Renata Lod e Ariane dos Santos

Finalmente, nossa contribuição para a Plataforma de Ação de Pequim é aconselhar que a ONU Mulher no Brasil continue se esforçando para dar escala às vozes das mulheres indígenas brasileiras. Somente 15 dos 51 objetivos estratégicos fazem referência e enxergam essas mulheres, que precisam ser valorizadas e querem sair da invisibilidade.

Mas a gente vê até hoje que as mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, da parte acadêmica e científica, as mulheres indígenas não aparecem. Nós estamos onde, em que porcentagem? Não ter referência da palavra indígena faz diferença, tem que ter. Se não tiver a menção a palavra mulheres indígenas, nós não somos convidadas. Nara Baré

Como diria um Cacique do Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra. Eliane Yawanawa.

BOX1: Plataforma de Pequim – Plano de Ação

Objetivo estratégico B.4. Estabelecer sistemas não discriminatórios de educação e treinamento. Medidas a serem tomadas: Reconhecer e apoiar o direito das mulheres e meninas indígenas à educação e promover uma abordagem multicultural da educação que responda às necessidades, aspirações e culturas das mulheres e dos povos indígenas, inclusive por meio do desenvolvimento de programas educacionais, currículos e material didático adequado, na medida do possível nas línguas das populações indígenas e com a participação de mulheres indígenas nesses processos;

Objetivo estratégico C.1. Incentivar o acesso das mulheres ao longo da vida a serviços de saúde e informações adequadas, de baixo custo e de boa qualidade, e serviços relacionados. Medidas a serem tomadas: Garantir acesso total e igual à infraestrutura e serviços de saúde para mulheres indígenas.

Objetivo estratégico C.4. Promover pesquisas e disseminar informações sobre a saúde da mulher. Medidas a serem tomadas: Reconhecer e incentivar a assistência tradicional à saúde, com efeitos benéficos, especialmente os praticados por mulheres indígenas, a fim de preservar e incorporar o valor da assistência tradicional para a saúde na prestação de serviços de saúde e apoiar pesquisas destinadas a alcançar esse objetivo;

7. OS CAMINHOS

Implementação do Projeto Vozes da Terra, que visa fortalecer as vozes das mulheres indígenas, dar visibilidade às suas lutas e criar ferramentas para seu empoderamento e gerar condições de reflexão crítica, de atuação organizada em rede, de incidir sobre as comunidades onde atuam, com o objetivo de multiplicar o conhecimento, ampliar o engajamento e promover a inserção da mulher indígena nas principais discussões e arenas de poder.

Dessa forma, este projeto se propõe a focar na questão de gênero e discorrer sobre as políticas existentes que ajudem a mulher indígena alcançar maior participação e garantia dos seus direitos, a partir da perspectiva das mulheres que integram o movimento indígena no Brasil.

Portanto, conclui-se que o cumprimento das metas

do ODS 5 reduzirá a corrente principal de gênero, promoverá a igualdade e o empoderamento das mulheres indígenas e ajudará a garantir o desenvolvimento de territórios inclusivos e sustentáveis. Para perseguir as metas de desenvolvimento sustentável, o Projeto Vozes da Terra vincula diretamente o ODS 5 aos ODS 3, 4, 7, 13 e 15, e, paralelamente, aos demais Objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf, acesso em

20 de outubro de 2019.

BRASIL, 2009. Ministério da Justiça. Comissão Nacional de Política Indigenista. Estatuto dos Povos Indígenas. Proposta da Comissão Nacional de Política Indigenista.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

DOCUMENTO FINAL Marcha das Mulheres Indígenas: “Território: nosso corpo, nosso espírito” Brasília – DF, 09 a 14 de agosto 2019 Se fere a nossa existência, seremos resistência.

ONU Mulher. Voz das Mulheres Indígenas. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/mulheres-indigenas/>

PEQUIM. Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da Mulher. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf. Acesso em 27 de outubro de 2019.

PERU, 2012. Lei do direito à consulta anterior de pessoas indígenas ou originárias reconhecidas na Convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT). Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/protocolos-de-consulta-dos-povos-indigenas>

PUEBLOS INDÍGENAS EN AISLAMIENTO EN LA Amazonía Y GRAN CHACO Informe regional: territorios y desarrollo – IR Informe Regional: Antenor Vaz. Coordinador © Land is Life. Estrategia Regional de Protección para Pueblos Aislados United Nations, 2018. General Assembly. Free, prior and informed consent: a human rights-based approach. Study of the Expert Mechanism on the Rights of Indigenous Peoples. Human Rights Council. Thirty-ninth session 10–28 September 2018.

United Nations, 2007.. United Nations Declaration on The Rights of Indigenous People. Resolution adopted by the General Assembly on 13 September 2007

Protocolo de Consulta Munduruku

Protocolo de Consentimento e Consulta Wajãpi

Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingú

Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak

Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque

Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli Corpuz Declaração de Fim de Missão. 17 de março de 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>, visualizado em 20 de outubro de 2019.

<https://www.brasildefato.com.br/2019/04/04/bancada-em-defesa-dos-povos-indigenas-e-lancada-com-248-parlamentares/>

<https://feminismos.ladiaria.com.uy/articulo/2019/6/primer-encuentro-de-parlamentarias-indigenas-de-america-latina-puso-el-foco-en-la-lucha-contra-las-violencias>

<https://catarinas.info/43-mulheres-indigenas-do-brasil-e-da-america-latina-para-se-inspirar/>

ANEXO 1 - ENTREVISTAS

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler

Autorização para gravar: (x)sim () não

Consentimento livre, prévio e informado: (x)sim () não

Data: 22/10/2019

Local: Macapá (AP) / Manaus (AM) – chamada de áudio whatsapp

Nome da entrevistada: Nara Baré

Etnia: Baré

Organização: COIAB

Função: Coordenadora Executiva

Me chamo Nara do povo Baré, nome indígena é Yandara, que significa meio dia quando o sol fica muito mais forte. Nossos nomes são escolhidos pelos nossos pajés e dados pelas nossas mães ainda no ventre, pois eles sonham e veem como que a gente virá a este mundo e o nome que devemos ter. Sou da Terra Indígena do Alto Rio Negro, noroeste do estado do Amazonas, na região conhecida como Cabeça do Cachorro, área de fronteira com a Venezuela, que perpassa toda calha do rio Negro, divisa entre Colômbia, Brasil e Venezuela.

Na minha família, nós somos muitas mulheres, a cada geração tem um homem para 5 ou 6 mulheres, nosso nome Baré quer dizer povo do rio, ligação muito grande com as águas, precisamos do contato com nosso território, nossos rios, com a água que é nossa essência. Nosso conhecimento vem passando de geração por geração, da bisavó para avó, para a mãe e para os filhos. As irmãs da minha mãe são minhas mães, meus primos são meus irmãos. Temos uma ligação muito forte de família, diferente dos não indígenas. Nosso povo foi um dos primeiros contatados. Minha avó dizia que no Rio Negro se investiu muito em educação escolar, que não é a educação da ancestralidade. Desde a época da Constituinte, nós participamos do processo da Constituinte, várias das nossas lideranças participaram e viram a importância da educação para a defesa dos direitos, dos nossos territórios. Eles viram a importância de nós aprendermos não só a falar o português, mas escrever o português e ter acesso a uma educação não indígena para termos um embate igualitário. Então muitos do Rio Negro saíram e foram estudar com apoio das missões Salesianas. Nisso eu fui enviada para Manaus, sem eu querer. Chorei muito, muito difícil encarar a cidade grande, o preconceito, não sabia o que era isso, não falava direito o português correto, foi muito difícil, foi minha primeira barreira. Mas as barreiras precisam ser superadas. Nós, os mais velhos, que somos os primeiros, passamos por isso, para que os outros tenham mais facilidade.

A informação é uma arma fundamental, nossos antepassados guerreavam com arco e flecha, e atualmente guerreamos com caneta e papel, a informação é uma arma fundamental, quem tem informação precisa saber usar ela para o bem, de boa-fé, para lutar pelo direito de todos, do coletivo e não individual.

Vim pra Manaus e fiz Escola Técnica em Administração e logo me associei ao Movimento dos Estudantes Indígenas do Estado do Amazonas (MEIEAM). Ali que eu comecei articular com outros parentes, primeiro para garantir a permanência na escola, na Universidade, diante de todos os desafios, começamos a conectar todos os estudantes indígenas. Passamos pela perda de um estudante indígena do curso de Direito que se suicidou. Começamos nos articular para que ninguém se sentisse só, se sentir uma só família. Foi ali que nós abrimos outros horizontes e começamos a sair da bolha, da proteção familiar, esse mundo desafiador daqui de fora para ter esse enfrentamento coletivo, foi a minha primeira casa na política, eu sozinha, nesse enfrentamento, e foi muito bom, aprendemos muita coisa. Aprendemos que indiferente do povo, as dificuldades são as mesmas.

O MEIEAM, assim como a Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro são organizações de base da Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - Coiab. Na época não tinha um espaço muito grande para os jovens estarem colocando seu posicionamento. Em 2013, fui como delegada pelo MEIAM à Assembleia da Coiab em Cuiabá e foi quando passei a fazer parte Coiab, como Coordenadora Tesoureira, dentro de uma dificuldade que a Coiab estava passando, fui uma indicação das mulheres indígenas, foi dito da importância da presença da mulher indígena para superar as dificuldades. Outra questão importante é o papel das crianças, as crianças participam dos espaços de discussão mesmo brincando, elas vão aprendendo, desde pequenas. As mulheres levam os seus filhos e isso é muito importante.

Quando iniciei o trabalho na Coiab em 2013, eu estava com filho de um ano, e não estava esperando essa indicação, fui só ajudar, foi um desafio muito grande para mim. Muitas mulheres me perguntaram, você acha que está preparada? A gente acha que não está preparada. Mas estamos sim. Estamos preparadas desde o ventre. Nós mulheres somos capazes de fazer várias coisas ao mesmo tempo. Cuidar dos filhos, do roçado, da educação dos filhos, dos irmãos caçulas, de casa, do escritório, e com excelência em tudo que a gente for fazer. E naquele momento eu não tinha como dizer não, pois havia mulheres de várias gerações, me pedindo para concorrer e compor a coordenação para que a Coiab não fechasse as portas. Uma responsabilidade muito grande. A primeira coisa que eu pensei foi no meu filho, tive que mandá-lo para São Gabriel da Cachoeira para poder ajudar na logística da Assembleia. Em 2014 eu ia me formar na faculdade, não consegui conciliar a vida acadêmica com a responsabilidade, de vidas que não eram só a minha e do meu povo, mas de toda Amazônia e todo Brasil. Quando coloquei na balança, conversei com meus pais, com meu marido, eu não tive dúvida de que não poderia deixar essa caminhada do movimento indígena, e a conjuntura que só vem piorando. Meu maior ensinamento, minha maior faculdade, ela é o movimento indígena, meus maiores professores são os Caciques, foram as lideranças

tradicionais, tive um amadurecimento como pessoa política, enquanto ser humano, que eu não me arrependo de ter feito esta escolha. Minha missão de vida foi vir para esse lado ativista, por muitos, pelo meu filho, pelos meus netos, que eu quero ser avó! E não me arrependo. É uma opção de vida! Defesa do ser humano, do coletivo. Qualquer coisa que você faça, que é por amor, você é feliz.

A Coiab completou 30 anos, ela foi criada em 1986 e somente em 1996 foi quando a primeira mulher assumiu cargo na coordenação executiva. Mas a Associação das Mulheres Indígenas do Rio Negro é anterior a Coiab. A história começa quando as mulheres indígenas são retiradas de seus territórios pelos militares para virarem empregadas domésticas, e quando elas chegaram a certa idade de não servir mais para o serviço doméstico. Elas foram abandonadas. Algumas foram violentadas pelos seus patrões, muitas não conseguiram estudar, outras casaram, e muitas estavam em Manaus. E como elas iam passar o seu conhecimento cultural para seus filhos? Essa associação serviu como movimento de base de apoio para a formação da Coiab, para as lideranças da Amazônia que lutaram no período da Constituinte, em 1984-85. Então as mulheres sempre serviram de base, sempre deram apoio, suporte, sempre estiveram presentes. A gente só não aparecia, não tinha a voz ecoada. Mas sempre presente nos diálogos internos. Mas passamos por um período, precisamos respeitar o tempo e o espaço das mulheres e do próprio movimento indígena. O tempo da fala, chegou o momento que entendemos que não poderíamos estar só como coadjuvantes. Começamos a ter posicionamentos mais claros, assumindo essa responsabilidade, assumir o comando, junto com os homens, para o bem comum. A participação vem sendo fundamental e cada vez mais forte e constante. Aqui do lado de fora. Em alguns locais ainda é mais restrito, não é só o machismo que impera, acredito que é o respeito, e a outra parte o patriarcado, é preciso que a sociedade ocidental entenda. Esse olhar que não é de submissão, mas de respeito, entre o homem e a mulher. Pelo menos aqui na Amazônia. Sei que existem lugares que há discriminação e violência, mas isso não faz parte de nossa cultura, isso não é cultural! A mulher sempre fez isso, mas de forma mais interna, agora não precisamos mais de intermediadores, hoje nós já falamos por nós mesmas.

Quando falamos de protocolos indígenas por exemplo, é necessário que se deixe claro o que é a visão das mulheres. Nós somos as que somos as mais impactadas, as mulheres, as crianças e os idosos. Precisa ter momento específico só com as mulheres, e que isso fique claro nos protocolos. Para elas se reunirem conversarem, o que é importante, o que estão sentindo. É uma realidade que muitas mulheres não falam na frente dos homens. Então se não houver mecanismo diferenciado, elas não vão participar.

Outra coisa de fundamental importância é mencionar a situação de mais de 100 povos em isolamento voluntário. Na Amazônia temos mais de 113 referências, e que o governo, o estado brasileiro não respeita e não aceita. Esses grandes

empreendimentos (hidrelétricas, rodovias, agronegócio) os afetam diretamente. A necessidade de proteção dos povos em isolamento voluntário. Muitos povos foram retirados de suas terras, foram separados de suas famílias. O Vale do Javari é a região com maior número de referências, mas também no Maranhão e outras regiões.

Sobre a relação do movimento de mulheres indígenas com as Nações Unidas, ela acontece via Enlace Continental das Mulheres Indígenas das Américas. Também por meio do Grupo Vozes das Mulheres Indígenas e União das Mulheres Indígenas da Amazônia Brasileira. Mas a gente vê até hoje que as mulheres indígenas continuam invisibilizadas. Quando olhamos os números, da parte acadêmica e científica, as mulheres indígenas não aparecem, Nós estamos onde, em que porcentagem? Não ter referência da palavra indígena faz diferença, tem que ter. Se não tiver a menção a palavra mulheres indígenas, nós não somos convidadas!

Quando falamos da participação das mulheres indígenas, não temos espaço, é preciso mudar. Por mais que a gente esteja aqui, a própria Joenia Wapichana como primeira mulher indígena Deputada Federal no Brasil, minha participação como única mulher coordenadora geral em toda a bacia amazônica. A gente acaba sendo referência, e esse protagonismo, para estar hoje como coordenadora geral não foi uma disputa com os homens, foram os homens que me colocaram aqui. Pois 80% dos delegados que votam são homens. É importante, nessas ferramentas de medições, é fundamental citar as mulheres.

A política mais importante para os povos indígenas e para as mulheres indígenas é a demarcação dos territórios. Garantindo toda nossa autonomia e governança dos nossos territórios. Sem território não há como falar de cultura, de ancestralidade, de saúde, de educação. Território é tudo! Território não é só terra, é o meio ambiente, somos nós! Nós não somos guardiões da floresta, nós somos a floresta! Território, nosso corpo, nosso espírito. Tema da nossa primeira marcha das mulheres indígenas. Meu nome é Yandara, é o sol, vários povos têm sua cosmovisão, os astros, nossas plantas, pássaros. Você leva na sua espiritualidade o seu território. Nós fazemos parte, nosso território somos nós todos, água, animais, plantas. Muitas pessoas não conseguem entender isso. O território faz parte de nós.

Em setembro de 2018 tivemos a última terra indígena demarcada TI Caxiuiana, no governo Temer, dentro de uma articulação muito grande com o então Ministro da Justiça. E tudo começou numa COP, é muito mais fácil conversar com esse povo lá fora. Foi feito com a ajuda de muitos, a comprovação da importância, relevância e que não havia nenhum conflito.

A partir do processo da campanha política de 2018, que o então candidato Jair Bolsonaro prometeu que não iria demarcar nenhum centímetro de terra indígena, a gente viu que isso começou a se concretizar. Em Mato Grosso do Sul, que tem conflito muito grande, foram os primeiros a levarem bala, de verdade, confronto. Teve no MS, RO e MA. E a gente vê que a partir de janeiro para cá, é o que o atual presidente

vem tentando concretizar, não só legalizar mineração em TI mas a revisão dos territórios já demarcados. Já falou que não vai demarcar nenhuma TI, nenhum território nem Quilombola, nem Unidade de Conservação, “nada que possa atrapalhar”. O que ele prometeu, a gente vê que nossa luta por direito, o nosso embate é muito mais perigoso que nos anos anteriores. Porque com o atual presidente não tem meias palavras, ele é muito direto, não é nada político, não tem um comportamento de Chefe de Estado, ele não mede suas palavras “Não interessa nem índio, nem floresta, nem porra nenhuma. O que importa é o ouro que está lá!” Ele fala de uma forma banal, desrespeitosa, as pessoas estão achando isso comum. Isso não pode ser considerado uma coisa comum!

Então o que a gente vê é que se antes, nos governos anteriores não foi fácil, mas ainda tinha diálogo. Agora não tem diálogo nenhum, e não é só os povos indígenas. Hoje não se tem mais participação popular, todos os conselhos foram extintos. Um governo realmente ditador. Ele dita, e quem não pensa igual é comunista.

Como mensagem final, é importante colocar no espaço da academia e da sociedade civil que não há diferenças. Nós somos povos, mais 305 povos indígenas, e um só povo brasileiro. Conhecer a história do nosso país é muito importante, mas para isso é preciso estar aberto para esse conhecimento e informações que vem aparecendo. Agora, mais do que nunca, é preciso estarmos unidos enquanto povos e como sociedade civil, não são só os povos indígenas que estão sendo violentados, são todos os brasileiros. Com as várias coisas que estão sendo impostas A própria questão das mudanças climáticas, que o próprio governo diz que não aceita, que não existe. Claro que existe, nós sofremos isso! A Amazônia pegando fogo literalmente por causa do discurso intolerante do nosso Presidente e das leis que estão desmobilizando a parte ambiental. O Brasil só se deu conta quando São Paulo escureceu. A gente não precisa que todos sejam afetados para nos darmos conta da dimensão do impacto do clima. É momento de deixar as diferenças de lado e nos unirmos como seres humanos. Não há soberania nacional no mundo maior do que o direito fundamental à vida! Temos o direito de viver, onde queremos, da forma que queremos, com nossos filhos, nossos pais, para garantir o bem comum. Para as futuras gerações, é o momento de nos desarmarmos como pessoas e nos armarmos como cidadãos para enfrentar esse mal maior que está aí.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para gravar: (x) Sim () Não
Consentimento livre, prévio e informado: (x) Sim () Não
Data: 23/10/2019
Local: Amapá (AP) / Rio Branco (AC) – Envio de áudio
Whatsapp
Nome da Entrevistada: Edna Luiza Alves Yawanawa

Etnia: Yawanawa

Terra Indígena: Aldeia Nova Esperança, Terra Indígena do Rio Gregório

Organização: Cooperativa Agroextrativista Yawanawa do Rio Gregório

Função: Cooperada

Meu nome é Edna Luiza Alves Yawanawa, mas no meu idioma é Yaka. Tenho 41 anos sou casada e tenho 5 filhas. Sou licenciada em História pela Ufac, Campus Floresta de Cruzeiro do Sul, sou membra da Cooperativa Agroextrativista Yawanawa do rio Gregorio. Também sou professora em escola pública desde 2006 e lecionei por 3 anos num presídio em Tarauacá.

Sobre a consulta prévia, é importante a participação da mulher indígena em qualquer decisão, o papel da mulher é de suma importante, elas que fazem o trabalho acontecer nas comunidades. Através da mulher indígena, se tem a alimentação segura, educação segura e continuidade das gerações. Consultar uma pessoa é estar preocupado se esta pessoa vai aceitar ou não, se ela vai gostar ou não e se ela vai permitir ou não algum acontecimento, alguma mudança. Quando um governo se preocupa de fazer uma consulta prévia sobre qualquer assunto que diz respeito aos povos indígenas é porque há interesse em saber se vai impactar de forma positiva ou negativa dentro da comunidade, e isso é uma política que deveria ser feita não somente com os povos indígenas mas com todos os povos do Brasil, com os brasileiros. Pois todas as mudanças de política pública na área social, ela diz respeito às nossas vidas, afeta a vida do cidadão. Imagina isso dentro de uma comunidade indígena? Não só mulher indígena, mas todos devem estar cientes sobre o que é uma consulta pública e por que ela acontece. Uma consulta pública prévia significa que vai haver mudança, e nessa mudança está a vida de cada cidadão, de cada pessoa daquela comunidade. Pra gente poder aceitar a gente precisa entender. Se não há diálogo, se não há informação e entendimento, como eu vou participar desta mudança? Não só a mulher indígena, mas até as crianças precisam estar informadas. Por isso quando você pergunta é porque você quer saber, então vai haver uma mudança grande na vida de quem você está consultando, e isso é muito importante.

Nem todas as mulheres indígenas estão fora das discussões. As pessoas que saem e representam as comunidades indígenas, o coletivo do seu povo, eles precisam entender, para passar essas informações para dentro da comunidade. As lideranças saem e voltam e informam ao povo o que está acontecendo fora, um diálogo dentro da comunidade. Tem muitas mulheres e pessoas que não entendem a língua portuguesa, só entendem na língua do seu próprio povo. Outras pessoas entendem um pouco; as reuniões podem acontecer só com as mulheres, a depender do assunto, ou de forma coletiva com todo o povo na língua do povo e português. Claro que se for uma questão de saúde ou artesanato ou alguma coisa de educação com

os filhos, aí sim é feita reunião só com as mulheres. Isso é importante pois quem for falar tem que ter segurança do que está falando, sabendo que isso vai impactar dentro da comunidade. Tem que ter cuidado a pessoa que for falar pois o mundo da comunidade e dos povos indígenas não funciona no mesmo tempo que os povos de fora. Os “nauá”, o povo ocidental, a sociedade de fora, trabalha num ritmo acelerado. O nosso tempo, ele é paulatinamente, ele é lento, funciona do nosso jeito. Então essas informações precisam chegar claras, para não haver confusão na cabeça de ninguém, e numa linguagem que todos possam entender, principalmente as mulheres, pois são elas que repassam as informações para os filhos, para as filhas, é numa roda de conversa entre mulheres, é lavando roupa, fazendo comida, limpando uma casa, indo para o roçado, então o repasse de informações acontece em diversos momentos, não é só no momento de reunião. Pois não é sempre nas reuniões que as mulheres falam e expressam os seus sentimentos. Às vezes são em horários informais de conversa, de café, numa janta, em um almoço.... o repasse de informação é feito dessa forma.

A mulher indígena é impactada quando ela fica fora dessas questões, quando não se dá a oportunidade dela falar, dela expressar seus sentimentos, dizer o que está acontecendo. A mulher é muito detalhista, a mulher indígena tem um sexto sentido mais apurado. E quando as coisas não vão dar certo, a gente sente, a gente precisa dar a nossa opinião, e muitas vezes nós não temos esse espaço. Não só dentro da comunidade, mas fora da comunidade onde nossa voz não é ouvida, onde a mulher indígena não é representada, não tem uma representação forte. O movimento indígena do Acre foi enfraquecido politicamente, a gente perdeu espaço. Pouco a pouco a gente vem lutando para se reafirmar ou pelo menos manter o que já tem vivo, pois a luta continua. Pois enquanto houverem indígenas vivos não podemos desistir das nossas lutas E as mulheres indígenas vem conquistando seu espaço dentro e fora da comunidade indígena. A gente já tem muitas mulheres formada, médicas, advogadas, professoras, pedagogas, historiadoras, com nível superior para fortalecer esta luta. Mas a vida da mulher indígena dentro da comunidade é uma luta grande, não que a mulher indígena se empodera para mandar no homem ou para mandar em alguém, ela se empodera para ela poder dar valor e voz, a gente precisa desse espaço, e nós trabalhamos juntas e nós somos impactadas e desfavorecidas quando nossa voz não é ouvida e a gente é calada para certo assunto. Se você não se empodera daquela informação, você não pode reivindicar porque você não conhece o que está falando. Tem certos assuntos que são tabu, tem certas coisas que os homens não querem que as mulheres façam, então a gente tem quebrado isso pouco a pouco. Ser mulher indígena empoderada não é ser melhor nem maior do que ninguém, é apenas se apossar da informação, apenas se apossar de um espaço que é seu, com respeito, com amor, mas muito forte. Se revestir das coisas que são boas, que te fazem bem e que vão ajudar o seu povo. A gente precisa disso, muitas vezes os homens estão indo em caminhos tortos, e nós mulheres,

precisamos ser a direção, precisamos ser âncoras, alvos, ter objetivos e direcioná-los porque isso é um trabalho coletivo, e não individual. Não são as associações e os grupos que dividem as pessoas na comunidade, o trabalho é coletivo, o trabalho é um só, e a gente precisa trabalhar junto pois individualmente nós somos enfraquecidos. Nenhum governo permanece em pé dividido, ele precisa estar junto e firme, o que ele quer de melhor para o seu povo.

No meu entendimento, o foco principal é a espiritualidade de todas as comunidades indígenas, além do desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do povo. Hoje o que vejo como foco das comunidades é a educação e a espiritualidade do povo indígena. Não é a educação escolar formal, mas a educação tradicional de fortalecer isso dentro da comunidade, pois é a sobrevivência espiritual de um povo, é você falar a língua, dominar a cultura do seu povo. Ter isso muito vivo dentro da sua comunidade, pois de outra forma, se o povo não tem a língua, não tem a cultura, o que vamos dizer para nossos filhos Para as futuras gerações? Que história que eu vou falar? De quem eu vou falar? Essa política prioritária é a política da sobrevivência dos povos indígenas. Não vivemos só de plantar, ou só de colher, se o povo indígena não estiver bem espiritualmente ele não tem saúde, não tem vida. Quando ele está bem espiritualmente, a natureza está em pé, os rios tem peixe; estamos preocupados com o futuro das gerações.

Então, deveríamos ter uma política focada para a educação tradicional dos povos indígenas, fortalecimento da educação dentro das comunidades indígenas. Como a ONU e as pessoas de fora que estão preocupadas estão vendo isso? Não é só a questão da demarcação da terra, que é sim, uma prioridade. Mas dentro disso, aqueles que já tem a sua terra, que já estão dentro há séculos, e como que está isso espiritualmente falando? De que que ele está vivendo? A identidade de um povo indígena é o seu idioma, é a sua cultura. É o que ele fala, ele come, ele transmite para as gerações dele. Tem muitas coisas que só funcionam dentro da comunidade indígena, e uma é essa. As pessoas não entendem. A língua é a principal identidade dos povos indígenas! Precisamos divulgar isso, participar!

Infelizmente, muitas vezes, nossos representantes não passam as coisas pra gente, que está na comunidade no cantinho da gente, e não é repassado. Então a gente fica sem saber o que está mudando. Essas coisas (OIT, Plataforma de Pequim/ONU), nunca participei, nunca vi, nunca recebi informação de outras pessoas que vão fazer isso. Por isso a gente muitas vezes não sabe responder direito as questões. Nós precisamos passar o que a gente sabe, o que a gente vive aqui no município. Eu moro em Tarauacá na Aldeia Nova Esperança, na TI Rio Gregório.

Esse trabalho pode ajudar de diversas formas, pois vocês são intelectuais, vocês têm o poder nas mãos. Vocês têm o poder da mídia, o poder da informação. Vocês podem ajudar informando sobre os trabalhos das mulheres indígenas, se preocupando em saber o que está acontecendo com as mulheres indígenas no Brasil. O

porque de tanto sofrimento muitas vezes. O porque que o movimento se enfraqueceu aqui no Acre? Por que está desta forma? Criar políticas novas não funciona. As políticas que já foram criadas, é que precisam se desenvolver e acontecer mais, porque não adianta só criar coisas novas, e as que já foram criadas, e a que já existiam? Convidar mulheres que tem nome, convidar as pessoas para participar, para entender, para divulgar. Participar diretamente desses encontros, desses intercâmbios, escutar outras histórias, outras pessoas falarem de outras realidades. Vocês podem fazer isso, promover encontro com as mulheres para trocar ideias, para ouvir. Já pensou um encontro a nível de Brasil, um encontro internacional de mulheres indígenas, já pensou?! Trazer mulheres de todo lugar para discutir saúde, educação, o futuro das gerações dentro das comunidades indígenas. Porque esse é o papel das mulheres indígenas, é garantir o futuro das gerações. Cada filho que se pari é uma esperança que nasce para que aquele povo não se acabe. Como fortalecer isso? Ouvindo, dando valor as mulheres indígenas, divulgando isso para o Brasil e para o mundo. E vocês só vão fazer isso se conhecerem a nossa realidade, ouvir da nossa boca, entender o que a gente quer, qual nosso anseio, nosso desejo. E você vai ver que há um desejo comum de cada mulher indígena, não importa se é do Brasil ou de fora, mas o desejo da mulher indígena é um: fazer permanecer sua raiz, que seus filhos possam saber que um dia teve mulher que lutou para a melhora de seu povo. Então espero que vocês possam divulgar e destacar isso.

A gente não pode ser só alvo de pesquisa e livro! Hoje o próprio brasileiro não conhece a sua história, não conhece a história dos povos indígenas. Ele só conhece a história dos povos indígenas de 1500, de 519 anos atrás, mas hoje, com a realidade de hoje, o que está acontecendo, ninguém conhece. As escolas não conhecem, as pessoas não conhecem.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para gravar: (x) Sim () Não
Consentimento livre, prévio e informado: (x) Sim () Não
Data: 24/10/2019
Local: Macapá (AP)/Rio Branco (AC) - Envio de áudio Whatsapp.
Nome da entrevistada: Francisca Arara
Etnia: Arara
Organização: Instituto de Mudanças Climáticas do Acre - Ima
Função: Chefe de Departamento do Instituto de Mudanças de Climáticas.

Meu nome indígena é Yakashawadawa. Hoje tenho um cargo como Chefe de Departamento do Instituto de Mudanças de Climáticas do IMC, sou ex-assessora política da Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre – AMAAIAC.

Sobre a visão do movimento indígena hoje,

nós temos vários espaços que nós mulheres indígenas temos conquistado com muita luta e também com apoio das lideranças, dos homens. Nós, mulheres indígenas, não discutimos a política de forma separada, da luta dos nossos povos. Independente de qual região seja, de qual povo seja, mas a gente discute a questão de mulheres separadas das questões masculinas. Temos as mulheres que estão nas aldeias, que tem o conhecimento tradicional, desde fazer o manejo das plantas, de cuidar das sementes tradicionais, que dão os conselhos as filhas e os filhos, que organiza o casamento, que faz a repartição dos alimentos, que resguarda a língua indígena, que tem um papel muito importante parteiras, conhecem o parto, o pré natal e conhecem a medicina tradicional, que conhece o remédio para ter filho e não ter filho. Então essas mulheres elas são muito empoderadas e elas tem o seu espaço e tem um papel muito importante dentro das comunidades

Essas mulheres que estão na aldeia, elas não podem ser vistas como menos valorizadas do que nós que estamos no mundo da política, que conquistamos nossos espaços, que hoje estamos liderando, estamos na luta, lutando pelos nossos territórios, pelos nossos direitos, para que as políticas públicas sejam cumpridas de fato por parte dos governantes.

Então as mulheres que estão na aldeia têm um papel fundamental, para que nós possamos estar no mundo da política, debatendo essa questão das mudanças do clima, que está ocupando espaços dentro do movimento indígena, dentro dos governos. Temos mulheres indígenas deputadas, mulheres que estão dentro da Funai, nós temos mulheres indígenas despontando nas políticas públicas das mudanças do clima. Mas se a gente não tiver essa raiz e esse olhar da importância que tem nossos territórios, nosso povo, nossa raiz, nossa cultura, nosso conhecimento, se não tivermos essa parceria essa conversa com nossas bases, todo esse o trabalho que estamos fazendo é em vão. Porque nós estamos tirando coisas da nossa própria cabeça, não estamos ouvindo a base, a ponta. Nosso trabalho de mulheres empoderadas hoje, só vai ter resultado, só vai ter impacto e fluir se tivermos esse olhar para o que as mulheres indígenas estão fazendo lá dentro da aldeia

Hoje vemos a grande dificuldade dos poderes públicos de saber lidar com essa especificidade muitas vezes não é dado valor ao trabalho da mulher lá da ponta, da aldeia, o que elas defendem para melhorar a segurança alimentar, para melhorar os artesanatos, buscar mercado para vender a produção. Para ter capacitação de formar e informar, que é muito importante o trabalho desenvolvido dentro das aldeias e comunidades, seus povos. O que a gente vê hoje é a política pública sendo feita de cima para baixo, ou seja, indo do mundo do branco e chegando para as indígenas, querendo fazer com que nossa mulheres desvalorizem seu trabalho, que elas são massacradas, porque cuidam dos filhos, da medicina, e tudo que já foi falado. E isso não é visto como um potencial, mas como se as mulheres indígenas tivessem ser igual as brancas, tem que as brancas, para ser

inteligente, para ter o seu espaço, nem todo mundo vai ser igual! Cada um tem o seu espaço e cada espaço tem o seu valor e merece ser respeitado. Então as políticas públicas têm que olhar a importância do trabalho que que essas mulheres fazem na aldeia, de segurança alimentar, gestão territorial junto com seus esposos e a família, a produção de qualidade, sem veneno, sem envenenar a terra. Uma alimentação saudável, isso precisa ser debatido! Essas políticas precisam chegar na ponta, mas que valorize e leve também novas alternativas, para que elas possam entender a importância do trabalho delas.

Com política ou sem política, as mulheres têm o seu espaço e são muito bem organizadas. A gente fala muito da Lei Maria da Penha, ela precisa chegar para informar mesmo, o que é isso? O que as mulheres brancas penam? Mas não chegar impondo nas aldeias. E os movimentos de mulheres indígenas, que hoje tem muito no Brasil, elas precisam ter esse olhar. Não dá para criticar um trabalho que as mulheres vivem e convivem com ele na aldeia. Tem que ouvir elas, o que elas querem. Não adianta falar por elas. Temos que ouvir as necessidades delas. E hoje a gente vê muitas ideias, até nossas, de mulheres indígenas que estamos trabalhando e ocupando cargos públicos, a gente quer impor nosso próprio pensamento, nossa própria ideia e achando que é o melhor e pode não ser. Pode atrapalhar a vida delas, atrapalhar a vida das jovens, das adolescentes porque a gente quer colocar uma coisa que não é o lugar ideal ou apropriado para alguns tipos de políticas que se aplique dentro das terras indígenas. Esse trabalho pode colaborar muito na divulgação para o mundo e as Universidades de entender que nós mulheres indígenas não somos coitadinhas. Nós temos nosso potencial que merece ser valorizado e respeitado. Que nós precisamos de recursos humanos e financeiros para estar nos capacitando e orientando. Para ser divulgado dentro das Universidades que nós mulheres indígenas podemos contribuir muito para um mundo melhor, porque nós cuidamos do território, da floresta, cuidamos do clima, de manter a floresta em pé, porque ali está a nossa vida. Não cuidamos da floresta só para nossa terra e nosso povo, nós cuidamos da floresta para o mundo, para o planeta, para o clima como um todo. Esse trabalho divulgado na academia é muito importante até mesmo para valorizar a especificidade dos povos que existem no mundo, as culturas, que são várias. Se a universidade tiver esse olhar. Essas pressões internacionais que estamos vivendo hoje no Brasil é muito importante divulgar a importância que os povos indígenas têm para o equilíbrio do clima, para que as políticas públicas venham respeitar os direitos dos povos indígenas, os direitos de gênero, dos jovens, dos pajés, então esse trabalho é muito importante para divulgar o papel e o valor que tem as mulheres indígenas e que nós estamos ocupando espaços importante nas conferências de clima, nas COPs, nas reuniões nacionais, internacionais e locais. Nós estamos ali, lado a lado dos homens, ajudando na construção de políticas públicas melhores que garantam a permanência nos nossos territórios.

Os recursos que chegam para as TIs e povos indígenas como um todo, tem que ter um olhar, uma porcentagem, para o trabalho específico que essas mulheres desenvolvem, mas esse trabalho tem que ser feito consultando as mulheres, para ver se elas querem, através dos protocolos de consulta. No Brasil, nós já temos alguns protocolos de consulta que a Rede de Cooperação Amazônica (RCA) vem fazendo, aqui no Acre nós temos a primeira TI que seus povos construíram sem protocolo que é TI Mamoadate do povo a Manchineri. A OIT (Convenção 169) é muito importante que ela seja levada em conta, porque os protocolos de consulta, eles vão dizer como que os governos municipal, estadual e federal, as instituições não governamentais, vão trabalhar com os indígenas. A importância da consulta livre prévia e informada é muito importante, porque senão você está colocando uma política que você acha que é a melhor, mas como não teve a consulta para ouvir o que é mesmo a real necessidade dessas mulheres e gente pode estar colocando projetos ou apoio que não vai ter muito resultado. Por isso a importância que a consulta seja feita, antes de qualquer coisa, de boa-fé, porque às vezes não é nem de má fé que as coisas acontecem, mas não dá muito certo.

Aqui no Acre nós tivemos diversas oficinas de consulta. Como que ONGs e os povos indígenas devem estar preparados para enfrentar os grandes empreendimentos, até para políticas sociais mesmo, como a saúde, educação. E essas mulheres precisam entender, aprender também, sobre isso, sobre as leis, o que ampara elas. Hoje uma grande necessidade é a questão da saúde específica para as mulheres indígenas, porque tem muitas mulheres tradicionais nas aldeias que elas não contam os problemas para os homens. Então tem que ter um trabalho diferenciado na saúde indígena para atender essas mulheres que hoje, por conta de alimentação e algumas mudanças, está chegando muito câncer de mama, câncer no colo do útero, e outras doenças que antes nosso povo não tinha e hoje está chegando muito forte na vida das mulheres indígenas e precisa ter uma política na saúde definida específica para atender as mulheres indígenas. Que sejam mulheres para atender e conversar com essas mulheres indígenas tradicionais porque elas não contam seus problemas para os homens (médicos homens).

Outra coisa é a capacitação de novas lideranças mulheres, de jovens empoderadas para elas seguirem o nosso papel que estamos fazendo hoje como Nara Baré, Sônia Guajajara, Telma Taripã, Edna Shanenawa, Edna Yawanawa, Neidinha Yawanawa, Eliane Yawanawa, Edileuda Shanenawa, Meire Katukina. Temos muitas mulheres já empoderadas e que a gente precisa estar ajudando mais nossas parentas nas aldeias, a intenção é essa. Que a gente converse com os poderes públicos, com a saúde, com o MMA, MS, MEC, para levar apoio, políticas que venham a fortalecer o nosso povo indígena como um todo, e não só pensando em um povo. Não que a gente queira ser como os brancos, mas que a gente possa ter esse apoio para que os recursos cheguem igual para todos, para as mulheres também. Então essa luta é muito importante.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 10/10/2019
Local: Secretaria Extraordinária os Povos Indígenas Do Amapá, Macapá (AP)
Nome da Entrevistada: Eclêmilda Maciel Silva
Etnia: Galibi Marworno
Organização: Governo do Estado do Amapá/ Articulação Indígena dos Povos Galibi Marworno/ Organização dos Professores Indígenas do Município de Oiapoque/Ccpiio/ Apoianp/Coiab/Apib
Função: Secretária Extraordinária dos Povos Indígenas

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço e formato próprio para consulta livre, prévia e informado, pois muitas vezes as mulheres não participam dessas reuniões por várias razões. Então é necessário a realização de reuniões só com mulheres.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. Se são mulheres jovens, elas são assediadas, com casos de gravidez precoce, abusos, doenças que são levadas pelos não indígenas. Se são mães, elas sofrem pela questão familiar, preocupação com os filhos que acabam se envolvendo com pessoas de fora da comunidade. Os filhos que acabam deixando a terra indígena, retiradas dali devido a casamentos e vão para outra sociedade. A mulher sofre mais com esses empreendimentos, de uma certa forma ela é sempre mais afetada.

Sobre a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim. A mulher indígena deve estar presente em várias das estratégias incluindo na avaliação dos impactos dos projetos de desenvolvimento e meio ambiente (Estratégia K3). Com mecanismos que possam fortalecer a presença da mulher, garantindo a participação de forma direcionada no contexto de tomada de decisão

Nem sempre as políticas pensadas são feitas com a garantia da participação da mulher. A gente sabe que as populações indígenas também são machistas. Na maioria dos eventos, há pouca e às vezes nenhuma participação feminina. Pois não está se direcionando com pedido para que participem. A marcha das mulheres surgiu, por exemplo, com essa finalidade. No acampamento Terra Livre, por exemplo, tem delegação que não vai mulher, só caciques. Tem que ter mulher jovem, mulher idosa, uma forma de trazer a mulher para esse meio. Tem que ter política afirmativa, para trazer a mulher para participar. Deixar essa visão da mulher só como mãe.

As principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas, além da falta de oportunidade, e a própria questão do preconceito pelo fato de ser mulher, independentemente de ser indígena. Muitas vezes é difícil a mulher assumir posições dentro da comunidade. O preconceito começa dentro da própria aldeia. Fora da aldeia, o preconceito é duplo, por ser mulher e por ser indígena.

A política prioritária para mulheres indígenas na atualidade é a educação, pois a partir da educação se abrem

as oportunidades para outros temas. Ela estará empoderada para atuar em diversas frentes junto aos homens. Ela precisa conhecer os seus direitos, direito ao território, a questão do meio ambiente e todos os demais. Se a gente proporciona os conhecimentos para as mulheres elas estarão prontas para guerrear junto com os homens. Em todas as frentes, mas este é o ponto de partida. Ninguém segura mais as mulheres se elas acessarem os conhecimentos, pois somos mais equilibradas, fazemos as coisas com mais zelo.

É sempre mais complexo para as mulheres terem acesso a educação por questões culturais. As mulheres se casam muito cedo, são mães jovens. A questão do próprio machismo, os maridos não permitem a participação em questões da comunidade, em função das atividades como mulher, como mãe, esposa. “Mulher é para ser mãe, cuidar dos filhos, da roça, da casa”. Não tem a mesma liberdade de participar dos eventos, dos estudos. Nas aldeias não tem secretária/pessoa para ajudar com as crianças.

Como estratégia para ampliar a participação das mulheres indígenas, é importante a conscientização dos homens e da comunidade como um todo, sobre a importância da participação da mulher. Ela não vai deixar de ser mãe, mulher, esposa. Para que não tenha o julgamento da família, que ela está deixando de cumprir com as suas funções, ou querendo ser mais do que os homens. Deve ser um movimento organizado pelas mulheres, por meio da organização de mulheres, envolvendo as escolas, os homens e outras organizações parceiras. Outra questão também muito importante é a saúde da mulher.

A forma como este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas, propagando o nosso querer com base nas entrevistas, e que possa influenciar Columbia Center a promover a política de gênero, vagas (cotas) que garantam a participação específica para as mulheres indígenas, por exemplo no programa de formação de lideranças de Columbia.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Feijó (AC) - Envio de Áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Edna Shanenawa
Etnia: Shanenawa
Organização: N/A
Função: Ex Cacique, Agora na Assessoria Política da Aldeia

Meu nome é Edna Shanenawa, meu nome na língua é Pekāshaya, vivo na aldeia Shane Kaya, na Terra Indígena Katukina Kaxinawa.

Minha aldeia é uma aldeia com maioria de mulheres. Meu pai era cacique e só teve filhas mulheres. Então, na nossa cultura tem que passar de geração para geração, e dessa forma foi uma oportunidade de quebrar esse tabu,

afinal, mulher também é capaz, a gente só necessita de espaço para mostrar nosso trabalho, nossa forma de organizar. Nós somos seis irmãs, eu já fui cacique e agora é uma irmã minha, que inclusive é cacique e pajé, da medicina, da espiritualidade, então ela exerce esses três cargos. Muito importante na nossa aldeia.

Sobre a importância de se garantir a efetiva participação da mulher indígena nos protocolos ou instrumentos de implementação da Convenção 169 da OIT, nós mulheres indígenas somos as verdadeiras guardiãs da floresta. É a mulher que cuida dos filhos e da comunidade toda enquanto os homens saem para caçar e outras atividades. Então a gente deve ser consultada. Quando acontecem as grandes obras e empreendimentos, o primeiro fato que acontece é não ser informado. Pois muitas vezes os homens participam das reuniões e não repassam as informações para as mulheres, para a comunidade. Os impactos são muito grandes, principalmente no governo atual. Mas é bom a gente lembrar de como foi no passado.

- Tempo das Malocas – a vida era boa;
- Tempo das Correrias – invasão das nossas terras, nossos antepassados, muitos foram mortos;
- Tempo dos Patrões, do Cativo – isso a história não mostra, a escravidão indígena, não foram só os negros, os homens tiveram que passar por trabalhos forçados e as mulheres foram usadas, tratadas como animais;
- Tempo da língua não Indígena, do Batismo – tivemos que adotar uma nova língua, novos nomes, outra religião;
- Tempo das Conquistas, das demarcações das nossas Terras, da educação diferenciada, da busca pela autonomia.

Hoje o momento é da dizimação dos povos indígenas, retirando nossos direitos conquistados com muito sangue e suor, com impactos maiores sobre as mulheres indígenas, que cuidam dos seus territórios, que plantam e colhem, que cuidam dos filhos.

As consultas devem ser feitas através de reuniões só com as mulheres, também com processos de formação. Somos poucas as mulheres que participam e entendem. Ainda existem mulheres indígenas que são tuteladas pelos homens. Por isso a importância de capacitação/formação, para conhecerem seus direitos. Quais são as leis? Onde buscar informação?

A ONU Mulher é muito importante, só que as informações importantes não chegam até a base, até as mulheres indígenas da aldeia. Só chegam nas representações que estão fora da aldeia. Tem que buscar as mulheres das aldeias que se expressam melhor, para que participem. Sobre esse processo de revisão da Plataforma de Ação de Pequim, é preciso que seja garantida a participação e recurso para a participação das mulheres indígenas. E que nessa revisão tenha proposta específica para mulheres indígenas, com a realização de seminários.

Os impactos maiores vêm através da alimentação, os produtos que usávamos tradicionalmente que muitas vezes não tem mais. Falta de oportunidade de colocar os artesanatos nas feiras, desenvolver o negócio. O pequeno é esquecido, só há apoio para os grandes. Da mesma forma a criação de novas leis, sem a consulta às populações indígenas, têm trazido grandes impactos.

A política prioritária é a mulher ser ouvida, dar oportunidade para as mulheres indígenas, para estar em todas as áreas. Política afirmativa de gênero, como estratégia para empoderar as mulheres indígenas. Que seja garantida sempre a presença de mulheres indígenas nas reuniões, nos processos de tomada de decisão.

Como os parceiros podem ajudar. Sempre convidar e garantir a participação das mulheres em todos os espaços públicos. Chamar as mulheres para falarem nos espaços públicos, para dar palestras. Não indígenas não falam pelos indígenas. Dar a palavra e a voz para as mulheres indígenas. Nós temos que ajudar umas às outras. Nós temos o conhecimento da floresta, da tradição, podemos trocar conhecimentos com vocês mulheres não indígenas.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio E Informado: (X) Sim () Não
Data: 10/10/2019
Local: Secretaria de Saúde do Estado do Amapá, Macapá (AP)
Nome da Entrevistada: Simone Vidal da Silva
Etnia: Karipuna
Organização: Coordenadora Executiva da Apoiamp/Região Oiapoque; Representa as Seguintes Organizações: Ccpio, Articulação Dos Povos Indígenas do Rio Oiapoque – Airo; Aica – Assoc Do Povo Karipuna; Aipa – Assoc. Povos Indígenas Pilikur; Amim; Articulação do Povo Indígena Galibi Marworno , Organização Dos Prof Indig do Oiapoque Opimo, Org Indígenas da Juventude Indígena do Oiapoque – Oijo; Cooperativa de Motoristas Automotores de Carro e Frete, Agentes Ambientais Indígenas
Função: Coordenadora Executiva

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia? Não há um consenso sobre esse entendimento no movimento de mulheres indígenas como um todo. Prevalece que deve ser promovida a participação das mulheres junto com os homens. E que nos fóruns de decisão maior, que se promova equidade de participação, o que não é uma realidade hoje. Por isso acho importante, principalmente para se ter a oportunidade de ouvir, entender, falar e opinar.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? A mulher indígena recebe uma carga maior de impacto nos grandes empreendimentos, por ser o centro da família, e por isso tem a maneira

tradicional de lidar com isso, quando os empreendimentos mudam essa realidade as mulheres são as mais impactadas. Sobre a plataforma de ação de pequim e seus objetivos estratégicos: Quando falamos de território e meio ambiente, está se falando de terra, está se falando de mãe, e neste sentido precisamos buscar participação das mulheres indígenas, a relevância das mulheres indígenas, garantindo a participação e equidade de gênero em todos os processos e estratégias.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas: a principal dificuldade enfrentada pelas mulheres indígenas é o machismo exposto, a falta de oportunidades, a gravidez precoce.

Sobre a política prioritária para mulheres indígenas: Na atualidade, a defesa do território é nossa principal prioridade. Quando temos garantido o território as demais políticas a gente busca, sem território não há garantia alguma. Demarcação para os povos que ainda não tem seus territórios demarcados, garantia dos territórios já demarcados. Mas para isso falta a implementação das leis existentes (Constituição Federal). Nossa principal estratégia é a união dos povos indígenas e o movimento de resistência, junto com parceiros, que são muito importantes.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Elaborando um material que reflita a realidade, seria importante propor um seminário em nível nacional, para dar mais visibilidade, para incentivar outras mulheres, para dar visibilidade ao protagonismo indígena. Percebo a necessidade de mostrar e apontar novos horizontes, caminhos e espaços de luta para as mulheres indígenas no território do Brasil.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 16/10/19
Local: Macapá / Oiapoque – Chamada de Vídeo Whatsapp
Nome da Entrevistada: Luene Anica dos Santos
Etnia: Karipuna
Organização: Apoiamp, Org Ind de Juventude do Oiapoque
Função: Articuladora Local Região do Rio Curipi

Meu nome é Luene Anicá dos Santos, mas gosto que me chamem de Luene Karipuna. Tenho 21 anos, sou solteira, não tenho filhos, sou docente do curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Unifap, Campus Binacional de Oiapoque, faço parte da APOIANP- Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Amapá e Norte do Pará.

As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia? Seria interessante ter este espaço, as mulheres têm outras visões, tiveram participação na construção do Protocolo de Consulta dos Povos do Oiapoque, mas não houve esse espaço direcionado para as mulheres, seria interessante se tivesse.

Mediado pelas mulheres ou associação de mulheres.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? Principalmente a mulher que já tem família. São afetadas na sua alimentação, com a violência contra a mulher devido a chegada de pessoas estranhas nas comunidades. As mulheres sofrem de forma velada. O transporte, acesso para a cidade, tudo fica mais difícil e ameaçador.

Sobre plataforma de ação de Pequim e seus objetivos estratégicos. Desconhece. Super importante que as mulheres indígenas sejam contempladas e que possam ser ouvidas neste processo.

Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas? O preconceito, a falta de oportunidade e gravidez precoce. Falta de oportunidade para estudar, ter acesso a estudo. O fator financeiro, dificulta acessarem estudos, e a questão da saúde da mulher indígena. Um tema muito complicado para se tratar.

A política prioritária para mulheres indígenas é a educação, para que as mulheres possam ocupar espaço. Para que possam ter oportunidade de trabalho, e estar presentes em todos os setores, e aí sim, poderem resolver e participar da resolução dos problemas enfrentados por todos.

Sobre as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas: A maior dificuldade é a comunicação, a língua. O modo como estudamos, a política de educação não atenta para as diferentes línguas. É preciso a construção de um novo processo de uma educação mais inclusiva, para as mulheres indígenas. Falar sobre a realidade de cada povo. Se houvesse abertura para essa construção de pensamento, nós conseguiríamos solucionar este problema.

A Associação de Mulheres Indígenas em Movimento - AMIM este ano tem desenvolvido oficinas para as mulheres falarem sobre assuntos que são importantes para elas. Esse tem sido espaço importante de educação e troca de saberes, conhecimentos tradicionais, como um processo de levar oportunidade de educação diferenciada.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Visibilidade para nosso movimento, através do trabalho de vocês. Para que as pessoas, entendam as diferenças, a importância das diferenças, criar laços de união entre universidade e movimento de mulheres indígenas, para que a voz das mulheres indígenas alcance novos espaços.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio E Informado: (X) Sim () Não
Data: 18/10/2019
Local: Macapá/Oiapoque – Chamada de Áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Ariana dos Santos
Etnia: Karipuna/Aldeia Manga/Ti Uaçá,
Nome da Entrevistada: Claudia Renata Lod Moraes

Etnia : Galibi Kali'na, Aldeia Galibi, Ti Galibi.

Organização: Associação Das Mulheres Indígenas em Movimento - Amim

Função: Vice-Presidente e Coordenadora Executiva

Sou Claudia Renata Lod Moraes, tenho 32 anos, sou formada em Licenciatura Intercultural Indígena pela Unifap. Sou Coordenadora Executiva da AMIM e faço parte do Conselho da minha aldeia Galibi. Sou casada com um indígena Karipuna e tenho 3 filhos meninos. Prefiro sempre ser apresentada por Renata Lod. O Lod é o nome do meu clã Kali'na.

Meu nome é Ariana dos Santos, moro junto com meu esposo, mas não sou casada nem no civil nem na igreja, tenho 37 anos, até o presente momento não tenho filhos, sou formada em Ciências Humanas pela Licenciatura Intercultural Indígena na Unifap, participo a AMIM, trabalho no Museu dos Povos Indígenas de Oiapoque Museu- Kuahí. As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia? Deve haver reuniões com as mulheres para esclarecimento, por meio de assembleia da associação de mulheres, oficinas, promoção de eventos de formação.

As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos? As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. Elas sofrem mais, pois são mais ligadas às famílias, por isso são mais afetadas. São as mulheres que ficam em casa, enquanto os maridos e pais saem para resolver as questões. Sobre a plataforma de ação de Pequim e seus objetivos estratégicos. Não conhecem esse documento e não podem opinar por isso.

A principal dificuldade enfrentada pelas mulheres indígenas é o preconceito, o machismo contra a mulher. A gravidez limita a possibilidade da mulher conseguir acessar educação. O preconceito se acentua ainda mais quando se trata de mulheres indígenas.

A política prioritária para mulheres indígenas é a saúde da mulher indígena, considerando os diferentes costumes, por exemplo, a forma do parto. A forma de tratar as doenças.

Sobre as dificuldades e estratégias: Não existem mais parteiras tradicionais. Ter filho no hospital é algo ruim, pois tira a possibilidades dos costumes, rezas, remédios caseiros, presença da família no momento do parto. Estratégia de resgatar o trabalho das parteiras, das plantas medicinais, promover o conhecimento tradicional, troca de saberes, de receitas, contação de histórias. Medo de parir no hospital, medo da cesariana, que é a principal recomendação dos médicos do SUS. Querem o direito a acompanhamento de parteiras, de preferência.

De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas? Em especial o apoio a associações de mulheres, apoiando na elaboração e implementação de projetos voltados a saúde da mulher. O Oiapoque, assim como outras regiões, são isoladas, então

estamos sempre buscando parceiros para novos projetos e política, direcionadas ao gênero, as mulheres.

Nome da Entrevistadora: Ana Margarida Castro Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Consentimento Livre, Prévio e Informado: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Cacoal (RO) – Envio de Áudio Whatsapp
Nome da Entrevistada: Maria Leonice Tupari
Etnia: Tupari
Organização: Associação das Guerreiras Indígenas de Rondônia - AGIR
Função: Coordenadora Executiva

As mulheres indígenas querem ser consultadas. Em Rondônia, o que está acontecendo é que os homens estão decidindo sobre questões no território. Madeira, garimpo, etc. Nós queremos sim fazer parte do processo de decisão sobre o que acontece no nosso território.

Queremos uma política que nos ajude a levar informação sobre os empreendimentos para as mulheres indígenas, muitas não têm o conhecimento. Precisa ser trabalhado com oficinas, treinamentos, mostrar de uma forma mais ampla o que será daqui para frente. As mulheres, a cada ano, a cada participação nas oficinas, conhecem mais sobre direitos e deveres e começam a querer participar e conhecer mais sobre toda esta política que está aí.

As mulheres indígenas precisam conhecer melhor a Convenção 169 da OIT, muitas ouvem falar, mas não entendem. Acima de tudo precisam ser ouvidas, e isso tem que ser discutido entre homens e mulheres. Não queremos uma política que nos isole. Queremos que os homens entendam que nossa participação é importante. A AGIR tem trabalhado neste sentido, de colocar as mulheres como protagonistas e levar conhecimento para que possamos discutir o que acontecerá com os nossos territórios.

Não queremos andar sozinhas e em passar na frente e nem ficar atrás, queremos andar lado a lado com os homens, pois somos um coletivo.

Nome da Entrevistadora: Ana Euler
Autorização para Gravar: (X) Sim () Não
Data: 22/10/2019
Local: Macapá (AP) / Tarauacá (AC) – Envio de Mensagem de Áudio e Texto
Nome da Entrevistada: Laura Yawanawa
Local: Rio Gregório (Ac)
Etnia: Yawanawá
Organização: N/A
Função: N/A

Sobre a prioridade para as mulheres indígenas hoje em dia, é difícil eleger só uma, porque são muitas às

necessidades. Eu acho que a nível nacional a emergência hoje em dia seria assegurar as terras indígenas no país. Assegurar a demarcação das terras que faltam, homologar as que precisam e proteger as que já estão demarcadas. Porque a terra é a identidade de um povo indígena, para a mulher indígena a terra representa o futuro das novas gerações porque em ela a mulher tira o alimento, o conhecimento das plantas medicinais, e a conexão com a mãe terra ... o espírito feminino...

A outra prioridade é a saúde da mulher indígena, precisamos de um programa diferenciado de saúde que cheguei nas aldeias, um programa holístico que respeite as tradições e valores, que incluía nutricionista, ginecologista etc. Acho que se tem que criar programas que trabalhem mais em profundo a questão da alimentação que seja mais saudável para as mulheres, de aí que se poderia prevenir muitas doenças novas nas aldeias, como diabetes e DST. Infelizmente as últimas de se preocupar de sua própria saúde e a mulher. Porque não tem e não existem condições. Outra prioridade é criar programas econômicos diferenciadas para as mulheres indígenas que as incentivem criar fontes econômicas valorizando a sua arte, sua cultura, sua floresta como o artesanato por exemplo. Elas criando e vendendo seu artesanato faz com que elas se sintam valorizadas dentro das comunidades, empodera, para não depender só do homem, e isso lhes dá mais poder de tomadas de decisão familiar e comunitário.

A mensagem final seria: A mulher indígena é um ser político na aldeia e infelizmente pouco reconhecida e valorizada. E que necessita ser respeitada e ouvida por todos. Como diria um Cacique do Xingu, a palavra da mulher é forte como a terra.

ANEXO 2

Projeto

“Mulheres à frente: caminhos para a visibilidade da agenda indígena no Brasil.”

Mulheres indígenas e o direito à consulta livre, prévia e informada.

Formulário Semi-Aberto para Entrevista

Ana Euler, Ana Faulhaber, Camila Moreira

Contextualização

Este trabalho está vinculado ao Programa Columbia Women's Leadership Network in Brazil, cujo objetivo é desenvolver uma crescente rede de mulheres que contribuirão para a transformação do serviço público no Brasil. O objetivo é promover a afirmação da potência feminina, colocando as participantes no centro das discussões sobre os principais desafios estratégicos da gestão pública hoje.

Ao final do programa, as alunas deverão apresentar um projeto para propor instrumentos que melhorem o

desempenho de um setor/departamento/função na gestão pública. O projeto deverá incluir propostas práticas e de iniciativas transeitoriais que assegurem que as perspectivas de gênero e a atenção à agenda da igualdade de gênero estejam no centro das atividades propostas. O projeto também deve se basear nos temas desenvolvidos ao longo do programa e poderá utilizar exemplos de melhores práticas (formulação e implementação de políticas públicas no setor público).

Nesse sentido, considerando a importância e relevância que a agenda indígena tem no ano de 2019, com a emergência da primeira mulher indígena a alcançar o status de Deputada Federal, pelo estado de Roraima, afiliada à Rede Sustentabilidade. A Dra. Joênia Batista de Carvalho, mais conhecida como Joênia Wapichana devido a sua origem étnica, é uma advogada, sendo a primeira mulher indígena a exercer a profissão no Brasil.

A proposta deste trabalho é resultado de diálogo com o seu Gabinete Parlamentar, onde buscamos contribuir com a agenda do mandato como instrumento de fortalecimento da agenda desta primeira parlamentar indígena em 130 anos de República e 519 anos desde a chegada dos primeiros colonizadores no território habitado por Povos Ameríndigenas, que veio a se tornar República Federativa do Brasil. Também buscamos conectar este trabalho à agenda da ONU Mulheres no Brasil, com olhar para a implementação do Objetivo do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas No 05, de promoção da igualdade de gênero e seu principal instrumento, a Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, documento orientador da luta mundial contra as restrições e os obstáculos ao empoderamento das mulheres em todo o mundo.

Objetivo da entrevista:

- Colher opiniões e propostas para proposição de um formulário de consulta que possa apoiar a regulamentação nacional da Convenção 169 da OIT promulgada pelo Decreto 5051/2004;

- Compreender a forma como as mulheres indígenas gostariam de ser consultadas, quais são suas principais dificuldades e estratégias para atingir o ODS 5 das Nações Unidas.

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Nome da entrevistadora:

Autorização para gravar: () Sim () Não

Consentimento livre, prévio e informado: () Sim () Não

Data:

Local:

Nome da entrevistada:

Etnia:

Organização:

Função:

1. Conhece a convenção 169 da OIT ?

() Sim, vagamente; () Sim, inteiramente; () Não

2. Você concorda sobre a necessidade de se estabelecer procedimentos claros, por meio da regulamentação do Decreto 5051/2004, para a orientação de governos e demais organizações quanto a forma de proceder a consulta livre, prévia e informada em todos os projetos que afetem diretamente povos e comunidades tradicionais?

() Sim () não

() Outro/obs _____

3. Sobre o processo de consulta livre, prévia e informada:

3.1. Quem deve iniciar o processo de consulta:

() O governo;

() Governo + empresas;

() Governos + empresas + organizações da sociedade civil

() Outro/obs _____

3.2. A quem deve ser direcionada a consulta:

() Lideranças;

() Associações;

() A toda comunidade afetada;

() Toda comunidade afetada + entorno

() Outro/obs _____

3.3. Onde deve ser feita a consulta:

() Na cidade por haver mais facilidade de acesso e acomodação;

() No território afetado;

() Tanto faz;

() Outro/obs _____

3.4. Quem deve convocar as reuniões de consulta:

() O governo;

() A comunidade;

() O governo em acordo com a comunidade;

() Tanto faz

() Outro/obs _____

3.5. Quem deve acompanhar o processo de consulta:

() FUNAI;

() MPF;

() Defensoria Pública;

() Organizações Não Governamentais;

() Consultores Independentes;

() Outro _____

3.6. Qual o tempo de duração da consulta:

- 01 Reunião informativa/deliberativa;
- Reunião informativa + reunião deliberativa com tempo máximo de 01 mês para tomada de decisão;
- Quantas reuniões se façam necessárias, não deve haver tempo determinado
- Outro/obs _____

3.7. Como o processo de consulta deve ser viabilizado:

- Com recurso das comunidades;
- Com recursos do governo;
- Com recursos da comunidade e do governo;
- Com recursos de doação.
- Outro/obs _____

3.8. Como deve ser apresentada a proposta/projeto:

- Apresentação presencial com palavras simples e de forma clara, até que todas as nossas dúvidas e questionamentos sejam respondidos.;
- Em material impresso em linguagem simples;
- Em formato digital;
- Em formato audiovisual;
- Em material impresso traduzido para a(s) língua(s) dos povos indígenas diretamente impactados.
- Outro/obs _____

3.9. A depender da dimensão do projeto e dos povos e comunidades afetadas, deve ser elaborado plano de consulta:

- Sim; Não
- Outro/obs _____

3.10. Quem deve elaborar o plano de consulta:

- O governo; a comunidade; governo + comunidade
- Outro/obs _____

3.11. Como deve ser o processo de negociação e de decisão da comunidade:

- Somente as lideranças;
- Assembléia geral deliberativa ;
- As lideranças + representantes de governo
- Outro/obs _____

3.12. Os indígenas que vivem fora das aldeias (e da área diretamente impactada pelo projeto) devem ser ouvidos no processo de consulta ?

- Sim; não
- Outro/obs _____

3.13. Os indígenas que vivem fora das aldeias (e da área diretamente impactada pelo projeto) devem participar do processo de tomada de decisão ?

- Sim; Não
- Outro/obs _____

3.14. Qual deve ser a forma de decisão:

- Maioria simples;
- Maioria 3/4 dos presentes;
- Por consenso;
- Maioria proporcional aos grupos representativos presentes (homens e mulheres ou grupos étnicos).
- Outro/obs _____

3.15. Em caso de acordo, qual deve ser o instrumento para garantir sua implementação:

- Ata assinada entre governo e representações das comunidades;
- Gravação em áudio e vídeo do acordo.
- Outro/obs _____

3.16. Qual deve ser o encaminhamento em caso de não se chegar a um acordo:

- Estender o tempo de negociação;
 - Buscar o mpf para mediar a proposta de negociação;
 - Judicialização do processo
- Alguma outra questão ou sugestão para o processo de consulta? _____

4. Convenção 169 da oit e ods 5 - igualdade de gênero e empoderamento da mulher

4.1. As mulheres indígenas devem ter garantido seu espaço/formato próprio para consulta prévia?

- Sim; Não

4.1.1. Em caso positivo, devem ser realizadas reuniões de consulta somente com as mulheres

- Sim; não outra forma de consulta _____

4.2. As mulheres são afetadas de forma diferenciada pelos grandes empreendimentos. () Sim; () Não
Em caso positivo, de que forma?

4.3. Na declaração plataforma de ação de pequim para promoção da igualdade de gênero liderada pela onu mulher. Dos 51 objetivos estratégicos existentes no plano de ação, 15 fazem referência direta às mulheres indígenas. Um em especial nos chamou a atenção por não fazer referência às mulheres indígenas, pela sua relevância no contexto do que conversamos sobre 169.

Objetivo estratégico K3. Estabelecer mecanismos a nível regional, nacional e internacional para avaliar os efeitos das políticas de desenvolvimento e meio ambiente na mulher. No próximo ano este Plano de Ação será revisado. Concorda que este objetivo estratégico deveria endereçar forma diferenciada de avaliação específica para o contexto das mulheres indígenas? Teria alguma recomendação ou proposta para fazer nesse sentido?

4.4. Quais as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres indígenas?
() Falta de oportunidade; () Preconceito; () Violência; () Gravidez precoce; () Outros

4.5. Qual a política prioritária para mulheres indígenas?

4.6. Quais são as dificuldades e estratégias para alcançá-la?

4.7. De que forma este trabalho pode colaborar com o movimento das mulheres indígenas?

ANEXO 3 - MATERIAIS DE APOIO

ENTENDEMOS QUE UMA CONSULTA É:

Livre: quando não há pressões e quando os membros das comunidades podem falar suas idéias

Prévia: quando o governo não chega com o projeto ou com a decisão tomada

Informada: quando as comunidades entendem bem o que a proposta vai trazer de bom e ruim

de Boa-fé: quando não tenta dividir as comunidades e lideranças e não esconde as coisas negativas que podem vir no futuro

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque (2019)

QUAIS SÃO AS LEIS QUE AMPARAM O DIREITO AO CONSENTIMENTO LIVRE, PRÉVIO E INFORMADO

Constituição Federal de 1988

Artigo 231: O Estado Brasileiro reconhece aos povos indígenas sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Artigo 232: O Estado Brasileiro reconhece os povos indígenas, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 1989

Artigo 6º: Determina que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organização, assegurando recursos financeiros para tal.

Decreto Federal nº 5.051 de 19 de abril de 2004

Artigo 1º: O Brasil promulga a Convenção no 169 da OIT e assume o dever de realizar consulta prévia, livre e informada quando propuser medidas que possam afetar os povos indígenas.

Declaração dos Direitos Povos Indígenas da ONU de 2009

Artigo 18: Determina que os povos indígenas têm o direito de decidir sobre questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes destacados por eles, de acordo com suas próprias formas de tomar decisões.

Artigo 32: Determina que os povos indígenas têm o direito de elaborar e escolher estratégias sobre o uso ou desenvolvimento de sua terra, território e outros recursos. No caso de o governo propor qualquer projeto que afete os povos indígenas, ele deve realizar consulta prévia, com boa fé e de forma livre e informada. Se o projeto for aceito pelos povos afetados, o governo deve garantir a reparação justa e equitativa e adotar medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas em todos os âmbitos.

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT de 1989

Artigo 6º: Determina que os governos têm o dever de consultar os povos indígenas com boa fé e de maneira apropriada à realidade de cada povo toda vez em que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-los. Os governos devem garantir os meios para os povos participarem livremente, de acordo com suas próprias formas de organização, assegurando recursos financeiros para tal.

Decreto Federal nº 5.051 de 19 de abril de 2004

Artigo 1º: O Brasil promulga a Convenção no 169 da OIT e assume o dever de realizar consulta prévia, livre e informada quando propuser medidas que possam afetar os povos indígenas.

Declaração dos Direitos Povos Indígenas da ONU de 2009

Artigo 18: Determina que os povos indígenas têm o direito de decidir sobre questões que afetem seus direitos, vidas e destinos, através de representantes destacados por eles, de acordo com suas próprias formas de tomar decisões.

Artigo 32: Determina que os povos indígenas têm o direito de elaborar e escolher estratégias sobre o uso ou desenvolvimento de sua terra, território e outros recursos. No caso de o governo propor qualquer projeto que afete os povos indígenas, ele deve realizar consulta prévia, com boa fé e de forma livre e informada. Se o projeto for aceito pelos povos afetados, o governo deve garantir a reparação justa e equitativa e adotar medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas em todos os âmbitos.

Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

5.1. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas

FONTES CONSULTADAS

Protocolo de Consulta Munduruku

Protocolo de Consentimento e Consulta Wajãpi

Protocolo de Consulta dos Povos do Território Indígena do Xingú

Protocolo de Consulta Juruna (Yudjá) da Terra Indígena Paquiçamba da Volta Grande do Rio Xingú

Protocolo de Consulta Prévia do Povo Krenak

Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas do Oiapoque

Protocolo de Consulta dos Povos Yanomamis e YE'kwana

PARTICIPANTES DO PROGRAMA



Adriana Nascimento



Alessandra Debone



Aline Maria dos Santos



Ana Christina Faulhaber



Ana Julieta Teodoro



Ana Manuela Nogueira



Ana Margarida Euler



Camila Moreira



Cecilia Villhena



Daniela Arantes



Desdêmona Arruda



Emanuele Campelo



Flavia da Costa Viana



Izabel Torres



Lise Tupiassu



Luísa De-Lazzari



Monique de Menezes Urra



Telma Rodrigues Caldeira



Vanessa Campagnac

AGRADECIMENTOS

É com imensa admiração e honra que agradecemos às conselheiras do Columbia Women's Leadership Network Program in Brazil cujo apoio voluntário é fundamental para garantir o sucesso do programa.

Além das orientações nos trabalhos aqui apresentados, as conselheiras são ativas nos encontros no Brasil e no campus da Columbia University em NY.

Essas mulheres foram convidadas para colaborar com o programa dado suas trajetórias e experiências profissionais que comprovam o compromisso com o serviço público brasileiro direta e indiretamente.

A nossa grande sorte foi conhecê-las para além dos encontros formais e criar relações de profunda admiração, amizade e inspiração.

COM OS MAIS SINCEROS AGRADECIMENTOS À:

Camila Pereira

Diretora de Educação | Fundação Lemann

Claudia Valenzuela

Diretora do Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) no Brasil

Evelyne Coulombe

Cônsul-Geral do Canadá - Rio de Janeiro

Germana Bähr

Coordenadora Assistencial do INTO (Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia)

Ilana Trombka

Diretora do Senado Federal - Brasília

Izabella Texeira

Ex-Ministra do Meio Ambiente - Brasília

Jana Libman

Analista Técnica Administrativa | Instituto Fundação João Goulart - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

Joana Monteiro

Coordenadora do Centro de Pesquisas | MPRJ

Leany Lemos

Secretária de Planejamento do Rio Grande do Sul

Luciana Temer

Diretora do Instituto Liberta

Maria Luiza Campos

Professora e Pesquisadora do Departamento de Ciências da Computação | UFRJ

Miriam Belchior

Ex-ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão e ex-Presidente da Caixa Econômica Federal - Bahia

Esta publicação foi composta na fonte Arial Family e desenvolvida para a web.
Design por Maria Eduarda Vaz.
Diagramação por Ingrid Calazans.

COLUMBIA GLOBAL CENTERS | RIO DE JANEIRO

Rua Candelária, 9 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, Brasil
+55 (21) 3553-0991 | riodejaneiro.cgc@columbia.edu

